



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA

**CULTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: as apreensões acerca
da categoria cultura nas teses de doutoramento do Serviço Social
brasileiro e a sua relação com a direção social da profissão**

Campina Grande-PB

2019

Flávio José Souza Silva

CULTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: as apreensões acerca da categoria cultura nas teses de doutoramento do Serviço Social brasileiro e a sua relação com a direção social da profissão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega.

Campina Grande-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Flávio José Souza.
Cultura e produção de conhecimento [manuscrito] : as apreensões acerca da categoria cultura nas teses de doutoramento do Serviço Social brasileiro e a sua relação com a direção social da profissão / Flávio José Souza Silva. - 2019.
172 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Serviço social. 2. Produção de conhecimento . 3. Cultura. 4. Direção social. 5. Tese de doutorado. I. Título
21. ed. CDD 362

FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA

CULTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: as apreensões acerca da categoria cultura nas teses de doutoramento do Serviço Social brasileiro e a sua relação com a direção social da profissão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em 25/02/ 2019

Mônica Barros da Nóbrega

Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega – UEPB
Orientadora

Moema Amélia Serpa Lopes de Sousa

Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Sousa – UEPB
Membro Titular Interno

Silvana Mara de Moraes Santos

Prof.^a Dr.^a Silvana Mara de Moraes dos Santos – UFRN
Membro Titular Exter.^o

À minha mãe, Vilma Souza Silva (*in memoriam*),
exemplo de tanta força, determinação
e verdade, dedico.

AGRADECIMENTOS

“Vivo de esboços não acabados e vacilantes. Mas equilíbrio-me como posso entre mim e eu, entre mim e os homens”.

Clarice Lispector

Este texto encerra mais um ciclo em minha vida, um voo que alcei, meio sem saber que poderia lá em 2010, quando decidi prestar o meu primeiro vestibular e, no ano seguinte, o filho de um pedreiro e de uma técnica de enfermagem começaria a frequentar o ensino superior, em uma universidade pública e estadual, cursando Serviço Social. Esse voo tem sido cada vez mais longe, mais intenso, vivido e sentido até a última gota. Penso que é o momento de agradecer, abraçar e festejar a conclusão, desta vez, da pós-graduação e do título de mestre.

Agradeço, com todas as minhas energias, à minha mãe, Dona Vilma (*in memoriam*), mestra do meu barco, mulher de fibra, que sempre soube o valor das pequenas conquistas diárias e que acreditava na educação enquanto um ato revolucionário. Com minha mãe aprendi muito (ou quase tudo) que sei, agradeço, sinto orgulho e saudade...

Agradeço à minha madrastra, Sunamita Paula (minha querida Mita), que sempre foi um ombro forte para mim, nos momentos de risos e de desespero.

Agradeço ao carinho da minha irmã Flávia e os risos e brincadeiras do meu irmão João Pedro.

Agradeço aos/às meus/minhas amigos/as, que em vários momentos estão comigo, partilhando felicidades e choros, e que neste registro, eu eternizo: Luana Rêgo, Arthur Michel, Mikaelly Santos, Layse Coutinho, Kássio Lima, Mateus Carvalho, Israel Felipe, Wendell Marques, Romualdo Sales e

Paloma Rávyylla: “Só as grandes amizades possibilitam o resgate do deserto”, cada um/a de vocês possibilitou este resgate particular.

Agradeço de forma muito especial, humana e transbordante de carinho, à minha turma do mestrado, mulheres tão cheias de vida, de experiência, com as quais aprendi, me identifiquei e engordei (risos) tanto, em especial: a Sayonara, pessoa tão importante para mim, com quem aprendi a doçura da construção coletiva de uma amizade; a Alexandra, pelo carinho, preocupação e o exemplo de seguir construindo uma manhã desejada, apesar do mau tempo; a Milca pela humildade na partilha da construção de conhecimento e pelo exemplo de foco e de dedicação; a Mayara, pela amizade, a experiência, da partilha de um dos momentos mais felizes da sua vida conosco e que Filipe continue suspendendo o nosso cotidiano; e a Daliane, exemplo da força do sertão, mas que é calma (expressa na sua voz) e que é doçura, que vejo refletida nos olhos de Marina.

Agradeço à minha orientadora, a professora Mônica Barros, por todo o esforço, dedicação, aprendizado e partilha neste momento. Afirmar as potencialidades do ofício de ser docente, pesquisadora e orientadora num contexto tão duro, mas que resiste, através de grandes profissionais como a professora Mônica, uma verdadeira flor vermelha, que brilha escarlate e que vai resistindo na aridez sólida do “asfalto” que é a academia, parafraseando Drummond.

Agradeço às professoras Jordeana Davi, Moema Serpa, Alessandra Ximenes e Sheyla Suely, pelas diversas partilhas teóricas, políticas e culturais, bem como registrar o grande exemplo profissional que cada uma de vocês representa para mim.

Agradeço aos/às demais professoras/es e funcionários que compõem a Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Agradeço às professoras Cleomar Fonseca e Silvana Mara pela disponibilidade e valiosas contribuições na fase de qualificação do projeto de pesquisa.

A Moema Serpa e Silvana Mara agradeço por estarem contribuindo na avaliação deste trabalho, agora compondo a banca de defesa da dissertação.

Agradeço aos momentos de organização política, vivenciados nas diversas reuniões, viagens e debates durante a gestão da ABEPSS Regional Nordeste.

Agradeço a CAPES pelo financiamento indispensável para manutenção e conclusão do mestrado.

Por fim, e não menos importante, agradeço à literatura de Clarice Lispector, à poesia erótica de Hilda Hilst, às canções de Caetano Veloso e de Chico Buarque, às interpretações de Maria Bethânia e de Elis Regina, à voz de Gal Costa e de Mônica Salmaso e ao samba de Clara Nunes e de Elza Soares.

Flávio José Souza Silva,

Campina Grande, verão de 2019

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe. Perigo de mexer no que está oculto – e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidades do mar. Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele derramo sangue. Sou um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? talvez as diga. **Escrever é uma pedra lançada no poço fundo.**

Clarice Lispector,
Um Sopro de Vida (pulsações).

RESUMO

O presente estudo trata das concepções acerca da categoria cultura nas teses de doutoramento da área de Serviço Social, disponibilizadas *online* pela plataforma Sucupira, no período de 2011 a 2017 e a sua relação com a direção social da profissão. Decorre de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental que teve como objetivo geral analisar a relação entre a apropriação acerca da categoria cultura e a direção social do Serviço Social brasileiro nas teses de doutoramento defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS). Como objetivos específicos mapear nos bancos de teses dos referidos Programas aquelas que versam sobre a categoria cultura; identificar, nessa produção, as apreensões acerca desta categoria; e apreender a sua relação com a direção social da profissão. O lapso temporal definido justifica-se pela ascensão, no citado período, da onda conservadora no país, enquanto uma expressão do largo processo de crise orgânica na atual fase do capitalismo tardio. Para alcançarmos os objetivos propostos a pesquisa teve como suporte teórico a Teoria Social Crítica de base marxiana, que fundada sobre o prisma da razão, nos permite a apreensão mais qualificada entre as dimensões que compõem o real, partindo da apreensão da totalidade social. Portanto, nosso ponto de partida foi à totalidade social, buscando vincular a categoria cultura à materialidade da vida social, em oposição aos pressupostos culturalistas que automatizam e fragmentam esta categoria, tratando-a como autossuficiente, deslocando-a desta materialidade e impedindo-a, desta forma, a sua apreensão crítica pela razão. Para a coleta dos dados recorreremos a um roteiro de leitura e para a sua análise elaboramos alguns quadros nos quais foram sistematizados os conteúdos das teses selecionadas. Nesse sentido, a amostra foi composta por 4 (quatro) teses, defendidas no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Os resultados encontrados confirmam a prevalência de referenciais culturalistas nas apreensões acerca da categoria cultura, sugerindo, pois, a influência do ideário pós-moderno e, conseqüentemente, um tensionamento na direção social do conhecimento em apreço.

Palavras-Chave: Serviço Social. Produção de Conhecimento. Cultura. Direção Social.

ABSTRACT

The present research/study deals with the conceptions linked to the category of culture in doctoral thesis of the Social Service field, available online at the Sucupira digital platform, during the period between 2011 and 2017 and its relation to the social direction of the profession. From an exploratory, bibliographical and documental research that had as general objective to analyze the relation between the appropriation of the category of culture and the social direction of Brazilian Social Service in doctoral thesis defended at the Post-graduate Programs of Social Service (PPGSS). As specific objectives, it is sought to map at thesis depositories of the Programs aforementioned those that deal with the category of culture; to identify, in this production, the apprehensions about such category; and to learn its relation to the social direction of the profession. The length of time defined here justifies itself by the ascension, in such period, of the conservative wave in the country, as an expression of the larger process of the organic crisis in the current phase of late capitalism. To reach the objectives proposed here, this research had as theoretical support the Critical Social Theory of Marxian basis, built over the prism of reason, that allow us a better qualified apprehension between the dimensions that compose the real, starting from the apprehension of the social totality. Therefore, our starting point was social totality, seeking to bind the category of culture to the materiality of social life, in opposition to the culturalist assumptions, which automate and fragment such category, treating it as self-sufficient, dislodging it from materiality, and stopping it, in this way, from its critical apprehension through reason. For the data collection, we resorted to a reading list, and for its analysis, we elaborated a few tables in which the contents of the selected thesis were systematized. In that sense, the sample was composed by 4 (four) thesis, defended at the Post-Graduate Program of Social Service of the Federal University of Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). The results discovered confirm the prevalence of culturalist referentials in the apprehensions dealing with the category of culture, suggesting, thus, the influence of post-modern ideological assumptions, and, consequentially, the [tensionamento] in the social direction of knowledge under appreciation.

Keywords: Social Service; Knowledge Production; Culture; Social Direction.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Apreensões em torno da Categoria Cultura presentes nas Teses de Doutorado UFRJ. Brasil, 2011-2017.....	157
---	-----

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ALAETSS** - Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEAS** – Centro de Estudo e Ação Social
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social
- CELATS** – Centro Latino-Americano de Trabalho Social
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- EAD** – Ensino a Distância
- ENESSO** – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GTP** – Grupo Temático de Pesquisa
- JK** – Juscelino Kubitschek
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- PPGSS** – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso
- UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CULTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAPITALISMO TARDIO: PRÓLOGO	32
2.1 Cultura e a materialidade da vida social: vínculos entre a categoria e o real	58
2.2 Cultura e Antropologia Cultural: o conceito e a negação do real	74
3 SERVIÇO SOCIAL E CULTURA: ELEMENTOS DA EMERSÃO, CONSTITUIÇÃO E APREENSÕES TEÓRICAS EM TORNO DA CATEGORIA CULTURA	86
3.1 Determinantes sócio históricos para emersão do Serviço Social	90
3.2 Serviço Social no Brasil: diferentes projetos profissionais, diferentes apropriações sobre a categoria cultura?	100
4 CULTURA E SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES IDEOPOLÍTICAS DESTA RELAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	122
4.1 Os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social: a expressão do debate da categoria cultura nessa produção de conhecimento	124
4.2 A categoria cultura nas teses de doutoramento: análise do material coletado	139
4.3 Os Caminhos Teórico-Metodológicos da Produção de Conhecimento sobre a Categoria Cultura nas Teses de Doutoramento em Serviço Social da UFRJ	150
CONSIDERAÇÕES	163
REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

“Estou esquentando o corpo para iniciar, esfregando as mãos uma na outra para ter coragem”.

Clarice Lispector

A dissertação que ora apresentamos soma-se a um rico movimento de acúmulo teórico, político e ideocultural de uma determinada área de produção de conhecimento¹, ou seja, do Serviço Social, que se expressa enquanto movimento coletivo de uma profissão, que ao longo de mais de 80 anos de existência, circunscrita na realidade brasileira, vem galgando avanços significativos, construindo resistências e vivenciando retrocessos, como todo movimento dialético, em um cenário consideravelmente adverso para a organização coletiva dos trabalhadores, fruto da onda longa de crise do capitalismo (MANDEL, 1982).

A crise capitalista contemporânea, gestada na década de 1970 do século passado, tem afirmado o poder autodestrutivo do capitalismo, que se expressa na reconfiguração das expressões da “questão social”², relocando o seu caráter político, histórico e cultural, numa atualização e numa dramaticidade talvez nunca antes sentida pelo conjunto da sociedade.

Essa crise gestada na economia vem requerendo a reorganização do Estado burguês para socorrer o capitalismo, conservando a sua própria lógica, que resulta no que Mandel (1982, p. 343) intitulou de “crise financeira endêmica do Estado Capitalista Tardio”. Porém, essa crise transitou para o ambiente político, ampliando as suas expressões nas relações ideológicas³, políticas,

¹ Segundo Mota (2013, p. 19) “ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa”.

² Para Yamamoto e Carvalho (2011), a “questão social” diz respeito às expressões do processo de formação, desenvolvimento da classe trabalhadora e da sua inserção no cenário político da sociedade, exigindo, assim, o seu reconhecimento enquanto classe social por parte do empresariado e do Estado.

³ Nossa apreensão acerca da categoria ideologia alicerça-se nas contribuições de Marx e Engels (2009, p. 31), contida na Ideologia Alemã, em oposição à apreensão idealista sobre a “(...) ideologia [onde] os homens e as suas representações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente

culturais e éticas, assumindo um caráter de uma crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia (MOTA, 2016; MANDEL, 1982).

A transição do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista representou, sem dúvidas, um expressivo salto qualitativo da concentração e da centralização de capitais, que exigiu o deslocamento da articulação dos interesses burgueses da arena da política para outras esferas da sociedade. O que pode ser constatado na “enorme ampliação do campo da ação das intervenções do Estado na vida econômica e social, e a progressão geométrica de leis, decretos, normas e regulamentações” que assegure, ao capitalismo, suas necessidades de reprodução (MANDEL, 1982, p. 343). Dessa forma, concordamos com a tese do autor que o Estado é (e sempre será) produto da divisão social do trabalho, ou se preferirmos, um produto histórico das relações sociais de produção.

A atual fase do capitalismo monopolista como já sinalizamos, o Capitalismo Tardio, não é uma ruptura ou uma quebra com o passado desse sistema social, como afirmara as teorias que são orientadas pela máxima da “sociedade pós-industrial” (JAMESON, 1997). Mas sim uma continuidade ao que precedeu esta atual fase, com novas configurações, mediações e expressões que exigem de nós, pesquisadores, comprometidos com a pesquisa crítica, o poder da abstração para captar esses fragmentos e os decifra-los numa perspectiva de totalidade histórica.

Concordamos que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social-político-cultural, não respeita barreiras nacionais. No entanto, as suas objetivações carregaram consigo as marcas da formação sócio histórica do país, no nosso caso, os traços da formação sócio histórica brasileira e as repercussões da crise orgânica do capitalismo tardio irão se constituir de forma desigual e combinada na nossa particularidade nacional (MANDEL, 1982).

A financeirização da economia, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos postos e dos direitos da classe trabalhadora, como expressão da crise, atingem “diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação dos quais os sindicatos e

físico. Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu a terra, aqui se sobe da terra ao céu”. Assim, os autores constroem uma nova apreensão sobre a ideologia, materialista.

os partidos são expressão” (ANTUNES, 1997, p. 148). Sugerindo, assim, o surgimento de “uma nova classe trabalhadora no Brasil” (CHAUÍ, 2016).

Há duas explicações para esse “surgimento”: o primeiro estaria associado à forma em que os Institutos de Pesquisa classificam e organizam a sociedade – neste caso, notadamente a presença dos referenciais da sociologia estadunidense, que introduz a noção de classe média –, estratificando-a através de critérios que são aparentes, como renda, escolaridade, profissão e consumo.

O segundo é partir do real, do processo de complexificação das classes sociais, especificamente da redução da produção industrial fordista e sua substituição por um modelo de produção flexível; pelo surgimento da união da ciência e da tecnologia, que objetivasse numa profunda modificação na inserção do setor produtivo de cientistas e técnicos; e da passagem de antigas profissões liberais autônomas à condição de assalariamento (CHAUÍ, 2016).

Estamos aqui reafirmando uma concepção histórica de classe social, que parte da apreensão que esta é uma *práxis*; um fazer histórico que não é um dado fixo, imutável e a-histórico. Aqui reside a contradição e a dialética: por um lado conseguimos captar todas as potencialidades transformadoras que a classe possui, mas, também, há o ocultamento dessas potencialidades de ser, graças ao “risco de absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil” (CHAUÍ, 2016, p. 19).

Assim sendo, pela sua posição no sistema social (não possuindo o poder político do Estado, não sendo classe dominante; e não possuindo o poder social da classe trabalhadora organizada) seu teor heterogêneo, fragmentário e individualista, a classe média brasileira não consegue perceber uma causa que a unifique, apesar de que ela se sentiu muito confortável em participar da “ópera bufa” que foi o processo de golpe iniciado em 2014, logo depois da vitória da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que apresentasse, naquele momento histórico (e com novas configurações, na atualidade), como um ataque à nossa frágil democracia.

A classe média brasileira é movida pela contradição: o sonho de ser classe dominante e o pesadelo de tornar-se (ou de descobrir que é) classe

trabalhadora, externando-se enquanto uma classe ideologicamente conservadora, reacionária, tendo seu papel social e político muito claro que é o de assegurar a hegemonia⁴ ideológica da classe dominante (CHAUÍ, 2016).

O conservadorismo e o reacionarismo da classe média brasileira é expressão de um movimento mais amplo, ideocultural, desse momento específico da crise orgânica do capitalismo tardio, o qual Boulos (2016, p. 29) sintetiza como “o pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita”, caracterizando o que o autor intitulou de “onda conservadora”.

O aprofundamento desse cenário é sentido com ascensão do governo ilegítimo de Michel Temer, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), feito através de uma nova configuração de golpe, exigindo que o Estado brasileiro seja chamado à ordem (MARQUES; UGINO, 2017). Reafirmando a nossa interpretação sobre o Estado burguês, como produto histórico, que será orientado a atender aos ditames do capitalismo internacional, pondo em prática contrarreformas (Educação, Trabalhista e a necessidade de espriar esse movimento à Previdência e à saúde, ou seja, a relocação do Fundo Público ao capital e não à reprodução do trabalho), responsabilizando, assim, o trabalho por sua reprodução individualizada, que deve ser conquistada por meio dos parques salários pagos e sobre o “mantra” do empreendedorismo. Ou seja, a ofensiva é política, objetiva, ideológica e cultural. Exigindo, portanto, uma apreensão que permita captar o “chão concreto” onde é gestada esta ofensiva.

Assim, há necessidade de partimos do chão concreto, do movimento real da história, privilegiando esse movimento, nos sustentando por uma determinada concepção dos Fundamentos do Serviço Social, que orientaram a pesquisa que deu origem a este trabalho, na tentativa de deciframos essa especialização do trabalho na sociedade, elucidando os processos sociais que geraram (e geram) e que afirmam (e reafirmam) a necessidade social desta

⁴ Gramsci (2015) assevera que hegemonia se dará pelo domínio de uma determinada classe sobre a outra, não apenas no sentido efetivo (pelo uso da força policial, por exemplo), mas também pelo abstrato, dimensão articulada ao que o autor chama de superestrutura e que envolve a produção de uma determinada cultura e valores que irão referendar a relação de poder de dominação da classe que estiver no controle.

profissão e, principalmente, o significado da crise, das suas ações no campo das relações sociais e da sua direção social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Dessa forma, estamos partindo do entendimento que a profissão é um produto histórico, que tem sentido, significado e posicionamento político; inserida na dinâmica complexa das relações sociais, que construiu através da sua interlocução qualificada com a tradição marxista chaves teóricas que conseguem, através de três núcleos temáticos⁵, decifrar essa complexidade social. Mostrando, dessa forma, a atualidade das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social de 1996 (ABEPSS).

Partindo destas reflexões e deste acúmulo, como mencionado, nossa proposta de pesquisa consistiu em analisar a relação entre as apreensões acerca da categoria cultura nas teses de doutoramento do Serviço Social brasileiro e a sua relação com a direção social da profissão.

Direção social que, conforme Netto (1996), diz respeito ao complexo da cultura profissional, valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos, elaborada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão. Para o referido autor, o fato de que numa profissão, tanto no plano ideal, quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm buscam lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. Nesse sentido é que vão se afirmando valores, diretrizes profissionais que, ao conquistarem segmentos expressivos da profissão, passam a representar a sua “autoimagem”, adquirindo a condição de projeto profissional, o qual somente poderá ser pensado em relação a um projeto societário progressista ou conservador, cujo eixo central conecta-se aos rumos da sociedade como um todo.

Numa sociedade com regras democráticas, segundo o autor supracitado, uma profissão é sempre uma arena de lutas, na qual os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ideopolítica existente na sociedade, buscam elaborar uma direção social estratégica para a sua

⁵ A saber: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

profissão. Direção social estratégica essa que para sua consolidação, necessariamente, não significa a supressão das diferenças no conjunto da categoria, pois que esta não é um bloco homogêneo. Enfim, direção social que não suprime diversas tendências no conjunto da categoria, mas que se inclui num processo de luta, defesa e espraiamento do projeto de formação calcado na intenção de ruptura com o conservadorismo que marca a gênese da profissão.

O esforço político, assim como a defesa por esse projeto profissional, objetiva a materialização, como o espraiamento desses referenciais, nas dimensões que compõem o projeto ético-político, perceptíveis no Código de Ética Profissional (1993); nas Diretrizes Curriculares (1996); e na Lei que regulamenta a profissão (8.662/1993), sendo essas dimensões orientadas por valores alicerçados numa “perspectiva progressista e expressamente democráticos e que se relacionam com o arcabouço crítico à sociabilidade burguesa” (SILVA, 2015, p. 28), ancorados numa perspectiva marxiana.

Nossos objetivos específicos consistiram no mapeamento dos bancos de teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), visando encontrar produções que tratassem da categoria cultura; identificarmos, nessa produção de conhecimento, a apreensão acerca desta categoria; e apreendemos a relação entre a apropriação da categoria cultura e a direção social da profissão, na referida produção teórica.

Portanto, na pesquisa realizada o objeto de estudo foi a Cultura e como o Serviço Social, na sua produção de conhecimento madura (NETTO, 1996), vem se apropriando dessa categoria. Logo, estávamos preocupados em apreender como essa apropriação tinha sido feita e quais os desdobramentos para a direção social do conhecimento produzido. Segundo Ianni (2011, p. 395) um “fato, que é destituído de conceito, que não está categorizado, é um fato que está perdido”.

Priorizamos, assim, tratar a cultura enquanto categoria, um debate vigoroso na tradição marxista e que aprofundamos no capítulo que buscamos vincular a cultura à materialidade da vida social, partindo da ontologia, reconhecendo, assim, a centralidade do trabalho. A priori, nossa reflexão, sobre a categoria e o conceito, está contida em Ianni (2011, p. 404), que diz:

(...) a categoria se constrói, as categorias se constroem pela reflexão que, ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos das estruturas que constituem o seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade; entra na constituição do objeto.

Desse modo, o nosso estudo buscou na categoria mais simples, na vinculação entre cultura e a materialidade da vida social, recompondo no pensamento, a categoria mais complexa, tentando fazer esse movimento e captando os nexos mais essenciais, permitindo nos aproximar do nosso objeto. Ao fazer esse caminho ao “âmago do real” (IANNI, 2011), através da reflexão persistente e insistente, possibilitar a explicitação da essência do nosso objeto de estudo, captando também a sua particularidade e a sua universalidade.

Esse movimento foi importante para tentarmos nos apropriar da concepção materialista da história da cultura, presente na tradição marxista, a qual ancora a direção social majoritária da profissão. Sendo assim, tornou-se possível o questionamento aos conceitos de cultura que tomam as expressões culturais “como uma esfera autônoma, um objeto de estudo autossuficiente” (FREDERICO, 2016, p. 10). Nestas interpretações, há a inversão total do que é defendido pela tradição de pensamento inaugurada por Marx, que insiste que primeiro é a materialidade da vida social, depois as expressões culturais.

Obviamente não estamos querendo simplificar o debate a uma falsa ideia de que há uma superioridade⁶ entre as dimensões que compõem a totalidade da vida social (da objetividade sobre a subjetividade ou da subjetividade sobre a objetividade), estamos sinalizando a fragmentação causada por essas interpretações⁷ sobre a categoria cultura, desvinculando-a do chão histórico e dando a essa esfera uma referente “autonomia”, retirando-a da totalidade da vida social, desmerecendo, assim, as contribuições apontadas pelo próprio Marx (2008, p. 47), no prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, quando o autor trata da construção da subjetividade e da sua relação com a objetividade, comentando que “não é a consciência do

⁶ Seguimos as orientações de Lukács (1979, p. 40), que diz: “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria em relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira não pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”.

⁷ “(...) outro erro metodológico consiste em supor que uma dada categoria social tem um mesmo desenvolvimento, em qualquer esfera da vida social” (BARROCO, 2010, p. 25).

homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social⁸ que determina a sua consciência”.

Segundo afirma Celso Frederico (2016), na obra de Marx a expressão cultura poucas vezes é mencionada, tendo em vista que a sua utilização estava associada ao idealismo alemão. Porém, segundo o mesmo autor, “há uma concepção de cultura que atravessa toda a sua obra [de Marx]. Em linhas gerais, ela é pensada em sua relação com a necessidade, com a base material da sociedade” (FREDERICO, 2016, p. 9). Esta apreensão pode ser captada na seguinte citação:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Dessa forma, o debate sobre a esfera da cultura e as suas repercussões na sociedade e nos indivíduos deve ser captada, levando em consideração que “o desenvolvimento da sociedade é um processo unitário. (...) Não se pode determinar certa fase do desenvolvimento num aspecto da vida social sem que seus efeitos repercutam sobre todos os outros” (LUKÁCS, 1920, p. 10). Sendo assim, a concepção de cultura que estamos nos aproximando é histórica, é material, inserida numa totalidade social, onde as mediações com a economia e a política, parte estruturante das relações sociais contemporâneas, na tentativa de decifrar o real, nos opondo ao imediatismo do cotidiano, necessária para que possamos apreender o singular pelo universal.

A vinculação entre cultura e a materialidade da vida social, segundo Celso Frederico (2016), tem sido afirmada pelo o que há de melhor na tradição marxista, em contraposição às vertentes de pensamento fincadas no que Eagleton (2011, p. 24) chama de “exotismo [que] ressurgirá no século XX nos

⁸ São as contribuições contidas na tradição de pensamento marxiano/marxista que permitem a apreensão desse ser social, através da sua ontologia. Ressalta Cardoso (2013, p.14): “a partir da compreensão da estrutura e do funcionamento da sociedade de classes e do trabalho, Marx poderá apreender as capacidades e/ou potencialidades características do gênero humano em qualquer sociedade e modo de produção”.

aspectos primitivistas do modernismo, um primitivismo que segue de mãos dadas com o crescimento da moderna antropologia cultural”.

O século XX foi o momento em que a tradição marxista começou a se preocupar com os fenômenos culturais, relocando o debate da crítica à economia política, à esfera da cultura. Não obstante a isso, houve uma reação,

(...) quando a esquerda voltou-se progressivamente para a cultura, o capitalismo avançado também o fez, numa espécie grotesca de imagem refletida, na medida em que o que era antes chamado de política, trabalho ou economia agora acenava seu reaparecimento como imagem e informação (EAGLETON, 2011, p. 181).

Sendo assim, os estudiosos críticos do campo da cultura, tinham um relevante desafio pela frente: recompor o debate entre a economia e a cultura, tendo em vista a indicação, citada em nosso texto, de “buscar o chão histórico dos fenômenos culturais” (FREDERICO, 2016, p. 14).

Para alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa que realizamos nos fundamentamos na Teoria Social Crítica de base marxiana, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Teoria esta que adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo as categoriais da contradição, a mediação e da totalidade. Sendo a contradição própria da natureza do real, o qual porta movimento, afirma-se e nega-se; mediações que são categorias que conectam os níveis imediato e mediato; e a totalidade formada pelas dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade que conformam o real. Através dessa teoria foi possível “explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado” (IANNI, 2011, p. 397).

Assim, buscamos, nesta investigação, conceber o objeto na totalidade das relações que o determinam, realizando sucessivas aproximações na trajetória que vai da aparência ao movimento da essência, na tentativa de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e a complexidade do movimento do real. Portanto, como totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais, os quais, sob determinadas

condições históricas, ao se depararem com as atuais demandas postas à produção de conhecimento teórico respondem, configurando uma direção social ao conhecimento teórico produzido.

Sendo assim, o método crítico-histórico-dialético, como salienta Oliveira (2016, p. 53), nos permite fazer “um estudo em profundidade, visto que o método dialético requer o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade”.

Nossa abordagem foi essencialmente qualitativa, sendo esse tipo de pesquisa caracterizada “como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas (...) e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 60). Outra característica desse tipo de abordagem está relacionada à profundidade em que as informações são buscadas, com intuito de externar o significado, as características e o contexto histórico-social em que se encontra o objeto pesquisado. Embora os dados quantitativos sejam importantes, na nossa apreensão sobre a totalidade social, estes representam apenas fragmentos do real e não a sua totalidade concreta.

Optamos por 03 (três) tipos de pesquisa, as quais, em nosso estudo, possibilitaram alcançar os nossos objetivos, atendendo a dois momentos particulares da nossa investigação, que foram: a pesquisa exploratória, caracterizada por ser “(...) a primeira etapa de uma investigação mais ampla” (GIL, 1999, p. 49); a pesquisa bibliográfica, sendo essa caracterizada pela “análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (OLIVEIRA, 2016, p. 69); e a pesquisa documental, que segundo Oliveira (2016) muito se assemelha a pesquisa bibliografia, mas sendo caracterizada pela consulta a documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como é o caso da Plataforma Sucupira; banco de teses dos PPGSS, onde conseguimos mapear as teses que subsidiaram a nossa pesquisa; e as Diretrizes Curriculares de 1996 para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS.

Assim, como material empírico, utilizamos as teses de doutoramento defendidas nos PPGSS no Brasil, no período de 2011 a 2017. Lapso temporal que se justifica pela ascensão de uma onda conservadora no país. Este cenário, como desdobramento das Jornadas de Junho de 2013, mostrou o descontentamento nacional, em torno de um pacto social que demonstrava a

sua insustentabilidade, bem como a segurança da direita em “sair do armário” e a sua segurança em expressar abertamente o seu discurso de ódio contra segmentos sociais historicamente discriminados. Neste sentido, foi proposta a análise do período de 2011, como início desse processo, passando pelo momento de ascensão, que é o ano de 2013, e, por fim, apreender como esse processo tem se configurado na sua “maturação” em 2017.

Para a definição da nossa amostra, partimos de uma pesquisa exploratória, seguindo os seguintes passos: primeiro, realizamos um mapeamento na plataforma Sucupira, de todos os PPGSS no Brasil, do ano de 2011 a 2017, que resultou no total de 34 (trinta e quatro) PPGSS; Segundo, catalogamos cada um desses PPGSS, com o sentido de focarmos naqueles que possuíam o curso de mestrado e doutorado (já que a nossa proposta de pesquisa teve como foco as teses de doutoramento), totalizando 19 (dezenove) PPGSS; terceiro, buscamos identificar os PPGSS que possuíam linhas de pesquisas que versassem sobre a esfera da cultura, tendo como área de concentração o Serviço Social, e que as teses estivessem disponibilizadas na Plataforma Sucupira (*online*). Seguindo essas etapas, chegamos ao total de 02 (dois) PPGSS que atendiam aos critérios estabelecidos. Assim, resultou no Programa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Porém, ao realizarmos o levantamento das teses na Plataforma Sucupira, no período de 2011 a 2017, o PPGSS da UERJ não havia ainda disponibilizado nenhuma tese *online*, impossibilitando, dessa forma, a coleta de dados nesse programa. Sendo assim, a nossa pesquisa priorizou as teses defendidas e disponibilizadas pelo PPGSS da UFRJ, já que foram essas que pudemos ter acesso.

Para a escolha das teses levamos em consideração alguns critérios, como a sua vinculação à linha de pesquisa (Estado, Sociedade e Direitos humanos; Temas urbanos e Movimentos Sociais, linhas estas que estão vinculada à área de concentração “Cultura e Serviço Social”⁹) que versassem

⁹ O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, vinculado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS/UFRJ), teve seu início, com o curso de mestrado, em 1976 e o doutorado em 1994, sendo o primeiro curso de doutorado público, em Serviço Social, no Brasil. Atualmente, esse Programa está estruturado em 3 (três) áreas de concentração, sendo elas: Teoria Social, Formação Social e Serviço Social; Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social; e Cultura e Serviço Social. Cada área de

sobre o nosso objeto de estudo, títulos e palavras-chave. Tendo sido possível identificar 04 (quatro) teses, que atendiam todos os critérios mencionados, e que foi o nosso material estudado. Optamos, por questões éticas, na nossa exposição, não revelarmos os nomes dos autores, sendo a sua reprodução, ora exposta nesta dissertação, através de números (tese1; tese2; e assim por diante).

Para a coleta de dados fizemos uso de um roteiro de leitura, como direcionamento para a apreensão do real na sua aparência e essência. Como destaca Lima e Miotto (2007), a criação desse instrumento é fundamental para realizar um exame mais profundo das obras a serem pesquisadas. Esse instrumental de pesquisa nos permitiu apreender o conteúdo das teses, que foram o nosso material de pesquisa.

Para a sistematização e análise crítico/analítica pormenorizada de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais significativos, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuam a mediação entre a essência e a aparência, ou a reprodução do concreto pensado (MARX, 2008).

Assim, esta dissertação insere-se no movimento rico e contraditório da sociedade, propondo o debate em torno da categoria cultura, seguindo as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, especificamente a do núcleo temático dos Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que reconhece as “dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação”, bem como a sua vinculação à materialidade da vida social (ABEPSS, 1996, p. 10). A necessidade de ter como norte as Diretrizes Curriculares de 1996 se deu por entendermos que este projeto de formação profissional deve também orientar a formação pós-graduada em Serviço Social, vinculando os nossos objetos de pesquisa ao debate da profissão, atualizando essa formação a partir das exigências que a atualidade impõe à nossa categoria, criando resistências em torno, como é o caso do notório, antimarxismo que é expressão do debate

do “fim das grandes narrativas” e das inflexões dos pressupostos pós-modernos à formação e à direção social da profissão.

Desta forma, nosso objeto nasceu da busca de apreendermos como o Serviço Social brasileiro vem produzido conhecimento em torno da categoria cultura, desde o seu surgimento até os dias atuais, particularizando um momento específico conjuntural, que é o momento de crise da sociedade capitalista e as suas repercussões à totalidade da vida social.

Nosso estudo partiu da premissa que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória; é um movimento que se apresenta em diferentes facetas e em diversas particularidades. Contudo, a pesquisa “deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento (...) o que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo” (IANNI, 2011, p. 395). Dessa forma, para não cairmos no equívoco de captar o todo dissecado como numa anatomia, ou como uma fotografia que expressa o real, mas que não é o real propriamente dito, procuramos apreender essa dinâmica enquanto movimento vivo, contraditório e dialético e assim construir uma reflexão, um conceito e uma definição, que conseguisse captar essa vivacidade e integridade deste real, como já comentou Ianni (2011).

Portanto, foi seminal a contribuição de alguns autores do campo crítico que foram, em nosso estudo, o fundamento da nossa “categorização do objeto”, como é o caso da obra de Terry Eagleton (2011), que resgata contribuições de Raymond Williams (2011), esses dois teóricos, fazem parte de um segmento de autores ingleses que estão preocupados em conceituar a “ideia de cultura”, mostrando, em síntese, como essa categoria foi sendo reconfigurada ao longo da história da materialidade à abstração – sendo a abstração, na conjuntura atual, responsável por ser a “matéria desfocada da antropologia cultural” (EAGLETON, 2011). Esses dois autores, nos deram contribuições riquíssimas para a apreensão do nosso objeto de estudo, com a devida necessidade de aprofundarmos o “caminho metodológico”, apontado por Marx e ir buscar no livro II da Ontologia do Ser Social de György Lukács (2013) a vinculação entre a cultura e a materialidade da vida social, tomando a categoria trabalho como fundamento do ser social. A contribuição de Antonio Gramsci (2015) também foi de suma importância para conseguirmos tratar da “vinculação [entre] as relações de hegemonia, e encaminhar para uma

apreensão mais aproximada do real a partir de indicações pertinentes às condições concretas” (ABREU, 2011, p. 18).

Portanto, para um maior aprofundamento sobre a temática que estávamos tratando, nos apropriamos de produções teóricas que versam sobre a nossa problemática de estudo, como é o caso de Marx, Engels (2004), Györg Lukács (2013), Antonio Gramsci (2015), Celso Frederico (2016), Terry Eagleton (2011), Raymond Williams (2011) e demais pesquisadores que contribuam com a temática da cultura e que também venham problematizando a produção de conhecimento. Bem como, também trazemos o contraponto, privilegiando clássicos da chamada Antropologia Cultural, como são destaques os trabalhos de Mércio Pereira Gomes (2015), Waldenir Caldas (1986) e Roque de Barros Laraia (1993).

A noção sobre a categoria cultura que trabalhamos, saiu da abstração (ou da fragmentação) e da autossuficiência contida nos pressupostos culturalistas¹⁰, muito usuais pelo ideário pós-moderno¹¹, que tem a sua maior expressão na chamada Antropologia Cultural, para o campo da materialidade da vida social, seguindo as orientações de Lukács (1920; 2013).

Para Abreu (2011, p. 18) é necessário apreender, de forma mais contundente, a relação existente entre a cultura e a política, para que assim, seja possível apreender as suas incidências “no modo de vida, de pensar e de agir” dos sujeitos em sociedade.

É em “Americanismo e Fordismo” que Gramsci trabalha a sua apreensão sobre cultura, a sua vinculação com a hegemonia e a conquista do consenso das massas. Nesse texto, o autor demonstra como no caso estadunidense o fordismo obteve êxito ao criar um novo perfil de trabalhador, a partir do consenso e da utilização da força, na construção de uma nova cultura

¹⁰ Sobre as bases do conceito culturalista, Terry Eagleton (2011, p. 26), aponta: “é a fusão do descritivo e do normativo, conservada tanto de “civilização” quando do sentido universalista de “cultura”, que despontará na nossa própria época sobre a roupagem de relativismo cultural. Ironicamente, esse relativismo “pós-moderno” deriva-se justamente de tais ambiguidades na própria época moderna”.

¹¹ O ideário pós-moderno, segundo Harvey (2014), consiste na condição histórico-social-geográfica, que se expressa primeiro na arquitetura, nas artes e na literatura, enquanto um estilo (o pós-modernismo), mas que gesta uma forma de pensar (e de produzir conhecimento) que está em sintonia com as exigências do capitalismo, neste período de crise, a pós-modernidade.

e de uma hegemonia que foram absorvidas pelo conjunto dos trabalhadores (GRAMSCI, 2015).

Para Gramsci (2015), o processo de construção da hegemonia no bloco fordista-keynesiano, inicia-se na apreensão das determinações que a estrutura (base) opera sobre a superestrutura e como esta reafirma a primeira. Portanto, a apreensão de totalidade do autor, na construção das dimensões que a compõem, parte do pressuposto da organização dos homens para produzir e organizar o trabalho, sendo assim, datado historicamente. Todavia, a contribuição do autor, na construção de um projeto societário hegemônico, gestado na fábrica, trará repercussões para o conjunto da sociedade, sendo, dessa maneira, a contribuição riquíssima para desvendarmos primeiro a materialidade da vida social e assim apreendermos as determinações sobre as expressões culturais.

Assim, a nossa pesquisa tratou também de uma das dimensões da vida social, que é a produção de conhecimento, particularmente no Serviço Social, tentando captar como vem se dando a apropriação da categoria cultura e suas repercussões à direção social da profissão.

Sobre o Serviço Social e a produção de conhecimento, Netto (2016, p. 51) assevera:

(...) a sua efetiva inserção no circuito universitário, embora tardia, logo propiciou a emergência da formação pós-graduada (1972) que, por seu turno e em relativamente pouco tempo, permitiu o surgimento de um acervo documental/bibliográfico responsável por inscrever o campo acadêmico-profissional como área de produção de conhecimento entre as ciências sociais aplicadas (1984). E que, consolidada a pós-graduação, o Serviço Social brasileiro passou a incidir sensivelmente no exterior (nomeadamente no Cone Sul latino-americano e em Portugal).

Apesar do legado histórico instaurado pela perspectiva de Intenção de Ruptura, o Serviço Social é travejado, desde a elaboração desse projeto de formação, por vários processos de disputa política em várias dimensões da profissão, através de movimentos exógenos e endógenos, que tentam recompor antigas práticas profissionais. Sendo assim, o campo da produção de conhecimento não poderia está fora dessa disputa política-ideológica-teórica-cultural.

Neste sentido, trataremos a esfera da cultura inserida na totalidade social, capturando as mediações históricas, econômicas, políticas, tentando identificar as suas incidências na produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro. Estamos, desta forma, tentando seguir as orientações de Lukács (1920, p. 1) que diz que

(...) se nós compreendermos corretamente a cultura de uma época, compreendemos em suas raízes o desenvolvimento do conjunto dessa época, é como se tivéssemos partido da análise de suas relações econômicas.

O interesse em estudar o tema em questão surgiu de motivações pessoais, teóricas e também políticas. Dentre elas, destacamos a nossa experiência no Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC/UEPB – cota 2013/2014), no projeto de pesquisa intitulado: “Produção de Conhecimento e Serviço Social: a direção social em debate”. Os resultados alcançados pela pesquisa revelaram que a direção social do conhecimento produzido em Serviço Social vem fortalecendo o projeto profissional crítico, porém, identificou-se também, marcante presença de uma produção culturalista, desmerecendo a perspectiva de totalidade na apropriação dos fenômenos sociais, o que indica uma possível articulação com o contexto das transformações societárias, sob a lógica burguesa.

Soma-se a este interesse, também, a experiência proporcionada pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, do qual esta proposta de investigação é um desdobramento, o qual nos possibilitou um resgate histórico dos valores que orientaram a profissão desde o seu surgimento até os dias atuais, como, também, a presença de duas direções antagônicas para a formação profissional crítica do Serviço Social na cotidianidade. Em síntese, nosso TCC apontou o seguinte resultado:

(...) O Serviço Social encontra-se, pois, travejado por duas tendências teórico-metodológicas: uma tendência funcional ao momento histórico do capital, para a qual o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elabora uma determinada diretriz curricular pautada na focalização, na individualização e na negação de uma formação teórico-metodológica rigorosa, com base nas influências pós-modernas e nos valores conservadores; a outra tendência, alimentada pelo legado da intenção de ruptura com o conservadorismo societal e

profissional, se expressa nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, cuja orientação teórico-filosófica vincula-se à tradição marxiana/ marxista (SILVA, 2015, p. 28).

Do ponto de vista teórico, o destaque refere-se à escassa produção bibliográfica na área sobre o tema. Apesar de renomados teóricos, a exemplo de José Paulo Netto (1996), Marilda Iamamoto (2012), Marina Maciel Abreu (2011) debaterem a categoria da cultura e suas possibilidades à emancipação humana, a relação entre cultura e Serviço Social e, mais especificamente, como o Serviço Social tem se apropriado dessa categoria na sua produção de conhecimento, é algo que não vem sendo explorado pela profissão¹².

Da vivência com o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), surgiu a constatação da falta de debate, até mesmo por parte dos militantes acerca da apreensão da esfera da cultura e suas possibilidades de contribuição a uma formação crítica sintonizada com o projeto profissional do Serviço Social.

A partir do exposto, elaboramos o seguinte questionamento de pesquisa:

- 1- Qual a relação entre apreensão da categoria cultura e a direção social do Serviço Social?

Nossos pressupostos de pesquisa foram os seguintes: a crise orgânica do capitalismo tardio trouxe repercussões ao conjunto da sociedade, em todas as esferas da vida social, sendo o Serviço Social, inserido nessa realidade concreta, não poderia estar imune às essas expressões; apesar da incipiente produção acerca da categoria cultura, na tradição marxista, esse debate parece muito bem “elaborado” na antropologia cultural, havendo a possibilidade do Serviço Social, na sua produção de conhecimento, apropriar-se desse debate proposto por essa área de conhecimento, desprezando as orientações contidas nas Diretrizes de 1996; e, por fim, a apropriação sem

¹² Recentemente, nos dois últimos números da Revista Temporalis, especificamente as de número 33 e 34, há dois artigos específicos que versam sobre expressões da cultura, particularizando as suas contribuições/reflexões no campo da arte; o primeiro trabalhando a mediação da arte no trabalho educativo do Serviço Social e as suas contribuições à emancipação humana; e, o segundo, trazendo uma importante reflexão da arte a sua contribuição às lutas sociais.

crítica dos pressupostos culturalistas apresentam-se como uma inflexão à direção social da profissão na atualidade, pois nega a perspectiva teórica na qual está ancorada tal direção majoritária da profissão.

Assim, nossa pesquisa justificou-se pela necessidade de sintonizar o nosso objeto de estudo à proposta de formação contida nas Diretrizes de 1996, ou seja, discutir a categoria cultura e a sua vinculação à materialidade da vida social. Desta forma, nos preocupamos em desvendar como o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, vem se apropriando da realidade concreta, do movimento da história e elaborando conhecimento sobre uma determinada categoria presente no concreto.

Logo, nossa pesquisa vem reafirmar a riqueza e atualidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que através da sua qualificada interlocução com a tradição marxista, constrói chaves teóricas que permitem a captação da complexidade e da fragmentação que a categoria cultura encontra-se no pensamento culturalista, traduzindo-a e inserindo-a na historicidade das relações sociais capitalistas.

Tendo em vista as reflexões postas, durante a nossa investigação, galgamos um duro caminho até a sua concepção/exposição, sendo eles: a dificuldade de mapear o material empírico (as teses) na Plataforma Sucupira, em versões completas; a desatualização de alguns *sites* dos PPGSS em relação aos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira, onde foi possível detectar linhas com nomenclaturas diferentes entres os *sites*; e a impossibilidade de encontrar, no banco de teses, das Bibliotecas da Universidades *online*, a disponibilização das teses para pesquisa. Outros problemas, de cunho pessoal e conjuntural, também fizeram parte deste processo, mas que acreditamos ter amadurecido o “ofício”.

Portanto, o desafio mais expressivo da nossa investigação foi o de captar o chão histórico/material das expressões culturais. Esse desafio mostrou-se para nós um grande desafio intelectual, tendo em vista a larga produção idealista em torno da categoria cultura. Porém, o anseio de desvelar esse real, para que assim, possamos construir alternativas que contribuam para a superação da apropriação acrítica de vertentes culturalistas pela produção de conhecimento no Serviço Social, fora o grande responsável pelo desenvolvimento da investigação que ora expomos os seus resultados.

Assim, a nossa exposição foi estruturada em três capítulos. O primeiro versa sobre a produção de conhecimento, o capitalismo tardio, a crise orgânica e o debate em torno da categoria cultura, vinculando esta categoria à materialidade da vida social, seguindo as orientações propostas pelo projeto de formação de 1996 e, também, mostrando o seu contraponto que é o debate da antropologia cultural e os seus diversos conceitos sobre a cultura.

O segundo capítulo consiste num resgate histórico do Serviço Social brasileiro, tentando captar como essa categoria profissional vem tematizando a categoria cultura na sua produção de conhecimento. Sem esquecer, obviamente, dos vínculos com a conjuntura social, ou seja, dos movimentos internos e externos do (e para o) Serviço Social brasileiro.

E no terceiro capítulo, articulado aos elementos expostos anteriormente, expomos as apreensões sobre a categoria cultura e sua relação com a direção social da profissão. Portanto, as incidências ideoculturais na produção de conhecimento do Serviço Social, na contemporaneidade e como essas expressões caracterizam-se enquanto uma inflexão à direção social da profissão, já que elas tendem a negar a materialidade da vida social, a centralidade do trabalho, a perspectiva de totalidade e da revolução, sendo estas pressupostos essenciais ao método que é fundamento para o Projeto Ético-Político profissional.

As páginas que se seguem são fruto de dedicação, estudos e noites sem sono. Mas que segue o caminho tortuoso, como os de raízes rebentando a terra, com o dom da paixão e se atrevendo a continuar “jogando pedra” no poço fundo que é o conhecimento, como tão bem Clarice Lispector nos provoca em sua literatura. Esse trabalho é apresentado e colocado para o debate plural, livre e democrático que só em universidades sem mordanças pode existir e ganhar corpo: não devemos nos calar, a Universidade Pública brasileira é um lugar dos debates e não das mordanças.

Que sejamos provocados – e que este estudo, sobretudo, possa nos provocar!

2 CULTURA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CAPITALISMO TARDIO: PRÓLOGO

“Digo: o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.
João Guimarães Rosa

Nossa argumentação, ao longo de todo este trabalho, consistiu na apreensão do desenvolvimento da sociedade enquanto um processo unitário. Sendo assim, não é possível discutirmos determinados aspectos da sociabilidade, sem considerar que estes repercutem e alcançam outras dimensões da vida social (LUKÁCS, 1920). Foi a partir da apreensão desta unitariedade, que tentamos captar o nosso objeto de pesquisa, vinculando-o a processualidade histórica do desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

Apesar do seu aparente isolamento (ou pretensa autonomia) a categoria cultura, através das modificações da sua função social, apresentou-se para nós como uma possibilidade concreta de apreensão teórica do desenvolvimento da sociabilidade burguesa. Se partirmos de uma apreensão qualificada em torno desta categoria, como afirma Lukács (1920), é como se estivéssemos partindo das análises das relações econômicas. Neste sentido, acreditamos que essa análise qualificada consiste, necessariamente, em tentar captar a materialidade onde a cultura insere-se, desenvolve-se e expressa-se.

O vínculo entre a cultura e a materialidade da vida social é afirmado no que há de melhor na tradição de pensamento marxista (FREDERICO, 2016). Porém, o debate majoritário em relação a esta categoria, na produção de conhecimento na atualidade, desvincula e automatiza essa categoria que, inclusive, torna as expressões culturais autoexplicativas, escondendo, dessa maneira, a constituição dessas expressões. Este debate é flagrante nas obras de autores da chamada Antropologia Cultural, como é o caso de Roque de Barros Laraia (1993), Walderyn Caldas (1986) e de Mércio Perreira Gomes (2015).

Assim, em um determinado momento histórico, a lógica cultural do capitalismo a intensifica e reforça os pressupostos culturalistas que desvinculam a categoria cultura da materialidade da vida social. A produção de conhecimento em torno dessa categoria, assim, não parece desvelar essas problemáticas, tendo em vista que estes pressupostos estão preocupados em

interpretar apenas as expressões da cultura e não a constituição dessas expressões. Neste sentido, o grande desafio foi captar o chão material onde as expressões culturais se objetivam, bem como trazer à tona o debate culturalista, para que assim fosse possível apreendermos a função social do conhecimento e das apreensões em torno dessa categoria social e as suas inflexões para a direção social estratégica da profissão.

A produção de conhecimento são formas de apropriação do mundo real que estão “(...) em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31), existindo, assim, diversas formas de apropriar-se desse real, como é o caso da arte, da religião, do senso comum, do conhecimento prático, dentre outras. Porém, qualquer forma de apropriação do mundo terá por base as relações sociais concretas dos homens em sociedade, sendo estas fundadas por específicos modos de produção que são datados sócio e historicamente.

Contudo, somente o conhecimento teórico permite uma apropriação universal e mais completa sobre o real, já que esse busca traduzir e elevar o “(...) abstrato ao concreto (...) para apropriar (-se) do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p. 259).

Dessa forma, Marx inaugurou uma nova forma de apreensão do real, completamente revolucionária, mas em sintonia com “as revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII (...) consideradas [como] os principais marcos do pensamento moderno” (SIMIONATTO, 2009, p. 1). Assim, na perspectiva marxiana, o conhecimento teórico é a apropriação do real através do primado da razão; a sua tradução pelo pensamento em sua forma concreta, real e efetiva, deixando de lado as abstrações dos conceitos, mas procurando a construção da categoria por meio da razão ontológica. Assim sendo,

(...) a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p. 259)

Nesta linha de raciocínio, a realidade existe anterior ao pensamento sobre ela, sendo a matéria precedente do conceito, mas só pelo processo de produção de conhecimento teórico que o sujeito pode captar a reprodução ideal do movimento do objeto na realidade, nas suas mais variadas determinações. Porém, o objeto existe no real e não precisa do sujeito para existir, mas para que haja produção de conhecimento teórico sobre esse objeto é preciso um sujeito que, independente das suas vontades e desejos, consiga captar e traduzir, por meio do pensamento, essa vivacidade e dinamicidade da existência desse objeto na realidade concreta. Todavia, apropriar-se deste real, através do pensamento, é fundamentalmente um ato teórico.

A perspectiva inaugurada por Marx é fruto das profundas transformações que a modernidade possibilitou como à economia, à política, à ética, à cultura e, também, à produção de conhecimento teórico. Neste momento, o que ocorreu foi uma profunda modificação na forma de apreender a realidade, que não mais partiria das explicações metafísicas, contidas nos padrões de conhecimento greco-medieval (TONET, 2013).

Como afirma Simionatto (2009, p.1), o abandono de uma concepção dogmática e restrita de mundo, fundamentada nas ideias religiosas, terá repercussões não apenas no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na cultura, na ética, nos valores, nos costumes etc.

Assim, a Modernidade instaurou um novo padrão de apropriação e explicação sobre o real, fundado na razão, baseando-se na capacidade que o homem possui em elaborar explicações teóricas partindo de leis objetivas. Tais formulações podem ser percebidas no projeto epistemológico da tradição racionalista, que fora inaugurada por Descartes, bem como na revolução copernicana e na tradição empirista de Francis Bacon, porém foi Kant que levou “as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica” (SIMIONATTO, 2009, p. 2). Todavia, nessa apreensão sobre o real, o sujeito possui centralidade na produção de conhecimento, embora captando o real a partir da razão fenomênica (TONET, 2013).

A razão fenomênica, no entanto, não consegue captar a essência do objeto, mas apenas as suas expressões fenomênicas que estão presentes no real, já que é o sujeito “(...) que constrói (teoricamente) o objeto. O sujeito é o

polo regente do processo de conhecimento. É ele que colhe os dados, classifica, ordena, organiza, (...) e, desse modo, diz o que é o objeto” (TONET, 2013, p. 13).

Todavia, nessa forma de desvelar o real, o ponto de partida, assim como o de chegada, é um só: os dados empíricos. O idealismo, o subjetivismo, a consciência individual e a autonomia à produção de conhecimentos, com base na razão fenomênica, segue seu percurso histórico durante todo o século XVIII e em todo período intitulado de Iluminismo (SIMIONATTO, 2009).

Os questionamentos a esse modelo de explicação subjetivista sobre o real sofreram a sua mais contundente crítica com o sistema hegeliano no início do século XIX. Hegel (2001) estabeleceu a diferença entre a objetividade e a subjetividade no processo de conhecimento e reafirmou a razão como base absoluta da existência humana (SIMIONATTO, 2009). Dessa forma, a razão fenomênica acrítica é substituída, na obra de Hegel (2001), pela razão dialética, capaz de captar a historicidade dos fenômenos sociais, indo além de suas aparências.

Hegel (2001) instaurou uma nova forma de apreensão do real, como sintetiza Coutinho (2010), priorizando três núcleos: o humanismo, colocando o homem como produtor e produto da sua própria história; o historicismo, capaz de captar o movimento, desenvolvimento e a processualidade do objeto no real; e a razão dialética, esta capaz de superar o pensamento imediatista sobre a realidade, possibilitando a captura da subjetividade e da objetividade, assim como as relações que estas dimensões estabelecem entre elas.

Segundo Coutinho (2010), o movimento progressista ascendente e que orientou à elaboração de uma racionalidade humanística e dialética, iniciada pelos pensadores renascentistas, teve em Hegel (2001) a expressão mais elevada desse movimento.

Porém, por volta de 1830- 1848 ocorreu

(...) uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética (COUTINHO, 2010, p. 21).

É um dado de realidade que com a emergência da burguesia, altamente revolucionária e racional, iniciou-se um processo de modernização e de transformação nas mais variadas esferas da vida social, como foi o caso da política, da ética, da ciência, da cultura, dos valores etc. que possibilitaram o rompimento definitivo com o feudalismo e o surgimento, assim, do modo de produção capitalista. Segundo Coutinho (2010, p. 22),

(...) na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e consequente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana.

Como expressões desse movimento rico e contraditório podemos destacar as elaborações de duas grandes matrizes teóricas da racionalidade moderna, que podem ser captadas pela constituição de uma “direita” e de uma “esquerda” hegeliana. A direita hegeliana abandonou e categorizou como inadequadas às conquistas do período anterior, preocupando-se apenas em conservar os momentos mais regressivos e marginais daquele movimento que se assentava na razão e que culminaria na elaboração da dialética, do humanismo e do historicismo, tendo como expressão maior o positivismo de Comte; e a esquerda hegeliana, enquanto expressão filosófica de um movimento através do qual o proletariado recolheu a bandeira abandonada pela burguesia, superou seus limites e contradições, elevando a racionalidade dialética a um nível superior, materialista, graças ao trabalho primoroso de Marx (COUTINHO, 2010).

As transformações societárias decorrentes da modernidade e que possibilitaram a tomada de poder, pela burguesia, instauraram movimentos ascendentes em todas as dimensões da vida social, seja na modernização da produção, na quebra dos costumes e na reformulação dos valores, na constituição de uma cultura progressista e de uma política completamente nova. Porém, a burguesia conseguiu vislumbrar que essa evolução cultural representava, agora enquanto classe dominante, uma pretensa ameaça à sua posição. Assim, iniciou-se um processo de abandono, principalmente da categoria da razão, apostando numa matriz de conhecimento que possibilite este abandono (COUTINHO, 2010).

A matriz positivista analisa a sociedade segundo as leis da natureza, “(...) tendo como modelo a biologia, a filosofia positivista a concebe como uma ordem natural que não pode ser mudada e à qual os homens devem submeter-se” (SIMONATTO. 2009, p. 3). Esse tipo de racionalidade formal-abstrata (ou razão instrumental) se expressa como negação e limitadora do papel da razão à produção de conhecimento e à *práxis* dos homens, sendo que ela nega a dimensão histórica e social. Temos, assim, a negação da racionalidade e o fortalecimento do terreno do irracionalismo, que tendem conservar as relações sociais burguesas à sua perpetuação (COUTINHO, 2010; SIMIONATTO, 2009).

A teoria social de Marx, sendo esta contemporânea ao positivismo, parte do pressuposto que o conhecimento opera-se envolvendo as dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade, não sendo apenas uma mera e simples transposição do pensamento ideal, mas sim na capacidade de reflexão crítica e reconstrução, a partir do conhecimento acumulado, em uma síntese, o concreto pensado. Dessa forma, a teoria social de Marx “(...) busca captar o real em suas múltiplas determinações e reafirmar o caráter histórico e criador da *práxis* humana” (SIMIONATTO, p. 4). Possibilitando, assim, os fundamentos de uma concepção de mundo completamente nova (TONET, 2013).

Durante todo o período ascendente da filosofia burguesa há a necessidade de os estudiosos interpretarem o mundo de forma científica, através dos núcleos que são característicos desse momento social (o humanismo, o historicismo e a razão dialética) e sendo estes únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente uma nova ética e uma apreensão ontológica sobre o real (COUTINHO, 2010). Porém, o que é observado na filosofia da decadência é um abandono completo no terreno científico, visto que

(...) qualquer ação que pretenda transformar o mundo em sua totalidade e não apenas em alguma parte dele pressupõe que este mundo seja, de fato, uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes essencialmente articuladas entre si, que haja hierarquia entre as partes que compõem e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto (TONET, 2013, p. 68).

Para Marx, segundo Tonet (2013) , a produção de conhecimento é totalizante e qualquer objeto que o sujeito possa apreender ou criar é uma parte de um todo, sendo este composto pela soma de várias partes que o constitui/constrói, sendo estes um conjunto de fatos articulados numa totalidade que é histórica e social. Há três elementos, nesta perspectiva, que compõem a sua potencialidade: o primeiro seria o fundamento na teoria valor-trabalho, que reconhece a centralidade da categoria trabalho como fonte de toda riqueza social; o método crítico-histórico-dialético, sendo capaz de desvelar a realidade; e a perspectiva da revolução, já que o conhecimento, para essa matriz de conhecimento, é a possibilidade de instrumentalização da classe trabalhadora à superação da sociabilidade burguesa.

Como podemos perceber, no cerne da teoria social de Marx, há o aprofundamento e o melhoramento dos núcleos que compõem a razão moderna, avançando e possibilitando, inclusive, à crítica e propondo a superação do modo de produção capitalista. Não é de se estranhar que a crítica da ideologia da decadência comece, exatamente, por tais categorias, propondo as suas “correções”, ou seja,

(...) em lugar do humanismo, surge o individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou afirmação de que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da *práxis* humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata (...); em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento do irracionalismo fundado na intuição arbitrária (COUTINHO, 2010, p. 30-31).

A razão moderna se expressa em três grandes formas de apreensão do real, através da razão: seja a razão fenomênica; a razão instrumental (ambas abordagens gnosiológicas sobre o real); e a razão dialética, em um primeiro momento, em Hegel, ainda idealista, mas que em Marx têm seu aprofundamento e aperfeiçoamento, sendo agora materialista (possibilitando, assim, a construção de uma abordagem ontológica sobre o real). A filosofia da decadência pretende, através das “correções” às categorias do método dialético, a destruição da categoria razão, sobretudo, firmar apenas uma concepção realmente “científica” sobre a “produção de conhecimento”, sendo

essa alicerçada numa abordagem gnosiológica, através da razão fenomênica e/ou instrumental (TONET, 2013).

A produção de conhecimento, como estamos argumentando até agora, está entrelaçada à materialidade da vida social e à forma que os homens, em sociedade, vão construindo e se reconstruindo enquanto ser social. Conseguimos perceber que há profundas transformações com a instauração do modo de produção capitalista e que é esse modo de produção que irá expressar determinações sociais às demais dimensões da vida social. Partindo dessa reflexão, cabe a nós procurarmos apreender as transformações societárias do século XX, tendo como horizonte a vinculação entre materialidade da vida social e as determinações sociais à produção de conhecimentos, à cultura e seus desdobramentos para o conhecimento.

Neste sentido, levando em consideração a historicidade e as transformações ocorridas na (e pela) sociedade capitalista, particularizamos um determinado momento sócio histórico desta sociabilidade, que é o estágio imperialista do capitalismo.

Esta fase, como já fez Lenin (2012), pode ser sintetizada em estágio monopolista, sendo considerada como clássica e que em termos históricos, inicia-se em 1890 e vai até 1940 do século passado. Nesta fase, o capitalismo monopolista surge “devido à concentração da produção, [como expressão da] lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 42), a lei geral de acumulação capitalista. Outro traço característico deste momento histórico é a relocação em patamares mais altos do “sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2011a, p. 19). Assim sendo, o monopólio objetivasse enquanto ordem superior do capitalismo, sendo

(...) O imperialismo [a fase do] capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; e em que a partilha de toda a terra entre os países mais importantes terminou (LENIN, 2012, p. 124-125).

A passagem do estágio concorrencial para o estágio monopolista do capitalismo, como assinala Netto (2011a), e já mencionada neste trabalho, significou mudanças bruscas em todos os patamares da vida social e que já foram, por vários estudiosos marxistas, muito bem elaboradas. O que nos custa sintetizar é que a “ordem monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011a, p. 20). Caracterizando-se, desta forma, como “um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 125), tendo como dois elementos típicos dessa fase de monopolização: a supercapitalização e o parasitismo.

Este estágio clássico do capitalismo monopolista, que tem como sua maior expressão nos “30 anos gloriosos”, é expresso nas políticas do *welfare state*, sendo parte estruturante, como já afirmara Mandel (1982), da ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular na fase do imperialismo, em decorrência da organização política da classe trabalhadora. Assim,

(...) ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência a ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma porcentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista (MANDEL, 1982, p. 338-339).

O pacto entre o trabalho e o capital, objetivado pelas políticas keyneisianas do Estado burguês, sobre a organização do trabalho fordista, formaram um bloco histórico¹³ hegemônico, aliando tanto a estrutura, quanto a superestrutura, alcançando consenso e consentimento espraçando, em todas as dimensões da vida social, a “falsa crença [de uma] redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339).

¹³ Para Gramsci (1968, p. 12), o conceito de bloco histórico é apreendido enquanto uma “unidade entre a natureza e o espírito, entre vida e política (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Ou seja, é a unidade entre estrutura econômica e superestrutura social.

A cultura, assim, reproduzia a base material destas relações de produção, constituindo-se enquanto possibilidade, mesmo que de forma tendencial e mínima, de crítica à lógica da mercadoria e na insistente tentativa de transcender, levando em consideração o movimento progressista iniciado pelo modernismo (JAMESON, 1997) e que permaneceu em sintonia ao momento histórico, tendo em vista a alta organização sindical dos trabalhadores e a sua eminente organização política. O modernismo, assim,

(...) se preocupava compulsivamente com o novo e tentava captar a sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e impressão semelhantes à de uma foto de baixa velocidade histórica) (JAMESON, 1997, p. 13).

A historicidade, a profundidade, a conexão com o momento atual e a possibilidade da crítica ao cotidiano – aqui nos referindo a Heller (2011) – eram características marcantes da cultura e da produção de conhecimento daquele momento específico da sociedade capitalista, no período clássico do imperialismo monopolista. No entanto, como assevera Mandel (1982, p. 339 – grifos do original), “(...) as ilusões quanto à possibilidade de ‘socialização através da redistribuição’ não passam, tipicamente, de estágio preliminar do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico” consiste na elaboração de programas e de uma economia que estabilize os níveis de lucro do capitalismo. Ou seja, a utilização do Estado para salvaguardar a necessidade primária do capitalismo: a taxa média de lucro.

Porém é notório que acontecimentos recentes tendem a sugerir o nascimento de um novo estágio do capitalismo monopolista, como é o caso da nova divisão internacional do trabalho; a nova dinâmica das transações bancárias e da bolsa de valores; e as novas formas de relacionamentos, computadores e automação (caracterizado pela Terceira Revolução Tecnológica, a qual o próprio capitalismo monopolista é debitário). Expressando, portanto, consequências societárias que se objetivam pela crise do trabalho tradicional e a suposta crença de uma “nova cultura”, que emerge do falso entendimento que esse momento histórico é uma quebra com o passado do capitalismo, sugerido, assim, o nascimento de um momento “pós-industrial” (JAMESON, 1997).

A década de 1950, segundo Jameson (1997, p. 23), foi o momento de preparação econômica para o capitalismo tardio, bem como, para elaboração dos pressupostos pós-modernistas. Já que, com o fim da Segunda Grande Guerra “(...) a falta de bens de consumo e de peças de reposição da época da guerra tinha sido solucionada e novos produtos e novas tecnologias (...) puderam ser introduzidos”, exigindo, assim, a elaboração de novas formas de interpretação do real. Neste sentido, referenciadas pelo “discurso do fim das utopias”, sendo esse elemento ampliado pelo colapso das experiências socialistas do leste europeu, que na década de 1960, como momento crucial, abriu espaço para o “(...) questionamento dos paradigmas teóricos, políticos, históricos e culturais que colocaram em debate o projeto da modernidade” (SIMIONATTO, 2009, p. 5). Uma das primeiras expressões do pós-modernismo, como processo de negação dos paradigmas modernistas, podem ser percebidas, segundo Jameson (1997) e Harvey (2014), na arquitetura, na década de 1950/60, espalhando-se enquanto estilo nas artes e na literatura.

Como enfatiza Mandel (1982), o capitalismo em seu estágio tardio não deve ser entendido como uma ruptura com a historicidade dessa sociabilidade, mas sim como um novo estágio do capitalismo. Sendo um momento histórico onde a socialização dos custos da produção passa a ser questionados pela burguesia, exigindo menos gastos no capital fixo, pelo Estado Burguês, sendo relocados para construção de ferrovias, estradas, portos e etc., externando o papel que cabe ao Estado nesse momento do capitalismo, garantindo as condições materiais para que o capital possa produzir, explorar e se ampliar. Assim, a “economia política no capitalismo tardio é, portanto, peça chave da ideologia geral do capitalismo tardio” (MANDEL, 1982, p. 368). Logo, o que está em voga é o “aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação do capital” (MANDEL, 1982, p. 339), que está em completa sintonia com a terceira revolução tecnológica.

Para apreendermos o capitalismo tardio não poderemos cometer o erro de separar alguma esfera que compõem esse real, como é o caso da materialidade e transitoriedade que constituem essa nova fase histórica do capitalismo. Seria, pois, uma arbitrariedade, por exemplo, acreditarmos que não haja vinculação entre as esferas sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentam a natureza global do capitalismo tardio (MANDEL, 1982), e que

se expressa como matriz socioeconômica particular dessa nova fase, pela exploração da força de trabalho. Para MANDEL (1982, p. 369),

(...) o capitalismo tardio é, portanto, uma nova fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, apenas em seu estágio monopolista, ou sistema rival que rompeu completamente as leis de desenvolvimento do capitalismo? A resposta a essa questão pode ser avaliada por uma questão central: a regulamentação governamental da economia, o 'poder dos monopólios', ou ambos, podem revogar para sempre, ou de maneira durável a operação da lei do valor?

Assim, o autor nos provoca a pensar se realmente esta atual fase do capitalismo se configura enquanto uma ruptura com o passado deste sistema, questionando a validade das teses sobre a sociedade "pós-industrial" e o surgimento de uma "nova cultura", ou se as teses marxianas sobre a sociabilidade capitalista se reafirmam na contemporaneidade. Para confirmar a atualidade dos desvendamentos iniciados por Marx, Mandel (1982, p. 369) volta a nos provocar, com bastante ênfase:

(...) então o curso da economia não é mais determinado pelas leis objetivas de desenvolvimento da produção capitalista, atuando por trás das costas dos homens, mas sim pelas decisões conscientes, planejadas ou arbitrárias, dos monopólios e do Estado.

Todavia, a atualidade das leis objetivas do capitalismo, demonstram, sobre o crivo da história, que a sociedade atual continua sendo governada pelas leis próprias do capital, logo "a natureza da ordem econômica e social do nosso tempo permanece indubitavelmente capitalista" (MANDEL, 1982, p. 370). Uma marca da validade histórica dessas leis é, no caso do capitalismo tardio, a prevalência da lei do valor¹⁴.

O surgimento do capitalismo tardio é marcado por profundas transformações na sociedade, como já mencionamos, em diversos patamares da vida social, como é caso da política, da economia, da história, das relações sociais e da própria cultura. Para conseguir explicar esse momento, várias

¹⁴ Como sabemos, a lei do valor opera diretamente por meio do valor de troca das mercadorias apenas no contexto da produção simples de mercadorias. No modo de produção capitalista, essa lei é mediada pela equiparação das taxas de lucro – entre outras palavras, pela concorrência de capitais. (...), mas essa redistribuição de valores de troca tem de ser coerente com a estrutura da demanda de valores de uso determinada pelo capitalismo (MANDEL, 1982, p. 370).

teorias são elaboradas para tentar dar conta desse período eivado de profundas transformações societárias, marcadas agora pela ampliação da lógica da mercadoria que perpassa, se espraia e se objetiva em todas as esferas da vida em sociedade.

Portanto, a cultura, bem como a produção de conhecimento, no estágio monopolista clássico possibilitava, mesmo que de maneira tênue, a crítica sobre o cotidiano e a mercadoria. Agora, pois, se observa a sua submissão à lógica da mercadoria, tornando-se também produto que é posto à venda e sugerindo o nascimento de uma “nova cultura”, ou termos conceituais, pós-modernista. O pós modernismo, assim, “é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 1997, p. 14); é o fetichismo da mercadoria elevado às mais altas potências; é a ruptura das possibilidades de crítica ao cotidiano pela arte; e é o estilo de vida, gestado na produção, agora sendo levado e vendido pelo o que posteriori fora chamado, em termos conceituais, de indústria cultural¹⁵.

É consensual entre os autores da tradição marxista que o pós-modernismo surgiu num momento de profundas transformações sociais na década de 1960, acompanhando o processo de significativas mudanças já iniciadas na década passada. Como as promessas da modernidade, no que tange ao desenvolvimento da humanidade aos patamares mais elevados de civilização, de fraternidade, liberdade e de igualdade não foram alcançadas, abriu-se espaços para diversos tipos de questionamentos, sendo estes, sempre relacionados às conquistas da modernidade, em todas as dimensões da sociedade.

Atrelado a estas profundas transformações, nota-se o surgimento de novos movimentos sociais, que agora se agrupam não em torno do reconhecimento enquanto classe social, mas pelo seu pertencimento identitário, sendo esses uma expressão da fragmentação que estrutura o pensamento pós-moderno. Toda essa movimentação social é acompanhada

¹⁵ Adorno e Horkheimer (1985), na obra *Dialética do Esclarecimento*, autores importantes da Escola de Frankfurt, elaboram o conceito de indústria cultural, para tentar apreender as expressões ideológicas que estavam presentes na produção em série de produtos culturais, sendo estes responsáveis pelo prolongamento do trabalho alienado, constituindo, assim, uma cultura mercadológica e a serviço da sociedade capitalista.

pelo apelo à elaboração de “novos paradigmas”¹⁶, a exemplo da obra de Lyortad (2009), que põem em xeque os modelos clássicos de apreensão sobre o real, exigindo, dessa forma, novas elaborações teóricas, além de uma forte crítica as metanarrativas, sobretudo ao marxismo.

Assim, segundo Simionatto (2009, p. 5) estas seriam “um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais”.

Para Jameson (1997) e Harvey (2014) há diferença entre o pós-modernismo, apreendido pelos autores enquanto um estilo cultural que nasce na arquitetura e espalha-se pelas artes e pela literatura. Sendo, assim, um estilo que seria passível de ser superado por algo novo; e a pós-modernidade, como uma condição da estrutura do pensamento que corresponde às exigências do capitalismo a partir do século XX, especificamente na década 1970, sendo, uma determinação sócio-histórica-cultural-política, em sintonia com o resgate e a conservação deste momento de crise do sistema.

O pós-modernismo, como expressão da lógica cultural do capitalismo tardio (JAMESON, 1997), não representa uma “nova cultura”, já que essa própria fase do capitalismo não representa uma nova etapa da sociabilidade do capital, constituindo-se apenas como uma mera questão especulativa, visto que

(...) a resposta empírica é que nenhuma teoria com essas características apareceu até agora – todas replicam, já no próprio título, uma minésis do modo que são parasitárias de outro sistema (no mais das vezes do próprio modernismo) cujo os traços residuais, assim como valores e atitudes inconscientemente [são] reproduzidos (JAMESON, 1997, p. 16).

Compartilhamos da ideia sobre o pós-modernismo, assim como sobre a tese de uma sociedade “pós-industrial”, as quais não configuram momentos

¹⁶ Segundo Nóbrega (2013) o debate em torno de uma possível “crise dos paradigmas” ganhou destaque na agenda da intelectualidade brasileira nos anos 1990. Para autora, esse debate traz em seu cerne, direta ou indiretamente, o debate relacionado às transformações decorrentes nesta quadra histórica, donde essa crise é justificada ao trabalho e não ao sistema capitalista. Neste sentido, portanto, é proposta a revisão das categorias ontológicas na apreensão do ser social e em seu lugar é recomendado o uso de conceitos abstratos, subjetivistas e culturalistas, repondo, desta maneira, o conservadorismo societal e alimentando teorias alinhadas à manutenção da ordem social.

novos de ruptura com o passado dessa sociabilidade, graças às impossibilidades que tensionam esse surgimento. Tendo em vista as marcas que esses simulacros trazem consigo, pois que para a construção de uma “cultura verdadeiramente nova somente poderia surgir através da luta coletiva para se criar um novo sistema social” (JAMESON, 1997, p. 16).

Portanto, o pós-modernismo não configura-se enquanto dominante cultural de uma nova ordem social completamente distinta do que já existiu (inclusive essa hipótese está na base argumentativa das supostas argumentações sobre o fim do trabalho), mas sim é um reflexo concomitante de mais uma transformação operada na base da estrutura do próprio sistema capitalista, agora adentrando na sua fase tardia. A característica que pensamos ser central nos pressupostos¹⁷pós-modernos, seria

(...) o modo pelo qual qualquer observação virtual sobre o presente pode ser mobilizada para investigar o próprio presente, e pode ser utilizada como sintoma e índice da lógica mais profunda do pós-moderno, que assim se torna, imperceptivelmente, sua própria teoria e a teoria de si mesmo. E como poderia ser diferente num tempo em que já não existe nenhuma “lógica mais profunda” para se manifestar na superfície, num tempo em que o sintoma se transformou na própria doença? (JAMESON, 1997, p. 16).

Assim, os pressupostos pós-modernos partem dos fragmentos desse real que os levam para si mesmos. Não há uma preocupação em desvendá-lo ou de apreender o seu movimento, caótico e aligeirado, numa perspectiva de totalidade e historicidade. O que há é uma necessidade pela busca de provar que o tempo atual é singular e radicalmente diferente de todos os outros. Contudo, essa tentativa carrega consigo uma patologia

(...) distintamente auto referencial, como se nosso completo esquecimento do passado se exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição” (JAMESON, 1997, p. 16).

¹⁷ Jameson (1997), na obra que serviu de base para nossa apreensão sobre a temática (cultura, pós-modernidade, lógica cultural do capitalismo tardio), trata a pós-modernidade enquanto teoria. Para nós, a pós-modernidade não se configura enquanto uma teoria, mas uma junção de várias teorias em um grande caleidoscópio, que como tal, ver a desordem dos fragmentos apenas como desordem, sem ligação nenhuma. Para nós, portanto, a pós-modernidade será tratada enquanto um pressuposto, uma tentativa de pensar um momento social que não possui materialidade alguma.

Os decretos sobre o “fim” da ideologia, da arte, das classes sociais, do surgimento de uma “nova cultura”, da “crise” do leninismo e da socialdemocracia, iniciaram-se no final da década de 1950, mas foi na década de 1960 que se projetou “uma certa concepção de uma nova norma cultural sistemática” (JAMESON, 1997, p. 32). Assim, a concepção que estamos traçando sobre o pós-modernismo, não é uma crítica ao estilo (sendo esse opcional, como vários outros estilos, disponíveis no mercado), mas sim enquanto uma dominante cultural, pertencente a uma lógica de um determinado momento sócio histórico, o capitalismo tardio, que se expressará mais tarde nas Ciências Sociais, enquanto uma “teoria”, um modo de pensar que representa e atende as exigências deste momento histórico-social-político-cultural do capitalismo em crise.

Santos (2013, p. 35), ao analisar as transformações societárias decorrentes da década de 1970, constrói uma “narrativa” em torno das críticas ao marxismo, mesmo reconhecendo essa teoria como “(...) uma das mais brilhantes reflexões da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos genuínos”. Porém, em decorrência do cenário de “transição paradigmática”, ou seja, do modernismo para a pós-modernidade, a crítica também envolveria o marxismo. Dessa forma, o autor pós-moderno deixa claro a posição levantada por Jameson (1997), no que tange a diferença entre o pós-modernismo (sendo este apenas um estilo) e da pós-modernidade, como modo de pensar do atual momento do capitalismo; uma estrutura de pensamento que se opõe a modernidade e, principalmente, ao marxismo.

Partimos da apreensão que qualquer que seja o ponto de vista teórico sobre a pós-modernidade e suas repercussões à cultura, no atual estágio do capitalismo, são ao mesmo tempo, sobretudo, uma posição político-teórica, sendo essa implícita ou explícita, na produção de conhecimento, mas que busca apreender a natureza do capitalismo multinacional e as configurações em nossos dias. Porém, é flagrante

(...) o que ocorreu [com] a produção estética hoje [que] está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e

uma função cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (JAMESON, 1997, p. 30).

Assim, o capitalismo tardio trouxe novas mediações para o campo das relações sociais, no que tange à produção e, conseqüentemente, à reprodução social. Suas características marcantes, como é o caso das dificuldades de valorização do capital (por meio da supercapitalização e da superacumulação), que o Estado busca solucionar de todas as maneiras; como também é a “susceptibilidade crescente do sistema social e explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p. 340). Dessa forma, “a revolução cultural pós-moderna”, nada mais é do que a “inter-relação do cultural com o econômico, não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 1997, p. 18). Ou seja, a cultura mercantilizada, produto que deve ser consumido e que aparecerá como novas formas de manifestação cultural, mercantis, como expressão do que Mandel (1982) intitulou de onda longa de crescimento rápido.

Para o autor, o capitalismo, assim, carrega consigo os elementos da sua contradição seja a anarquia social da produção, os movimentos do valor, a relação conflitante entre forças produtivas e relações sociais de produção, seja o subconsumo, a superprodução e a tendência à queda da taxa de lucro. Dessa forma, nossa apreensão sobre as crises do capitalismo partiu do pressuposto da intrínseca relação desse fenômeno com o sistema de produção capitalista, sendo apreendido como parte constitutiva desse sistema e não como uma “deformação da sua natureza” (CASTELO, 2012, p. 104).

No plano da economia e da política, Mandel (1982) sugere que os pré-requisitos para nova onda longa, categorizada como de estagnação, da terceira fase do capitalismo (o capitalismo tardio), já estavam dados no final da segunda Guerra Mundial, que expressou, com grande efeito, uma reorganização internacional, no aceleração da descolonização, como, também, o lançamento das bases para emergência de um novo sistema econômico mundial. Culturalmente,

(...) as precondições se encontram (com exceção da grande variedade de “experimentos” modernistas aberrantes que são

depois reestruturados como predecessores) nas grandes transformações sociais e psicológicas dos anos 60, que varreram do mapa tantas tradições no nível das *mentalités*¹⁸ (JAMESON, 1997, p. 23 – grifos do original).

Mandel (1982) acredita que a crise, assim, surgiu como resultado das contradições intrínsecas do capitalismo e não como uma orquestração por parte do capital. Porém, quando as crises ganham materialidade é inegável que a burguesia as utilize como um ataque à classe trabalhadora, que entram na “defensiva, aceitando altas taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários” (CASTELO, 2012, p. 188).

Portanto, a particularidade da crise contemporânea, que se inicia na década de 1970, do século passado, exige de nós a sua apreensão numa perspectiva de totalidade, levando em consideração questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Segundo Castelo (2012, p. 184) essa crise eclodiu graças à junção de “uma crise de hegemonia, com uma crise de superprodução e de queda da taxa de lucros”. Sobre seu início, ressalta o autor,

(...) decorreu dos Movimentos de 1968 e disputas no âmbito da geopolítica de forças do Terceiro Mundo para romper com o Imperialismo. Este foi, portanto, o estopim da crise, que não teria se tornado estrutural e prologada se não houvesse também uma crise econômica na primeira metade da década de 1970 (CASTELO, 2012, p. 184).

Como manifestação desse movimento de disputas e de união de várias crises, a crise de 1970 tornou-se uma crise orgânica¹⁹, pondo fim ao bloco histórico fordista-keynesiano. Uma marca desse momento fora a externalização de vários projetos societários, conflitantes entre si. A convergência na apreensão da particularidade dessa crise estaria na sua profundidade e na sua gravidade, sendo considerada como uma crise estrutural desse sistema, ou como estamos tratando aqui, uma crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia.

A crise orgânica, pois, é caracterizada por possuir mais profundidade e maior amplitude do que uma crise conjuntural. Sendo assim,

¹⁸ Mentalidade, em tradução literal do francês.

¹⁹ “Diante da crise dos anos de 1970, surgiram inúmeras interpretações teóricas sobre os processos econômicos, políticos, sociais e culturais que enterraram o bloco histórico fordista-keynesiano e, mais tarde, desaguaram no neoliberalismo” (CASTELO, 2012, p. 184). Sobre essa diversidade, Cf.: Mészáros (2002); Netto (2012); Mandel (1990).

(...) o conceito de crise orgânica não é unicamente relacionado à duração de uma crise, mas também seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social (CASTELO, 2012, p. 106).

Dessa forma, a crise orgânica, ou crise de grandes proporções, surgem no momento em que as contradições “(...) insanáveis na estrutura – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção –” não conseguem a contenção dentro dos limites impostos pela superestrutura (CASTELO, 2012, p. 107).

Logo, a crise orgânica é gestada nas relações econômicas, mas ela fora redirecionada para esferas dos costumes, da ética, da cultura, da política, ampliando, assim o seu horizonte, transformando-se em conteúdo da luta de classes (MOTA, 2016) e constituindo hegemonia, mesmo que na produção a crise seja muito mais expressiva, já que as taxas de lucro não atingem patamares “satisfatórios” ao capital. Afirmando o conceito de crise orgânica, sobre a perspectiva gramsciana, que engloba uma dupla dimensão: a da economia e da política (CASTELO, 2012).

Assim, o significado dessa crise orgânica, gestada pela alta produção do petróleo nos anos 1973 e 1975 e que, ocasionalmente, não fora consumido, reduzindo, assim, a taxa de lucros, deu origem a diversos outros movimentos, sendo estes sentidos em todas as dimensões da vida social. Ao somar-se a este momento de crise, os ditos movimentos societários, na década 1960, começaram a exigir novas formas de conhecimento que pudessem, através desta produção, reconhecê-los e explicitá-los. Buscando referenciais, assim, nas novas apreensões de mundo, expressas, já na década de 1950, nas artes e na arquitetura. Assim, a década de 1970, objetivou-se como um momento histórico onde as expressões à produção de conhecimento ganharam suas primeiras formulações (MANDEL, 1982).

A crise das metanarrativas, ou a crise das grandes ideologias, tem em seu cerne um ataque frontal ao projeto da Modernidade, principalmente no que tange à categoria razão, sendo maximizada em relação ao marxismo (e a razão ontológica, obviamente). Dessa maneira, propõe em substituição ao projeto da modernidade, o irracionalismo, o relativismo, em síntese, a miséria da razão,

sendo ambas, complementares nesta fase do capitalismo (COUTINHO, 2010). A crise das metanarrativas, assim, são críticas que propõem romper com as categorias modernas do historicismo, da totalidade e da dialética, sendo

(...) ambas encarnações de um pensamento imediatista, incapaz de atingir a essência do objeto. Essa unidade explica, por um lado, a comum atitude de ambas as orientações diante do problema da razão: irracionalista e agnósticos negam explicitamente que a totalidade do real possa ser objeto de uma apreensão racional (COUTINHO, 2010, p. 44).

Essa crise, portanto, como afirma Santos (2007), diz respeito a uma determinada configuração do projeto moderno: a modernidade capitalista, alicerçada sobre interesses de dominação/conservação e não emancipatórios à classe trabalhadora.

Assim, o que é posto à produção de conhecimento é que este passe a centrar-se em práticas discursivas, na hiper-realidade, no neo-misticismo, desmaterializando-se e focando nas expressões culturais e nos “novos sujeitos sociais”, sem preocupação nenhuma com a essência dessas expressões, superdimensionado, portanto, o cotidiano à abstração. As manifestações pioneiras destas tendências postas à produção de conhecimento são notórias na obra “A Condição Pós-Moderna” de Jean-François Lyotard (2009), na qual se observa o chamamento à efemeridade, à fragmentação, enfim, para “uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro” (JAMESON, 1997, p. 31).

Para Lyotard (2009), a definição de pós-moderno consiste no descrédito e na descrença às metanarrativas, no que tange, principalmente, as grandes correntes oriundas da modernidade, como é o caso do idealismo e, sobretudo, do marxismo. Sua proposta metodológica seria legitimada pela suposta crença na crise das metanarrativas, onde o “discurso científico” seria sua expressão. Para esse autor, pois, a caracterização do tempo presente corresponderia ao jogo de linguagens e a ciência estaria equalizada aos outros saberes, ou seja, estaria negada a racionalidade da ciência moderna.

Os pressupostos pós-modernos, antes de configurarem uma unidade, eles possuem um traço que é “definidor”: a crítica ao marxismo, por partirem da

apreensão equivocada que esta perspectiva teórica não consegue apreender aspectos subjetivos, como é o caso das questões envolvendo a categoria cultura. O que podemos perceber, e acreditamos que seja o “fio condutor” que une a produção de conhecimento, o capitalismo tardio, o pós-modernismo, a cultura e a crise orgânica, seria “a profunda relação constitutiva de tudo isso com a nova tecnologia, que é uma das figuras de um novo sistema econômico mundial” (JAMESON, 1997, p. 32). As transformações societárias, decorrentes deste cenário de crise orgânica do capitalismo tardio, é ponto de partida para aprendermos as expressões subjetivas dessa crise à materialidade da vida social.

As convulsões históricas que desaguaram na crise orgânica são causadas por três situações: a primeira seria o processo regressivo ou de crise aguda; a segunda seria o processo progressista ou de prosperidade; e a terceira o de estagnação das forças produtivas (CASTELO, 2012). O capitalismo tardio, assim, vive um processo de crise tamanha na produção, porém, em contraste, presencia uma repleta hegemonia cultural (JAMESON, 1997).

Apreendermos as múltiplas dimensões desta crise torna-se imperioso, tendo em vista a resposta que a burguesia irá dar para solucionar a sua própria crise. Nos interessa entender que este processo é iniciado nas relações econômicas, pela própria contradição que esse sistema carrega consigo, tendo as crises como parte estruturante da sua lógica; mas o conteúdo desse processo, que no plano da ideologia, da política, da cultura e da produção de conhecimento teórico é alimentado pelo suposto “(...) esgotamento da modernidade enquanto projeto civilizatório devido ao não cumprimento das suas promessas”, sendo a expressão deste “esgotamento” a crise das metanarrativas (SANTOS, 2007, p. 40).

Com a dissolução do bloco fordista-keynesiano, sendo a crise orgânica expressão objetiva e subjetiva disto, houve a necessidade do capital elaborar uma nova estratégia hegemônica, mas desta vez pensada para atacar todas as conquistas do trabalho, objetivadas anteriormente. Essa estratégia consistiu em anular os ganhos históricos da classe trabalhadora, principalmente alterando as condições de trabalho, permitindo, dessa maneira,

um novo regime de acumulação, como categorizou Harvey (2014), flexível, objetivado pela ofensiva neoliberal.

Portanto, a crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia vem aprofundando a crise das metanarrativas, graças ao cenário de desconfianças e incertezas gestado pelo não cumprimento das promessas modernas, bem como, o cenário de crise das experiências socialistas reais. Esse processo, segundo Harvey (2014, p. 293), fez com que a estética prevalecesse sobre a ética, possibilitando que “(...) as imagens [dominassem] as narrativas, a efemeridade e a fragmentação [assumissem a] precedência sobre as verdades eternas” e que a política fosse deslocada de qualquer tipo de fundamentação que levasse em consideração a materialidade da vida social, sugerindo e privilegiando, pois, práticas políticas e culturais autônomas. Assim,

(...) não restam dúvidas de que a lógica do simulacro, com sua transformação de novas realidades em imagens de televisão, faz muito mais do que replicar a lógica do capitalismo tardio: ela a reforça e a intensifica (JAMESON, 1997, p. 72).

A elaboração do conhecimento, dessa forma, foi posta sob as determinações colocadas à produção econômica, em decorrência do cenário de crise aguda vivenciado pelo sistema capitalista (SANTOS, 2007), que expressou a incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes a esse sistema. Tais incapacidades podem ser percebidas graças à rigidez e os altos investimentos em capital fixo, que vêm acentuando as contradições do sistema capitalista e impossibilitando a manutenção e o aumento da taxa de lucro. Neste sentido, a saída apontada pelo capital, segundo Harvey (2014), consistiu em apostar em um processo de acumulação flexível – toyotismo -, que exigiu mudanças no aparato do Estado, a introdução de novas tecnologias, o controle mais amplo do trabalho, novas formas de produção e de consumo. Neste sentido, a acumulação flexível passou a exigir uma nova forma de se produzir conhecimentos, visto que

(...) o capitalismo já há algum tempo vem tentando se ver livre do projeto civilizatório moderno devido à sua incompatibilidade histórica cada vez mais evidente com valores constitutivos desse projeto. [Propondo, assim, uma produção teórica marcada pelas] superficialidades em suas análises sobre as

transformações societárias recentes [que aparecem] como uma clara opção em contraponto a descrições totalizantes, já que totalidade, neste ponto de vista, é “confundida” com *totalitarismo e ocultamento das diferenças* (SANTOS, 2017, p. 32-39 – itálico dos originais).

Neste sentido, o atual processo de reestruturação produtiva, corresponde ao projeto do capitalismo que também se expressa na cultura, na ideologia e na produção de conhecimento, apostando, nesta última dimensão, em análises pós-modernas, fragmentadas e superficiais. A chave para apreender esse “caldo cultural pós-moderno” é o processo de acumulação flexível, cerne do projeto neoliberal. O que está em jogo, assim, é o que já fora apontado na obra “Americanismo e Fordismo”, de autoria de Antônio Gramsci (2015), na qual o autor mostra que para além das relações econômicas materiais, há a exigência de elaboração de conhecimentos que possam referendar a constituição de um “novo tipo de trabalhador”, com qualidades intelectuais e morais a serviço do novo modelo social.

Segundo Alves (2007), na esfera da gestão da força de trabalho, o toyotismo realizou um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e do fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho, desenvolvendo, sob novas condições sócio históricas, as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que se refere à racionalidade tecnológica.

Portanto, é o modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital. Para o autor acima citado, a preocupação básica do toyotismo é com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, isto é, com a “captura” da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a “manipulação” do consentimento do trabalho através de um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos princípios de “autonomação” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os CCQ’s, iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo.

Tende, portanto, a se diferenciar do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um salto qualitativo na forma de subsunção real do trabalho ao capital. Enquanto no fordismo tínhamos a subsunção formal-material, no toyotismo temos a subsunção formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital. Razão pela qual exige para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, novas qualificações do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais.

Neste sentido, como assevera Santos (2007), ao passo que o ser social produz e se reproduz socialmente através do trabalho, não se cria apenas mercadorias, mas também valores, hábitos, costumes e conhecimentos que direcionam a formação da subjetividade, estando, assim, em sintonia com a materialidade da vida.

Essa nova estratégia do capitalismo é sustentada por quatro pilares que, na nossa avaliação, são fundamentais e estão necessariamente articulados, no atual contexto de crise e de mundialização do sistema, seriam estes: a ofensiva contra o trabalho e de suas diversas formas de organização política; a necessidade de uma reestruturação produtiva, capaz de resgatar as taxas de lucro; a contrarreforma do aparelho do Estado, desmontando, desregulamentando, desimpedindo e o entregando para o mercado, tendo por objetivo, o esvaziamento das diversas conquistas da classe trabalhadora; e a produção de conhecimentos que reforcem o não pertencimento de classe, propagando um individualismo exacerbado, que aumenta a alienação e a reificação do presente, provocando, dessa maneira, um “(...) estilhaçamento dos nossos modos de representação” (JAMESON, 1997).

Logo, as explicações neoliberais à crise orgânica debitam à organização da classe trabalhadora e não as contradições inerentes ao próprio sistema. Dessa forma, a “explicação dos teóricos neoliberais desvia (...), as atenções das causas centrais dos problemas sociais que surgiram no período de transição do bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal” para uma interpretação absurda, que culpabiliza a organização do trabalho, cometendo um grave erro histórico (CASTELO, 2012, p. 184).

O neoliberalismo, dessa forma, como bem assevera Anderson (1995), caracteriza-se enquanto resposta política e teórica ao que fora construído pelo

bloco histórico fordista-keynesiano. O texto de estreia do neoliberalismo foi elaborado pelo economista austríaco Friedrich Hayek, em 1944, com o título de “O Caminho da Servidão”, que, basicamente, consiste em “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9).

O receituário neoliberal é muito simples: mantém-se um Estado forte, com capacidade de combater o poder dos sindicatos e de controlar o dinheiro, mas completamente parco em todos os tipos de “gastos sociais” e/ou intervenções econômicas. Outros elementos seriam:

(...) a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 10).

A produção de conhecimentos, assim, segue estas tendências postas pelo cenário de acumulação flexível que necessita, sobretudo, de conhecimentos também flexíveis, superficiais e que não desvelem as contradições próprias do capitalismo, na construção desse novo bloco histórico neoliberal. Mas, de uma teoria social superficial e niilista, sendo funcional à positividade capitalista. Portanto, funcional ao sistema e defendendo, em última instância, o “fim da história”, resguardando essa sociabilidade como “única forma possível”, opondo-se a qualquer perspectiva revolucionária e defendendo apreensões sobre as categorias sociais de forma fragmentada, frágil e desvinculada da materialidade social.

Nossas reflexões, enfim, tentaram captar questões mais universais sobre o sistema capitalista, tendo como norte a nossa perspectiva de análise, que privilegia a vinculação das categorias que estamos trabalhando à materialidade da vida social. Podemos perceber, no decorrer da nossa discussão, que ambas as categorias (cultura e produção de conhecimento) foram mudando a sua função social, atendendo, desta maneira, as determinações postas pelo modelo de produção capitalista, constituindo-se, assim, numa construção sócio-histórica-política.

Neste sentido, ao passo que fomos desvelando os elos presentes na materialidade (na produção) e os interligando a cultura e a produção de conhecimentos, traçamos as vinculações entre essas dimensões que compõem o real, buscando apreender as suas expressões em uma área de produção de conhecimento específica, o Serviço Social.

Partido dessa reflexão, nossa pesquisa preocupou-se em buscar nessa produção de conhecimento a reconstrução da categoria cultura, traçando os seus vínculos com a materialidade da vida social, a partir da ontologia do ser social. Ao mesmo passo em que trouxemos o debate feito pela Antropologia Cultural, que tem na negação da materialidade o pressuposto para à construção de diversas interpretações sobre a categoria cultura – apreendida por essa produção enquanto um conceito. A seguir, iniciaremos nossa incursão pelo debate sobre a cultura e a materialidade da vida social.

2.1 Cultura e a materialidade da vida social: vínculos entre a categoria e o real

“O mundo: um emaranhado de fios
telegráficos em eriçamento. E a luminosidade
no entanto obscura: esta sou eu diante do mundo”.
Clarice Lispector

A escrita deste subcapítulo foi desafiadora por dois motivos que pensamos complementarem-se dialeticamente: o primeiro foi tentar buscar a vinculação entre a cultura e a materialidade da vida social, nos apropriando do acúmulo teórico de clássicos e contemporâneos autores da tradição de pensamento marxista; e o segundo, foi a nossa coragem de exercitar esta busca, refutando os pressupostos culturalistas que são tão usuais na Antropologia Cultural.

Nosso primeiro passo foi partimos da reafirmação de que “(...) qualquer abordagem moderna para uma teoria marxista da cultura deve iniciar-se considerando a proposição de uma base determinante e de uma superestrutura determinada” (WILLIAMS, 2011, p. 43). Acreditamos que este ponto de partida foi importante para termos em mente e expressar a nossa posição teórica. Ou seja, aquela em que o ser social tem a sua consciência elaborada a partir das condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 2009). Para assim, nos opor a qualquer tipo de vulgarização da tradição marxista, assim como do idealismo, presente nas diversas apreensões em torno das elaborações conceituais culturalistas contemporâneas.

Acreditamos que há um equívoco teórico, que neste momento, coube a nós tentarmos refletir sobre claro, sem pretensão de esgotá-lo. Mas, apenas com o objetivo de esclarecimento, o qual orientou a nossa problematização do nosso objeto, que foi o debate em torno do determinismo e da determinação.

A argumentação em torno da compreensão determinista sobre o homem foi herdada do idealismo, especificamente daquelas ideias que explicam teologicamente o surgimento deste homem e da sociedade. O pensamento determinista foi amplamente difundido na teoria darwinista, que acredita numa seleção natural dos seres vivos, sendo esta a maior responsável pelo desaparecimento ou efetivação de uma raça. O grande problema desta teoria é que ela não considera a luta de classes, não reconhece a centralidade

do trabalho e, tão pouco, capta a história em sua processualidade, quiçá numa totalidade.

Contundo, na tradição de pensamento marxista, o debate em torno da determinação tem outro significado, opondo-se “a uma ideologia que insistia no poder de certas forças fora do homem, ou, em sua versão secular, em uma consciência determinante abstrata” (WILLIAMS, 2011, p. 44). Ou seja, na tradição marxista a apreensão da construção dessas determinações parte do ser social, “(...) em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu a terra, aqui sobe-se da terra ao céu” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Dessa forma, quando estamos tratando de uma base (ou estrutura) social, estamos falando de um processo de construção histórico-social-político-cultural e não de um estado fixo e imutável.

Neste sentido, é emblemático o debate em torno da base material, tendo em vista que é através dessa apreensão que podemos captar de forma crítica as materialidades que compõem o processo cultural (WILLIAMS, 2011). Assim, não estamos interessados em explicar as manifestações culturais a partir do que elas expressam, mas sim, a sua constituição, o solo histórico que as gestam e quais os seus elos com a totalidade da vida social. Assim, tivemos a preocupação, como já anunciada, de afirmar a tese de que a base é constituída a partir de relações sociais reais de produção e que correspondem, evidentemente, as determinadas fases de desenvolvimento histórico-social-política-cultural das forças produtivas. Ou seja, quando estamos tratando de uma base, estamos falando de um processo e não de um “estado da coisa” (WILLIAMS, 2011).

Ao seguirmos as orientações de Lukács (1920), no que tange a uma apreensão qualificada em torno da categoria cultura, partirmos das relações econômicas, bem como concordamos com a tese levantada por Williams (2011), que sustenta sua argumentação na prioridade da apreensão da base material, para que assim seja possível captar a constituição das expressões culturais, partindo do real.

Dessa maneira, ao seguirmos essas trilhas argumentativas reafirmamos a ideia contida de forma tão lúcida em “Americanismo e Fordismo”, de Antonio Gramsci (2015), quando o autor analisa a relação entre a estrutura (a base) e a superestrutura, na construção da hegemonia, já que

esta surge na “(...) fábrica e necessita, apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2015, p. 247-248). O autor nos chama a atenção para a determinação que a base impõe à superestrutura, que por vez, realimenta essa estrutura e constitui, dessa maneira, a hegemonia. Como já fora posto, para tal construção o sistema capitalista precisa ir para além da materialidade, reafirmando-se subjetivamente na cultura, na ideologia e na produção de conhecimento. Ao analisar o período histórico do bloco fordista-keynesiano, o autor italiano impressiona-se com tamanhas conquistas, pois

(...) na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica. É ainda na fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial (GRAMSCI, 2015, p. 248).

Gramsci (2015, p. 248) chama esse processo de socialização de “(...) função econômica da reprodução”, sendo este não apenas um fato isolado geral, que vá interessar a sociedade em seu conjunto, já que para isso, esse movimento deveria surgir de uma necessidade socialmente construída e não socialmente imposta pelo modo de produção. Essa função, assim, irá se expressar em todas as esferas “moleculares” da sociedade, como os valores, a cultura, a sexualidade, a família, a produção de conhecimento e etc. Sendo necessária, assim, a construção de uma nova ética

(...) deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas (GRAMSCI, 2015, p. 252 – aspas do original).

Assim, a racionalização exigida no modelo de produção fordista só seria alcançada, com a construção de um “novo tipo de trabalhador”, se essa racionalização alcançasse todas as esferas sociais, inclusive a sexualidade, que deveria ser regulamentada, adequada e também racionalizada (GRAMSCI, 2015). Desta forma, a estrutura alimenta a superestrutura, que por sua vez realimenta a estrutura, na construção da hegemonia.

Ao refletirmos, até aqui, sobre essa relação, partimos agora ao exame da construção da categoria cultura, procurando inseri-la no movimento da história, captando seus elementos mais essenciais, porém procurando a sua vinculação à materialidade da vida social, ou seja, afirmando a centralidade da categoria trabalho para essa apreensão.

Na tentativa de apreendermos a vinculação entre a categoria cultura e a categoria trabalho, recorreremos ao pensamento ontológico de Lukács (1920, p. 5), que ressalta que “(...) a cultura é forma ideia de ser-humano do homem. É então, criada pelo homem, e não pelas circunstâncias”. Portanto, para o autor, esta construção é realizada pelos homens realmente ativos e que leva sempre em consideração a base em que seu processo real da vida é desenvolvido, para que assim possamos apreender as vinculações entre “os ecos ideológicos desse processo” e suas expressões reais e subjetivas à vida social (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Assim sendo, a cultura é uma representação da ideia do ser-humano do homem, ou seja, criada pelo próprio homem, a partir da realidade objetiva deste. Partindo desta apreensão,

(...) esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos –, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas (MARX; ENGELS, 2009, p. 32).

Com o sentido de “elevar-se do abstrato ao concreto” (MARX, 2008, p. 259) que fomos construindo este subcapítulo. Assim sendo, discutimos o surgimento do ser social, a partir da categoria trabalho sendo este o marco do surgimento desse novo ser e como as mediações que este ser opera na construção da sociabilidade, irá originar o surgimento da cultura.

O ser deve ser apreendido de forma unitária e não de forma identitária, levando sempre em consideração o seu afastamento da barreira natural, no sentido de alcançar a sua constituição social (LUKÁCS, 2013). Portanto, uma apreensão teórica do ser enquanto um produto histórico, havendo três modalidades de existência deste ser no real, as quais se apresentam e relacionam-se de forma dialética entre si, sendo estas: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social. Esse nosso ponto de partida foi

importante, pois, sem essa compreensão, poderíamos cair no equívoco metodológico de “(...) não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas a base do ser inorgânico “(LUKÁCS, 1978, p. 3).

Por intermédio desta apreensão, enquanto um processo de construção sócio-histórico-político-cultural de tal ser e da “(...) sua articulação com estas [outras modalidades], sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 32). Para nos aproximarmos desse processo e a sua mediação com a categoria trabalho, em nosso percurso metodológico priorizamos o método marxiano, no sentido de

(...) primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real (LUKÁCS, 2013, p. 33).

Neste sentido, o autor está chamando a nossa atenção para o fato de que a apreensão do ser social passa, basicamente, da tentativa de entender a categoria mais simples desse ser, procurado as suas mediações, suas diferenciações, para que assim, na sua reconstrução analítica, possamos explicitar seus complexos e a sua vinculação com a totalidade social.

As modalidades do ser são apreendidas, segundo Lukács (2013), através do seu nível de complexidade e a passagem de uma modalidade para outra, ou seja, da forma menos complexa, para o outro modo de ser mais complexa, significa sempre um salto. Esse salto, para uma forma mais complexa é algo completamente novo, cuja essência não poderia ser simplesmente resumida em uma “fórmula simplória”. Sempre após esse salto, temos a abertura para o aperfeiçoamento de uma nova forma do ser. Porém é importante que tenhamos em mente que o salto

(...) se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente. A esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o “*missing link*” [elo perdido] entre o macaco e o homem tinha de ser vã porque as características

biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo (LUKÁCS, 2013, p. 33 – grifos do original).

As categorias que compõem cada uma dessas modalidades do ser são expressões que definem e os caracterizam, mas que também possibilitam a sua diferenciação (por exemplo, o nível do desenvolvimento de uma categoria simples, como a linguagem, encontrada em outros seres orgânicos, mas, no ser social, através do trabalho, desenvolve-se e complexifica-se muito mais). Desta forma, mover uma categoria, de uma dessas modalidades, para outra, sem fazer as devidas mediações, é cometer um grave erro epistemológico.

O salto, assim, é caracterizado por algo que sempre é qualitativamente novo (LUKÁCS, 2013) e que representa modificações psicofísicas profundas às modalidades do ser orgânico. Porém, como afirma Engels (2004), o trabalho torna-se a condição básica e também fundamental de toda a vida humana. Neste sentido, a categoria trabalho é responsável, necessariamente, pela criação do próprio ser social, diferenciando-o dos demais seres orgânicos. Logo,

(...) somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35).

O trabalho, enquanto categoria base da dinâmica estruturante do novo tipo de ser que está para surgir, só pode se desenvolver, no momento em que a reprodução orgânica, enquanto processo, pode alcançar outro patamar que não seja as determinações que acabam em si mesmo (como é caso da reprodução biológica instintiva animal). Esse processo, para Engels (2004), é de extrema lentidão, mas que não desmerece a importância que essa transição irá expressar-se enquanto um salto ontológico. Devemos, assim, entender que o salto se dá justamente na ruptura com esse desenvolvimento natural e não

pelo aparecimento súbito e repentino de uma nova modalidade de ser (LUKÁCS, 2013). Todavia,

(...) a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica, com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Assim, a consciência tem um papel extremamente importante para construção de uma nova forma de trabalho que possibilite a ruptura com as determinações biológicas, no entanto, esse segundo só pode se desenvolver sobre as bases da primeira forma que é biologicamente determinada. Ou seja, o salto predispõe de bases histórico-concretas para tal.

No entanto, a sua materialização, através do trabalho é a “(...) justa razão [que] se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornando homem através do trabalho, como um ser que dá respostas” (LUKÁCS, 1978, p. 5). Sendo assim,

(...) é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (LUKÁCS, 2013, p. 36).

O trabalho, assim, é o fundamento ontológico estruturante do ser social²⁰. O lugar privilegiado do trabalho para o surgimento desse novo ser tem a sua expressão no entendimento que as outras categorias que o compõem (como a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho), mesmo elas também sendo encontradas no ser orgânico, através da mediação com o trabalho, essas categorias podem se desenvolver, ganhando, assim, no ser social, um nível de complexidade muito mais ampla do que encontrada no ser

²⁰ Segundo Lukács (2013, p. 32), as categorias decisivas e responsáveis pela constituição desse ser social, estão imbricadas e devem ser apreendidas em sua relação inextricável, como é o caso “do trabalho, da linguagem, da cooperação e a divisão social do trabalho”, mostrando, assim, o surgimento de novas relações da consciência com a realidade social.

orgânico. Neste sentido, com o desenvolvimento do trabalho, há a ampliação dos

(...) horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais membros da sociedade (ENGELS, 2004, p. 15).

Assim, a relação do homem com a natureza, ou seja, a transformação que o homem objetiva através do trabalho que modifica a natureza e que, ao mesmo tempo, autotransforma esse sujeito primitivo em ser social, é o pressuposto primordial e “ineliminável do mundo dos homens” (LESSA; TONET, 2011, p. 17). Essa relação é essencial para a sociedade que precisa constantemente transformar a natureza, sendo possível, desta forma, a sua reprodução.

Essa relação de (re)produção do ser social, mediada pelo trabalho, é que permite o desenvolvimento de mediações que irão possibilitar a instauração de diferencialidades ao ser social, em comparação aos outros seres da natureza. Dessa forma,

(...) as mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele; são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade (BARROCO, 2010, p. 26).

Nesse sentido, a construção das mediações que irão expressar diferencialidades ao ser social, só é possível, através do trabalho. Mas não estamos afirmando uma concepção individualista sobre o trabalho, mas sim a sua construção universal, ou seja, coletiva. Portanto, esse trabalho só poderá ser objetivado socialmente, através de um determinado modo de se produzir que responda as necessidades, as quais são construídas historicamente, permitindo a constituição de mediações para além daquelas que fundam esse ser (homem/natureza), na construção de relações mais complexas (homem/homem).

Por esse ângulo, que o trabalho, enquanto ação humana de transformação da natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza,

também autotransforma o ser orgânico em ser social. O trabalho, pois, é uma categoria que é composta por outras duas categorias, sendo elas: a capacidade teleológica e a objetivação.

A capacidade teleológica é uma categoria apenas encontrada neste ser social, sendo assim, completamente distinta das outras modalidades do ser (que realizam o trabalho de forma instintiva; determinada de forma genética); essa capacidade é caracterizada por “(...) projetar finalidades à sua ação. Antes da sua concretização de sua ação, figura em sua mente previamente a construção ideal do que materializará a partir do trabalho” (CARDOSO, 2013, p.25). Sendo assim, o ser social nascente é, portanto, um ser de projetos e finalidades. Nas palavras de Cardoso (2013, p. 25),

(...) vale frisar, no entanto, que o trabalho em si só ocorre no ato da transformação, ou seja, na ação humana. A prévia ideação – a antecipação ideal do produto da ação –, é a parte do processo de trabalho, compreendido este como uma práxis humana e que envolve, portanto, a relação ação-reflexão-ação, não existindo enquanto trabalho se não se concretizar, se não se objetivar.

Por conseguinte, a categoria objetivação tem grande relevância na composição do processo de trabalho. Tendo em vista que essa é parte da concretização da ação previamente pensada, pela capacidade teleológica. Todavia, toda objetivação do ser social, dentre elas a que estamos tratando aqui (o trabalho), imbuí intencionalidades e finalidades que pressupõe a “(...) realização de escolhas, escolhas essas pautadas pelo o que se considera melhor para o presente, (...) escolhas que terão base em valores e juízos de valores” (CARDOSO, 2013, p. 25).

O trabalho não é apenas ação transformadora da natureza, mas, também, uma relação de reciprocidade entre os homens. Nessa perspectiva possibilita a esse ser criar relações com outros homens, podendo objetivar-se enquanto homem e permitindo a satisfação de necessidades primárias, através da criação de produtos. Por consequência, ao mesmo tempo, temos a construção e a reconstrução das condições de existência desse homem, possibilitando, assim, a realização da essência humana e ao mesmo passo trazendo acúmulos à humanidade.

O trabalho, portanto, estabelece as relações sociais onde esse ser social irá se inserir e interagir em sociedade “(...) produzindo materialidades e subjetividades, sendo este complexo de relações que, entre outras manifestações humanas, os valores [como a cultura] são gerados” (CARDOSO, 2013, p. 31).

Logo, a cultura nessa lógica está intimamente vinculada ao trabalho e ao processo de socialização deste. Sendo a cultura e o trabalho determinados de forma histórica e material, não sendo manifestações da consciência, desvinculados da concretude da vida social. São expressões que surgem depois que as necessidades de primeiro estágio foram satisfeitas, configurando-se, dessa forma, como necessidades de segundo estágio. Sobre isso, Marx (1968, p. 588), atesta que

(...) nos primeiros estágios da civilização, as riquezas naturais da primeira categoria desempenham o papel mais importante; nos estágios de desenvolvimento superiores, são as da segunda categoria que têm primazia.

As necessidades de primeiro estágio tem suma importância para o surgimento do ser social, tendo em vista que as relações primordiais de produção (que saciam as necessidades de primeiro estágio), ou os aspectos básicos da atividade social, através da produção de meios de subsistência, permitirá a produção de novas necessidades e orientará a reprodução do ser social (bem como, a forma que a família irá se estruturar), o intercâmbio social e a construção da consciência coletiva. Nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 40-41),

(...) temos de começar a constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é o ato histórico, uma condição fundamental de toda a história.

Para suprir essas necessidades, que são coletivas, o ser social organiza o trabalho socialmente, para que assim seja possível atendê-las.

Desta forma, temos a “(...) constatação de que toda a sociedade sempre se organizará para produzir e reproduzir a vida material e intelectualmente, ou seja, para concretizar a existência humana” (CARDOSO, 2013, p. 30). Doravante, para a concretização da existência humana, é necessária a produção que atenda ao suprimento das necessidades primárias, a exemplo de comer, beber, vestir-se, morar etc., e logo após, atender as necessidades secundárias, como o pensar, o sentir etc. No entanto, esse processo de efetivação do ser social “(...) é histórico, necessariamente contraditório e desigual. Esse desenvolvimento pressupõe a criação constante do novo e da elevação da humanidade a patamares de sociabilidade cada vez mais altos” (BONFIM, 2015, p. 9).

Como já foi mencionado, o homem, através do processo histórico que o separa das suas bases naturais (essa separação jamais foi/será completa) consegue desenvolver capacidades que são essenciais para o seu desenvolvimento, como a sociabilidade, a consciência, a linguagem, a universalidade e a liberdade. Através desse processo de diferenciação, mediado pelo trabalho, o homem vai “atribuindo valor às coisas e criando formas de interação como a linguagem, os costumes, constituindo, assim, a cultura” (BONFIM, p. 10).

Essa concepção de história materialista, apresentada por Marx e Engels (2009), nos deixa claro que em última instância quem determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Assim, a forma em que as relações econômicas são estruturadas, são as bases que determinarão a superestrutura, influenciando, inclusive, as suas formas e as suas expressões, sendo que todas estas estão em interação em um movimento contraditório, dialético e histórico. A cultura, assim, “(...) configura somente a moldura, a possibilidade da livre auto realização, da espontânea força criadora dos homens (LUKÁCS, 1920, p. 10).

Isto posto, o desenvolvimento político, social, ético, religioso, cultural etc. se funda no econômico, alimentando-o e o realimentando-o; estrutura e superestrutura, ambas interligadas, em movimento, construindo e reconstruindo uma sociabilidade em uma totalidade histórica. É neste movimento que a cultura surge como expressão subjetiva desse ser social, mas vinculada-se às bases materiais desse surgimento, através do intercâmbio com a natureza, das

relações sociais estabelecidas pelo trabalho, na constituição da sociabilidade e na efetivação desse ser enquanto produto histórico.

O trabalho que efetiva o homem e o separa da sua condição animalésca, no seu processo de objetivação/externalização, produz processos alienantes que são responsáveis por criar “(...) obstáculos socialmente construídos por este mesmo desenvolvimento, para a explicitação humano-genérica” (LESSA, 2002, *apud* BONFIM, 2015, p. 8). Logo,

(...) as formas de alienação devem ser entendidas como determinações objetivas do mundo dos homens elas se estabelecem para além das relações homem/natureza e vão se explicitando plenamente na esfera da reprodução social. Portanto, embora o fenômeno da alienação se expresse através dos valores presentes das ações dos indivíduos, não devemos perder de vista que sua gênese encontra-se nas relações materiais de produção da vida dos homens (BONFIM, 2015, p. 8).

Os processos de alienação são explicitados através de valores que constituem formas de cultura que também são alienantes. Sendo assim, a construção dos valores, que serão expressos na cultura não são elaborados aleatoriamente e desconexos da materialidade da vida social. Justamente o contrário, a constituição de uma determinada forma de reprodução subjetiva, ou seja, as expressões culturais, estão intrinsecamente vinculadas às “ações de indivíduos concretos em situações sociais concretas” (BONFIM, 2015, p. 8).

Desse modo, para apreendermos as incidências desses processos no ser social, foi necessário recorrermos à outra categoria central da ontologia marxiana, que é a reprodução social, que se distingue das tendências

(...) reprodutivas da vida orgânica, visando à preservação de si e da espécie, constituem reproduções no sentido estrito, específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa (LUKÁCS, 2013, p. 118).

Nessa acepção, o fundamento objetivo ontológico dessas mudanças, com tendências sumariamente desiguais, mas com um todo progressista, consiste que o trabalho “(...) posto de modo teleologicamente consciente desde

o princípio comporta em si a possibilidade de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida [do ser social]" (LUKÁCS, 2013, p. 118).

Mesmo que a reprodução seja uma categoria encontrada nas mediações da esfera biológica²¹, é justamente na esfera social que essa categoria irá se constituir como um processo que possibilitará a elevação crescente da sociabilidade humana (BONFIM, 2015). Dessa forma, como assevera Lukács (2013), podemos afirmar que entre essas duas categorias (trabalho e reprodução social) são estabelecidas uma nítida diferença e uma insuperável conexão²².

Até o presente momento, traçamos algumas reflexões sobre duas categorias importantes para a apreensão do nosso objeto de estudo: o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social; e a reprodução social, locus privilegiado da gênese e do desenvolvimento dos valores, dos costumes que irão compor a cultura.

Outro elemento histórico que levamos em consideração foi o desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, a reificação das relações sociais, com o sentido do espraiamento dos processos de alienação, que de uma forma particular, neste modo de produção, consegue alcançar o nível da universalidade.

Os processos de alienação são caracterizados pela atividade prática da objetivação/externalização do trabalho. Sendo assim, em todas as sociabilidades, esses processos serão recorrentes, enquanto "(...) obstáculos colocados ao desenvolvimento do homem enquanto ser humano-genérico (BONFIM, 2015, p. 38)". Para apreendermos as dimensões desses obstáculos, conforme Netto (1981), devemos ter em mente que a alienação não é um fenômeno exclusivo da sociedade burguesa, e sim, como já sinalizado, como resultado prático da atividade humana. Desta forma, para o autor, a alienação

²¹ É importante destacarmos que tanto na reprodução natural, quanto na reprodução social, as categorias ontológicas inferiores não podem ser anuladas. O que acontece que elas são transformadas e elevadas a patamares superiores, mais complexas (LUKÁCS, 2013; BONFIM, 2015).

²² A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (GRANEMANN, 2009, p. 4).

está presente em outros modelos de sociabilidade, caracterizado pelo estranhamento entre o sujeito e o objeto do trabalho.

A sociabilidade capitalista funda uma nova forma de alienação, determinada a partir da produção das mercadorias: o fetichismo, sendo uma

(...) forma nova e inédita [em] que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido (NETTO, 1981, p. 75).

Enquanto no modelo de produção feudal, os processos de alienação estavam resumidos e particularizados, a produção de mercadorias na sociabilidade burguesa, ao mesmo passo que mostra o seu caráter social, espraiando a produção, o produto dessa produção é privado. Dessa forma, “(...) o homem (...), não aparece como produtor de toda a riqueza material e espiritual, mas aparece externo a este processo” (BONFIN, 2015, p. 39). Temos, assim, a constituição de relações sociais entre coisas, sujeitos que não se conhecem enquanto humanos, já que nesse sistema, as relações mercantis atravessam todos os âmbitos da vida social; desde o trabalho até as relações sociais, como, também, as formas de expressar essas relações, como é o caso da cultura. Segundo Netto (1981, p. 43), “(...) as manifestações sociais fetichizadas: coagulando na factualidade das objetivações do ser social, coisificando-as, tendem a diluir as particularidades históricas numa eternização genérica”.

Neste momento histórico, há a inauguração de um processo inverso, na confusão “(...) com o culto ao indivíduo, com a satisfação das necessidades privadas” (BONFIM, 2015, p. 40). Dessa forma, é negada a humanidade do homem e há a redução à sua condição animalesca. Desse modo, o trabalho, na sociabilidade capitalista

(...) não possibilita a realização do homem, pois as mediações que se colocam a partir da propriedade privada, divisão do trabalho e do intercâmbio capitalista não permitem que isso aconteça. O trabalho assalariado aparece ao homem como fardo, que lhe é imposto como forma de satisfazer necessidades de sobrevivência. Nesse sentido, trabalho não é vida, não é criação, não se coloca como base de toda a riqueza

socialmente produzida, seja para satisfazer as necessidades materiais ou espirituais do homem (BONFIM, 2015, p. 41).

É sobre estas bases, na sociabilidade capitalista, que a alienação consegue terreno fértil para florir, espalhar-se e tornar-se universal. Entendemos, portanto, a alienação da vida, assim como Marx (1968) já apontava, como um processo decorrente do estranhamento que é estabelecido pelo trabalho e pelo produto deste nas mediações estabelecidas entre o homem/natureza e o homem/homem.

Do mesmo modo, na sociedade capitalista “(...) a alienação se estabelece através do trabalho assalariado, e, dessa forma, submete o desenvolvimento do homem a tais condições” (BONFIM, 2015, p. 43). Temos, assim, a satisfação das necessidades humanas de forma alienada, sujeita aos apetites brutais, o terrível culto do “eu”, a maturação da falsa ideia que não existe sociedade, mas apenas o indivíduo e assim há atribuição/constituição de uma suposta natureza egoísta do homem.

A universalização das relações capitalistas de produção e reprodução social expressa ao ser social a constituição das formas mais deletérias de alienação que perpassam todas as dimensões da vida social, instaurando valores, moldando uma consciência específica que irão estruturar uma forma particular de cultura, que objetiva o modo de viver desta sociabilidade. Logo, Netto (1981, p. 81) afirma que

(...) na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desdobra a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias outrora o indivíduo podia reserva-se como áreas de autonomia (a constelação família, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio etc.) convertem-se em limbos programáveis.

Esses limbos programáveis atenderão a uma determinada forma de organização social que atinge de maneira intensa todos nós na atualidade. Essas incidências, como já foram mencionadas, irão se expressar na cultura,

na produção de conhecimentos, na política, na ética e nas demais dimensões da vida social, orientado as nossas vidas a atender uma lógica programável, fetichizada, alicerçada sobre relações sociais reificadas e por sujeitos sociais cada vez mais coisificados. Sendo, portanto, uma determinação da universalidade do sistema de produção capitalista.

Eagleton (2011, p. 62), ao ressaltar que no século XX a cultura afasta-se e nega-se de qualquer tipo de razão crítica, reafirma sua tese do alcance da cultura e o seu domínio no âmbito da subjetividade social, sendo este um “(...) domínio que é mais amplo do que a da ideologia, porém mais estreito do que a sociedade, menos palpável do que a economia, porém mais tangível que a economia”. Assim sendo, o afastamento das referências críticas sobre a categoria cultura tem o sentido de perpetuar a hegemonia ideocultural do capitalismo tardio neste momento de crise orgânica.

Como já fora posto, a crise no modelo de produção é paradoxalmente inexistente na reprodução, que vive uma hegemonia posta pelo pós-modernismo como “lógica cultural do capitalismo tardio” (JAMESON, 1997). Neste sentido, trazemos à tona a dissidência; ou seja, o debate sobre cultura na perspectiva da Antropologia Cultural, a partir de três obras que elegemos por serem clássicas e contemporâneas para captação dos elementos mais singulares nesta determinação à produção de conhecimento em torno da categoria cultura, a seguir.

2.2 Cultura e Antropologia Cultural: o conceito e a negação do real

“O que me mata é o cotidiano. Eu queria só exceções.
Estou perdida: eu não tenho hábitos”.
Clarice Lispector

Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, mais especificamente, no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, está explícito que se deve compreender “(...) um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica” a fim de instrumentalizar os sujeitos à apreensão da sociedade burguesa, em um complexo contraditório e a partir do movimento histórico da sociedade (ABEPSS, 1996, p. 3).

Logo, o componente curricular da Antropologia deveria possibilitar o debate que privilegie a relação dialética entre o material e o simbólico no que tange à construção das identidades sociais e da subjetividade (ABEPSS, 1996). Portanto, espera-se que a Antropologia possibilite ao processo formativo dos/das Assistentes Sociais a instrumentalização da apreensão da construção da subjetividade, das identidades sociais, da cultura e das expressões culturais a partir da materialidade da vida social.

Assim, as chaves teóricas que compõem o projeto de formação, contido nestas Diretrizes Curriculares, permitem a captação da cultura enquanto uma categoria e a sua vinculação à materialidade da vida social. No entanto, percebe-se que este debate não tem aparecido na produção de conhecimento do Serviço Social. Nos levando ao questionamento, que alimenta esta pesquisa, de o porquê desta área de conhecimento não produzir conhecimento, a partir destas chaves teóricas, sobre a categoria cultura? Em paralelo, pela Antropologia, o debate acerca da cultura tem sido muito bem explorado, com variadas compreensões e interpretações do que seria a cultura. Neste sentido, neste subcapítulo, traremos o debate contido em três clássicos da Antropologia Cultural, nos preocupando em captar os elementos mais universais e particulares sobre a compreensão em torno da cultura. Para que assim, no momento em que analisaremos as teses de doutoramento, possamos identificar a absorção (ou não) deste ideário pela produção de conhecimento do Serviço Social.

A primeira obra que analisamos foi escrita pelo professor Doutor e em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP-1972) Roque de Barros Laraia, lançada em sua primeira edição em 1986, pela editora Zahar, com o título de “Cultura: um conceito antropológico”. A referida obra busca sintetizar, numa linguagem simples, o conceito²³ de cultura sendo este “um tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos” (LARAIA, 1993, p. 7). Neste sentido, o texto é introdutório, didático e bastante claro, indicado ao público que decide iniciar suas pesquisas e atender as suas inquietações em torno da temática da cultura; donde o autor, através de exemplos, traça comparações entre a nossa sociedade e as sociedades tribais, visto que “o conceito de cultura é de extrema utilidade para compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana” (LARAIA, 1993, p. 7).

O livro é dividido em duas partes: sendo a primeira destinada ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos; e a segunda tenta demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e é responsável por diversificar amplamente a humanidade, mesmo que tenhamos, segundo o autor, comprovadas a nossa unidade biológica (LARAIA, 1993).

“Da natureza da cultura ou Da natureza à cultura” é a primeira parte do livro donde o autor discute questões sobre o determinismo biológico e geográfico; os antecedentes históricos sobre o conceito de cultura; o seu desenvolvimento; a ideia sobre a origem da cultura; e, por fim, as teorias modernas sobre o citado conceito. Portanto, busca a “conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana” (LARAIA, 1993, p. 10), mesmo que esta seja, para o autor, presente como um dilema permanente de polêmicas à Antropologia Cultural.

Ao se deparar com questões que beiram o determinismo biológico e ao geográfico, o autor traz questões que perpassam diferentes culturas e povos na atualidade, para mostrar que tamanha diversidade ainda está presente em nossa sociedade nos dias atuais. Todos os exemplos trazidos o fazem questionar que nem o determinismo biológico e nem o geográfico, apontado

²³ Nossa escolha teórica, como já trabalhada e apresentada em seções anteriores, define a cultura enquanto uma categoria. No entanto, para esta linha de pensamento, a cultura é tida enquanto um conceito, tendo, assim, várias interpretações que cabem ao sujeito pesquisador a definição que melhor lhe cabe.

por autores mais clássicos, não são capazes de “resolver o dilema proposto no início deste trabalho”, que é o entendimento sobre essa multiplicidade em torno dos diversos comportamentos culturais, bem como, do conceito de cultura (LARAIA, 1993, p. 16).

Nesta sequência, o citado autor reforça a sua tese em relação ao processo de “endoculturação”, que já fora sido desenvolvida por autores clássicos do pensamento moderno, como é o caso de John Locke e Rosseau, que estavam se opondo, naquele momento, à naturalização dos comportamentos sociais, iniciando, assim, os primeiros passos para o relativismo cultural (LARAIA, 1993). O autor também sinaliza que o entendimento sobre a naturalização destes comportamentos, partido de entendimentos deterministas, sejam estes biológicos ou geográficos, ainda se fazem presentes.

Mas, quando surge a cultura? Esse questionamento, respondido pelo referido autor, traz algumas interpretações, de diferentes antropólogos, sobre o seu entendimento sobre a gênese da cultura. A primeira explicação, dada a partir de antropólogos paleontologistas, estaria associada ao desenvolvimento do corpo dos primatas, que acreditavam que ao passo em que estes evoluíssem, possibilitaria o desenvolvimento de outras habilidades, assim como o desenvolvimento da cultura. Outras duas concepções focariam no surgimento da cultura enquanto delimitação seja em Lévi-Strauss, quando o homem convencionou a primeira regra de comportamento moral; seja em Leslie White, quando o homem foi capaz de gerar símbolos para representar as coisas.

Ambas as explicações, segundo Laraia (1993), partem do entendimento que a cultura surgiu de forma espontânea, como um “salto”. Para ele, assim como para antropólogos norte-americanos, “o “salto” da natureza para a cultura foi contínuo e extremamente lento” (LARAIA, 1993, p. 58). Assim, a cultura existiria antes do primata virar homem, acompanhando esse desenvolvimento biológico, mas somente a partir dele o homem poderia desenvolver essas regras e criar símbolos. Nesse sentido, a cultura,

(...) desenvolveu-se, pois, simultaneamente com o próprio equipamento biológico e é, por isto mesmo, compreendida como uma das características da espécie, ao lado do

bipedismo e de um adequado volume cerebral (LARAIA, 1993, p. 59).

Por esse ângulo, a cultura pode se desenvolver vinculada ao desenvolvimento do próprio homem. No entanto, as explicações deste conceito, ressalta Laraia (1993), estão longe de conter unanimidade. O autor, ao buscar as diversas concepções sobre cultura na modernidade, traz ao debate as diferentes posições, de diversos antropólogos, que vão desde o idealismo, a um sistema adaptativo e a uma abordagem estruturalista sobre este conceito. Nessa lógica, não há uma definição do que seria esse conceito de cultura, mas um leque de opções abertas, como uma “compreensão [sobre a cultura como a] própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana” (LARAIA, 1993, p. 65).

Na obra de Laraia (1993), especificamente na primeira parte, ao buscar as diversas concepções de cultura, nota-se que a cultura estava vinculada ao surgimento do homem, ou seja, a uma materialidade. Porém, a partir do século XX, a concepção sobre cultura sofreu um grande giro da materialidade para a negação da civilização e à abstração, se tornando “fechada à crítica racional” (EAGLETON, 2011, p. 25). Esses elementos, os quais já sinalizamos, estão presentes na segunda parte da obra do autor, como veremos a seguir.

Na segunda parte do livro Laraia (1993) trata de como a cultura opera um processo particular que molda o homem para viver em sociedade, no que tange o condicionamento da visão de mundo deste homem; na interferência no plano biológico; como os indivíduos participam de formas particulares desta cultura; como esta tem uma lógica própria; e como este conceito é dinâmico.

A cultura, nesse ponto de vista, opera no sentido de criar uma variada forma de sentidos morais e valorativos às diversas ações do homem em sociedade, sendo estas decorrentes de uma herança cultural preexistente. Sendo assim, não existindo uma forma de cultura superior ou inferior, mas diferentes e variáveis formas de comer, vestir, sorrir e etc.

Ao criar variados sentidos morais e valorativos, a cultura, segundo o Laraia (1993), também seria responsável pela interferência no plano biológico visto que, por exemplo, “a sensação de fome depende dos horários de

alimentação que são estabelecidos diferentemente em cada cultura” (LARAIA, 1993, p. 79). Para o autor, a fome, pois, deixaria de ter uma posição apenas no plano biológico, para ser moldada pelo plano cultural.

Como vimos em Gramsci (2015), a cultura surge no chão da fábrica. A cultura, por si só, não molda os comportamentos sociais. Ela reafirma a materialidade produzida no chão da fábrica. Neste sentido, quando o autor afirma que a cultura molda os sujeitos sociais, percebemos que é retirada a historicidade e a materialidade da cultura, tornando-se um conceito abstrato e fechado à crítica, sendo possível apenas a sua interpretação, visto que seria muito complexa a razão apreendê-la (EAGLETON, 2011).

Na medida em que as sociedades vão se complexificando a cultura torna-se algo também mais complexa, sendo comum as diferentes formas de participação dos indivíduos em sua cultura, dependendo de algumas questões como a idade e o sexo (LARAIA, 1993), sendo esses elementos que diferenciam a forma particular que cada indivíduo poderá participar da cultura de sua comunidade social. Para o autor, independentemente de qualquer modelo de sociedade, não há a possibilidade do indivíduo dominar todos os aspectos da sua cultura. Como exemplo, o autor afirma que determinado sujeito pode ser um grande teórico, mas ter um pouco de desenvolvimento artístico. Neste sentido, a cultura e o seu desenvolvimento teria a sua operacionalidade que estaria associada a uma lógica própria a este conceito, possuindo uma autonomia própria do conjunto da comunidade social (LARAIA, 1993). Logo,

(...) todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário do etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. (...) A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence (LARAIA, 1993, p. 90).

A cultura, nessa perspectiva, possui uma lógica própria que estará vinculada à forma em que as explicações são feitas, por determinados grupos sociais, sobre determinadas situações vividas por este grupo social. Assim, “(...) cada cultura ordenou o seu mundo que a circunscreve e que esta ordenação dá um sentido cultural à aparente confusão das coisas naturais” (LARAIA, 1993, p. 95). Portanto, para o autor, a cultura seria dinâmica,

possuindo movimento próprio e que estaria entrelaçada à forma em que os sujeitos em sociedade vão organizando resposta, dando, assim a este conceito, autodeterminação.

Finalizando a sua obra, o citado autor ressalta a importância do entendimento, por parte dos antropólogos, da dinâmica própria que a cultura possui. Sendo este entendimento importante para conseguir, por parte da sociedade, a aceitação na mudança nos sistemas culturais.

Para Laraia (1993), a cultura, assim, possuiria uma dinâmica própria, expressão da complexificação que esse conceito ganha a partir da generalização da sociedade. Portanto, a partir desta compreensão, só seria possível aceitar as mudanças culturais como se elas adviessem de uma esfera autônoma da materialidade da vida. Como já colocamos, a cultura referenda a base material; surgindo através da ação prática do ser social através do trabalho; e ao apreendemos apenas as suas expressões, estamos partindo de uma apreensão culturalista, preocupando-se apenas com a construção do conceito.

A segunda obra analisada foi escrita pelo professor Doutor em Sociologia Waldenyr Caldas (USP-1983), publicada pela primeira vez em 1986, pela editora Global, com o título “O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Cultura”. Consiste em um texto que busca como o próprio título insinua, trazer questões mais universais em torno da cultura, numa linguagem também introdutória, tendo em vista que o “(...) termo cultura possui hoje diversos conceitos” (CALDAS, 1986, p. 11), necessitando, assim, de uma obra que possa sistematizar conhecimento sobre.

Com esse ponto de vista, inicialmente, a obra objetiva conceituar a cultura, partindo da origem da palavra que designava cultivar – do latim *colere*. Porém, na antiguidade, os romanos começaram a utilizar a palavra cultura como adjetivo para o sujeito que possuía um alto nível de educação, interesse por artes, ciências política etc. Sendo assim, o autor também parte da apreensão de um relativismo cultural²⁴ persistente até os dias atuais.

²⁴ O relativismo cultural parte da compreensão que se deve “olhar” para as diferentes culturas abstraindo-se de qualquer preconceito oriundo do etnocentrismo. Ou seja, a falsa crença na superioridade de específicas sociedades (especificamente a europeia) em relação às outras (ALMEIDA, 1999).

Partindo, assim, deste relativismo cultural, Caldas (1986, p. 13) afirma que o trabalho do “(...) estudioso da cultura humana, começa pela investigação de culturas, ou seja, pelo modo de vida, padrões de comportamento, sistema de crenças, que são característicos de cada sociedade”. Sendo assim, o relativismo cultural exige do pesquisador capacidades interpretativas para captar essas diversas configurações de culturas a partir das expressões que elas apresentam ao sujeito pesquisador. Assim, o estudioso deve ter em mente que,

(...) apesar da inter-relação cultura e sociedade ser muito estreita e ininterrupta, de serem mesmo imprescindíveis uma à outra, temos de ter sempre em mente o seguinte aspecto: são duas coisas distintas que apresentam dinâmicas diferentes (CALDAS, 1986, p. 14).

Os padrões culturais, segundo o autor, seriam responsáveis por manter essa inter-relação entre a sociedade e a cultura, mesmo ambas possuindo movimentos próprios “(...) a importância dos padrões culturais como elementos que, circunstancialmente, transformam o homem produtor de cultura em apenas reproduzidor de cultura, como forma de garantir o sistema social” (CALDAS, 1986, p. 17).

Para Caldas (1986) o “estudioso da cultura” deve preocupar-se em investigar as expressões culturais, no sentido de compreendê-las, mas não de apreender o que as constrói. Assim, para esse autor, diferentemente do que estamos defendendo, que a cultura é resultado de um processo que possui a centralidade no trabalho (LUKÁCS, 2013), as expressões culturais seriam responsáveis pela sociabilidade. A cultura, assim, é entendida como fundadora do próprio homem, através de normas, padrões e comportamentos.

Nesta trilha argumentativa, a cultura seria estruturada a partir das normas sociais que esses padrões culturais, elaborados pelas comunidades sociais, desenvolveriam. A cultura, portanto, teria uma função social de expressar esses comportamentos em “aceitáveis” e “abomináveis” culturalmente. Concordando com Laraia (1993), o entendimento de Caldas (1986) sobre cultura é a dinamicidade deste conceito, não podendo (e nem devendo ser) entendido de forma estanque.

A cultura, para estes dois autores, assim, não poderia ser compreendida enquanto um dado fixo, pois os costumes irão se modificando ao longo da história. Porém, a concepção de história dos referidos autores é idealista, pois, acredita-se que o conceito de cultura possui uma dinamicidade, uma vez que é um conceito autônomo em relação ao movimento da história.

Caldas (1986) introduz, nessa sequência, a compreensão da participação das classes sociais na elaboração de culturas distintas, para que assim, o conceito se torne mais fácil de ser entendido, pois as diferenças subjetivas entre estas classes tornaria essa percepção mais fácil, através de uma “reprodução simbólica” (CALDAS, 1986, p. 20). Nessa acepção, a cultura acompanharia a estratificação social das classes, produzindo padrões culturais, bem como, culturas de classe distintas.

Percebamos, portanto, que mais uma vez o autor está interessado na “reprodução simbólica” da cultura, que agora seria gestada pelas classes sociais. Vejamos, não há a preocupação de apreender, por exemplo, a hegemonia que a classe dominante conquista para se sobrepor socialmente. A análise, para o autor, limita-se apenas à reprodução simbólica.

Na terceira e última obra analisada, a mais recente de todas, escrita pelo professor Doutor em Antropologia pela Universidade da Flórida, Mércio Pereira Gomes (Gainesville-1977), lançada pela primeira vez em 2008, pela Editora Contexto, com o título “Antropologia: ciência do homem e filosofia da cultura”. Nesta obra o autor busca compreender o surgimento do homem até os dias atuais, através de uma linguagem acessível. Na obra o autor busca ir para além da compreensão comum à antropologia, que busca entender a diversidade cultural, para construir uma ciência que pretende dar sentido ético ao homem (GOMES, 2015).

Nessa perspectiva, inicialmente, o autor traz os vários sentidos sobre o conceito de cultura, mostrando, assim como faz os outros autores, a multiplicidade de interpretações sobre a cultura. Assim, busca fazer um levantamento conceitual das diversas interpretações/concepções em torno do conceito de cultura, chegando a duas sínteses: a primeira seria uma concepção de cultura que estaria relacionada à erudição; e a segunda, presente até os dias atuais, seria a concepção idealista expressa nas formulações alemãs sobre a cultura (GOMES, 2015).

De acordo com o supracitado autor há também uma terceira via que compreende a cultura enquanto manifestações culturais, como o teatro, a música, expressões folclóricas etc., bem como seria cultura as diversas regras, normas e hábitos sociais de um povo. Nesse caso, podemos perceber que o referido autor também parte do relativismo cultural para entender o que seria o conceito de cultura, o qual seria “(...) tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio da linguagem” (GOMES, 2015, p. 35).

Para Gomes (2015), a linguagem possui a centralidade nas relações entre os homens, já que seria através deste intercâmbio que o homem poderia vivenciar e transmitir o seu processo de formação. Porém, o que impulsiona o desenvolvimento da linguagem? Vejamos que mais uma vez, para este autor, importa apenas as expressões de como a cultura vai se objetivando na sociedade, não tendo o interesse de partir da concretude que estrutura essas relações.

A cultura, para Gomes (2013), germina o indivíduo social, separando-o da natureza, possibilitando, neste sentido, a constituição de comunidades e grupos sociais que serão organizados em torno de se produzir cultura comum e que possuirá lógica para estes grupos. Portanto, ao mesmo passo que a cultura possibilita a ruptura com a natureza, também determinará comportamentos sociais para o conjunto da sociedade.

Nesse ponto de vista, a cultura opera-se numa dupla relação, entre o indivíduo e a coletividade. Para Gomes (2015) externar essa interpretação em torno do conceito de cultura é opor-se ao discurso radicalista empirista presente em seguimentos da Antropologia, da Psicologia e da própria Sociologia. Assim sendo, essa relação entre o indivíduo e o coletivo é importante para se interpretar corretamente a cultura e, pois, entender a sua reprodução por vários meios, como o físico, e a sua própria dinâmica.

Finalizado as sínteses das obras dos autores culturalistas, acreditamos que algumas questões foram importantes para a apreensão do nosso objeto de estudo.

A primeira questão foi como a categoria cultura é tratada enquanto um conceito, não sendo apenas um tratamento meramente linguístico, mas, sobretudo, de retirar desta categoria social a sua materialidade, recompondo na sua conceituação uma forte presença idealista, sendo essa responsável por

explicações relativistas sobre a cultura – a cultura seria, portanto, tudo; um sentido extremamente amplo e que impossibilita qualquer apreensão racional sobre esta categoria (EAGLETON, 2011).

O processo de “endoculturação” (LARAIA, 1993), o de exercícios imaginários para captar a cultura (CALDAS, 1986) e o processo “aculturação” (GOMES, 2015) são expressões idealistas que estes autores utilizam para captar e conceituar a cultura.

Neste sentido, partindo de apreensões apenas metafísicas, os autores explicam a cultura a partir de suas expressões culturais, não se preocupando, em nenhum momento, de ir buscar os fundamentos destas expressões, afirmando, inclusive, que a cultura possuiu uma dinâmica e uma lógica própria.

A convergência nos três autores é que a cultura não pode ser explicada através de interpretações deterministas de qualquer espécie. Porém, podemos perceber que, apesar da cultura possuir autonomia, dinâmica e lógica próprias, esta tende a não ser uma possibilidade de crítica ao cotidiano, sendo, para Gomes (2015) determinista de comportamentos sociais para o coletivo; para Laraia (1993) uma reprodução que segue o desenvolvimento natural do homem, mas que em algum momento se afasta deste; e para Caldas (1986) funcional à ordem vigente.

Assim, para estes autores, a cultura carrega consigo nenhuma possibilidade de ruptura, crítica ou possibilidade revolucionária, sendo, portanto, niilista. Este niilismo, como doutrina filosófica, baseia-se no pessimismo e no ceticismo absoluto a qualquer tipo de tradição de pensamento, nas suas mais variadas áreas (política, teoria, religião e etc.). Ao passo em que as teorias sobre o fim das metanarrativas, do fim do trabalho e o surgimento de uma sociedade pós-industrial e pós-moderna, pensamos que a influência deste pensamento alimenta interpretações culturalistas sobre a cultura, bem como retira as possibilidades emancipatórias presentes nesta categoria.

Para além de questões meramente linguísticas, percebe-se que a preocupação dos autores é sempre “explicar o conceito”, como expressão do positivismo presente nas ciências sociais que procura a explicação dos dados, a partir deste (TONET, 2013). A diferença entre a nossa concepção de cultura,

que busca captar este fenômeno na totalidade social, apreendendo, assim, as suas expressões mais universais, singulares e particulares no real.

Outra convergência é a centralidade da cultura na separação do homem e da natureza. Este elemento é um dos maiores divisores de águas da nossa apreensão sobre cultura e dos pressupostos culturalistas. No nosso entendimento a cultura é expressão subjetiva do trabalho e o trabalho é central para a separação do homem da natureza, na constituição do ser social.

Enquanto que a apreensão focada na cultura, entendida enquanto abstração, sendo idealista e por muitas vezes quase impossível de ser definida, é a única que pode justificar a forte presença do relativismo cultural, pois para estes pressupostos culturalista, tudo seria cultura.

Enfim, ao retirar a materialidade da categoria cultura e apenas focar na sua conceituação, procurando apenas “entender” e não “apreender” o que constrói a categoria, a Antropologia Cultural limita-se a produzir conhecimento apenas descritivo da realidade, reafirmando explicações em torno de expressões que estariam desconexas de uma processualidade histórica, sendo, neste sentido, funcionais à ordem vigente.

Diferentemente, a perspectiva teórica que nos orienta e nos instrumentaliza para buscar a materialidade que gesta as expressões culturais, privilegia a apreensão dessa categoria no complexo e contraditório movimento da história, desvelando seus elos mais significativos, para que possamos construir conhecimento que seja capaz de apreender o objeto inserido numa totalidade social.

A cultura, enfim, para nós, é apreendida enquanto uma categoria, composta por todos esses conceitos trazidos até aqui, mas que só fazem sentido se partirmos de uma análise que se preocupe em apreender a constituição dessas expressões a partir das relações concretas dos homens.

Assim, como já sinalizando, nossa pesquisa contemplou o “modo de pensar” que corresponde a um determinado momento histórico da sociabilidade capitalista que gesta uma forma de conhecimento que conserva a ordem e que nega as possibilidades à crítica deste sistema. A pós-modernidade, assim, se expressa na Antropologia Cultural, negando a materialidade da cultura e reforçando abstrações e negando a materialidade da vida social.

Portanto, quando estas tendências se expressam na produção de conhecimento, no caso estudado, do Serviço Social, podemos vislumbrar que esta produção de conhecimento irá se preocupar nas abstrações e no idealismo em torno das expressões culturalistas, tendo como referência, direta ou indireta, os pressupostos contidos na Antropologia Cultural. Porém, o elemento mais fulcral desta relação, seria o niilismo que nega potencialidades emancipatórias, estruturando um conhecimento funcional à conservação da ordem social burguesa.

Para que possamos melhor apreender a relação entre Serviço Social e a categoria cultura, no próximo capítulo, buscamos realizar uma reconstrução histórica desta categoria profissional, procurando apreender como ao longo da sua constituição enquanto profissão e, mais tarde, como área de conhecimento, fora se apropriando da categoria cultura.

3 SERVIÇO SOCIAL E CULTURA: ELEMENTOS DA EMERSÃO, CONSTITUIÇÃO E APREENSÕES TEÓRICAS EM TORNO DA CATEGORIA CULTURA

“Eu tenho que ser legível quase no escuro”.

Clarice Lispector

Com o objetivo de apreender a relação entre a categoria cultura e a direção social do Serviço Social brasileiro nas teses de doutoramento, defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, no marco da crise orgânica do capitalismo tardio, considerando nossa orientação teórica-metodológica e ético-política, mesmo que de forma sintética, se faz necessário recuperar a trajetória histórica do Serviço Social, para que seja possível identificar as tendências prevaletentes nessa referida relação.

A produção de conhecimento acerca dos Fundamentos Teórico-Histórico-Metodológico do Serviço Social brasileiro, em pesquisas realizadas por Prates *et. al.* (2010) e por Silva e Silva; Carvalho (2005), por exemplo, tem mostrado que este tema permanece secundarizado pela categoria profissional, que tem priorizado estudos sobre a Política Social. Nossa pesquisa, portanto, reafirma a necessidade de irmos aos fundamentos da profissão, priorizando a perspectiva de totalidade.

De acordo com Guerra (2010), a preocupação com os fundamentos parece ser uma questão extemporânea nos dias atuais, nos quais a retórica pós-modernista anti-ontológica tem conquistado adeptos de várias tendências. Para a autora, na atualidade o critério de verdade das teorias, enquanto formas de apropriação e de (re) construção do real através, como já escreveu Netto (1986) do pensamento, tem se tornado cada vez mais uma resultante de conciliações, de arranjos, do caos, do acaso ou de regras dos jogos de linguagem.

Assim, ressalta a autora, referir-se a fundamentos somente tem sentido quando se opera com uma razão racionalista, humanista, historicista e dialética, bem como quando não se contenta com o formalismo e/ou com a positividade posta na aparência necessária dos fenômenos. Portanto, quando não se opera com um determinado tipo de conhecimento que se cristaliza na expressão fenomênica da realidade, quando não se identifica discurso e teoria,

experiência e práxis. Expressão fenomênica esta que reveste os acontecimentos no capitalismo tardio, principalmente, pelo estabelecimento de uma nova dinâmica espaço-tempo, a qual justifica a expansão de uma lógica cultural, como ressalta Jameson (1997) ancorada na imagem, no simulacro, no imediato, no fragmento, no micrológico, no fortuito, na, pois, suposta ausência de racionalidade do real.

Acreditamos que já esteja consolidado na produção de conhecimento da área, que o surgimento do Serviço Social “(...) como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” (NETTO, 2011a, p. 17), está intrinsecamente vinculado às modificações operadas pelo Estado no trato das expressões da “questão social”, na passagem do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista (NETTO, 2011a). Logo, o Serviço Social surge na sociabilidade capitalista para lidar com as mazelas próprias produzidas pela ordem burguesa, como uma resposta conservadora, que deve intervir nessa realidade de forma pragmática, objetivando, assim, ao que fora imposto pelo capital, impossibilitando, no momento de emersão da profissão, a reflexão sobre essa prática profissional.

Assim, a profissão surge e reafirma-se superdimensionado a prática profissional, através da aplicação de conhecimentos práticos à realidade social, sem questionar o porquê do seu exercício profissional. Os limites impostos a profissão na sua gênese, a exemplo dos referenciais teórico-metodológicos nos quais estava vinculada e as próprias requisições do capitalismo na época, não favoreciam a reflexão crítica sobre os fenômenos nos quais atuava.

Não é possível debitar a emergência, a institucionalização e a legitimação da profissão apenas à sua intrínseca relação com a “questão social”, mas, sobretudo, com “(...) as peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2011a, p. 18).

Para Iamamoto (2013), as formas embrionárias do Serviço Social conquistavam legitimidade graças a sua origem classista e ao seu caráter estritamente missionário. Porém, as peculiaridades da organização monopólica, exigiram modificações expressas na necessidade de capacitação de mão de obra especializada, a fim de atender as novas determinações postas pelo novo estágio do capitalismo. Assim, a profissão deixou de ser uma expressão da distribuição da caridade das classes dominantes, “(...) para se

transformar em uma das engrenagens da execução das políticas sociais do Estado e setores empresariais, que se se tornam seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2013, p. 109). Portanto, a legitimidade social do Serviço Social, que antes estava embutida em sua posição de classe e em uma “missão de vida”, agora é ampliada e consolidada, direta ou indiretamente, pelas relações de poder com o Estado.

Cabe destacar que, mesmo o Serviço Social não possuindo o *status* de ciência, tal característica, ao longo da sua história, não lhe retirou a necessidade de pensar, questionar e reelaborar a sua prática profissional à intervenção na realidade social. Ao longo desse processo de reelaboração, não restrito apenas à dimensão da intervenção profissional, o Serviço Social pode amadurecer a sua produção de conhecimento, vinculando-se a uma determinada perspectiva teórica (de base crítica), que parte da totalidade da vida social, podendo contribuir, neste sentido, com outras diversas áreas de conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais, como da grande área das Ciências Humanas. Tais contribuições são reconhecidas, especificamente, em 1984, quando as agências de fomento à pesquisa brasileira – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – reconhecem o Serviço Social enquanto importante área de produção de conhecimento (NETTO, 2016).

Portanto, só faz sentido apreender o Serviço Social a partir da sua inserção na sociedade, buscando captar “(...) o conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” à sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 102). Assim, a inserção da categoria profissional, nas relações de produção e reprodução da sociabilidade capitalista é marcada pela presença das intensas contradições presentes entre o capital e o trabalho que desafiam a profissão para decifrar estas complexas contradições, bem como, de posicionar-se nas dimensões que compõem a prática profissional, sendo elas a ético-política; teórico-metodológica; e técnico-operativa.

As contradições presentes entre o capital e o trabalho são marcadas por interesses particulares entre essas classes. É neste jogo de interesses contraditórios donde a prática profissional do Assistente Social é polarizada, e

que supõe, assim, como bem ressalta Iamamoto (2013, p. 103), em duas dimensões também contraditórias, “as determinações históricas da prática profissional; e [a apreensão da] profissão como realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais”. A unidade entre estas dimensões, por serem contraditórias, podem sugerir defasagem, no que tange as condições, efeitos e as representações que legitimam o fazer profissional.

Nossa opção teórica não desvincula o fazer profissional da produção de conhecimento teórico. Obviamente, não acreditamos que a prática e a teoria representem a mesma dimensão na totalidade social, mas sim, uma unidade, que carrega consigo contradição, particularidade e singularidade. Portanto, não é possível que exista uma prática profissional que não seja orientada por uma determinada visão de mundo, sustentada, dessa forma, por alguma orientação teórico-metodológica. Porém, a elaboração teórica, pode ser construída através de abstrações e não corresponder a realidade concreta.

Neste sentido, a realidade concreta é um determinante que não exclui a participação ativa dos sujeitos que a constrói. Portanto, é impossível traçar questões relacionadas à produção de conhecimento, sem partimos de tais reflexões.

Pelo exposto até aqui, daremos início a um processo de recuperação histórica do Serviço Social, tentando captar determinantes sócio históricos que possibilitaram a sua emergência, mas nos preocupando em tentar captar como essa categoria profissional vinha se apropriando da categoria cultura, pela sua produção de conhecimento, ao longo da sua constituição enquanto profissão. Por esse ângulo, buscando captar esses elementos através da reconstrução histórica, estamos tentando desvendar a profissão, apreendendo a sua constituição histórica, bem como seu modo de pensar e como vem explicando a realidade complexa em que se insere.

3.1 Determinantes sócio históricos para emergência do Serviço Social

“Estou me fazendo. Eu me faço até chegar ao caroço”.

Clarice Lispector

Ao nos debruçarmos sobre os determinantes sócio históricos que possibilitaram a emergência do Serviço Social, acreditamos que já esteja consolidada a tese que vincula esse surgimento a quadra histórica dominada pelos monopólios. Esta fase do capitalismo, agora em seu estágio superior (o imperialismo), inicia processos de concentração e centralização de capitais que possibilitam aos mercados a se organizarem sob a forma de oligopólios, sendo estas mediações construídas por sujeitos histórico-sociais que buscam a estabilização das taxas de lucro do capitalismo (NETTO, 2011a; LENIN, 2012). Nessa acepção, há a necessidade de pensar em projeções e estratégias, que irão dar origem a projetos societários que estejam em sintonia com “(...) a lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 42).

Portanto, estamos tratando de um determinado momento histórico no qual a fase concorrencial é sucedida pela fase monopólica do capitalismo, enquanto tendência global. Como já afirmara Netto (2011a), tal passagem já tem sido muito bem trabalhada e aprofundada pela tradição de pensamento marxista, cabendo a nós, neste momento, recuperar a síntese que essa nova fase se propõe, que é o “(...) acréscimo dos lucros dos capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011a, p. 20).

Este cenário trouxe consigo profundas transformações para o conjunto da sociedade, inclusive recolocando em patamares mais altos as contradições entre o capital e o trabalho, gerando novas configurações da “questão social”. Sendo as expressões deste processo, nada mais do que a própria movimentação, organização e da formação/desenvolvimento da classe operária, que exigia do Estado e da sociedade o seu reconhecimento enquanto classe, bem como a denúncia das relações de exploração do empresariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Assim, foram instaurados dois grandes processos nesta nova fase do capitalismo mundial: o protagonismo do proletariado, que exigia novas formas de intervenção do Estado, para além da caridade e da repressão, sobre as expressões da “questão social”, possibilitando, desta maneira, a articulação em

torno de um projeto político-social, apresentando-se enquanto direção social alternativa à sociedade, alicerçado no socialismo e no sindicalismo classista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011; NETTO, 2011a); bem como, a resposta que coube a burguesia elaborar, constituindo um projeto político-social contrário ao proposto pelo proletariado e que atendesse as exigências postas pelo surgimento desta nova dinâmica econômica.

Um projeto, seja este individual ou coletivo, trata-se da ação humana que parte de necessidades e de interesses, que elaboram projetos, como uma antecipação “(...) ideal da finalidade que pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha por meios para lográ-la” (NETTO, 2006, p. 2). Portanto, na sociabilidade capitalista, projetos societários são projetos de classes que, como já apontamos, são antagônicos, contraditórios e formulados para alcançar finalidades.

Na quadra histórica dos monopólios, em resposta ao projeto revolucionário da classe operária, a burguesia, como classe dominante, elaborou um projeto societário que não poderia deixar de ser conservador, graças a sua posição social, enquanto classe dirigente.

Assim, a ação sobre as expressões da “questão social”, proposta pela burguesia, deveriam conciliar três pilares fundamentais: o conservantismo, o reformismo integrador e a despolitização da “questão social”. A partir de um tratamento moral a classe dominante buscava construir consenso social e um forte controle da reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2013).

Logo, esse novo processo que a ordem capitalista vivenciara, possibilitou o surgimento de um novo lugar na divisão social e técnica do trabalho, ou seja, a necessidade de agentes técnicos que pudessem formular, implementar e, principalmente, executar políticas sociais. Deste modo, o Assistente Social foi investido enquanto profissional técnico, com perfil profissional determinado pela execução terminal de políticas sociais (NETTO, 2011a). Portanto, a particularidade da gênese histórico social do Serviço Social deve ser apreendida sempre levando em consideração a sua intrínseca relação com a “questão social”, mas, sobretudo, com as conexões estabelecidas no âmbito da sociedade burguesa fundada sobre a organização monopólica. Como já fora sinalizado, essa nova fase da organização da sociabilidade capitalista, possibilitou a recolocação em patamares mais altos do sistema de

contradições mais elementares da dinâmica capitalista, no que se refere à produção socializada e à apropriação individualizada da riqueza socialmente produzida.

Neste sentido, segundo Behring e Boschetti (2011), o surgimento das políticas sociais, assim como os seus desdobramentos, respostas e formas de enfrentamento, possuem o seu fundamento nas relações de exploração entre o capital e o trabalho, no trato das suas refrações (ou expressões) da “questão social”. Assim,

(...) o Estado deve (...) preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo (IAMAMOTO, 2013, p. 21).

A apreensão da autora, assim, assemelhasse com a de Mandel (1982), no que tange a função do Estado, bem como a sua sintonia com a forma em que os homens irão organizarem-se para produzir, sendo, neste sentido, um produto histórico destas relações sociais de produção e que, na reprodução social, ganham continuidade e são referendadas. Portanto, o Estado é reorientado a atender aos interesses da burguesia, mesmo que isso permita a incorporação de demandas provenientes das camadas populares, desde que estas não atrapalhem a acumulação.

Ao contrário do que acontecia na fase concorrencial, onde a intervenção estatal sobre as expressões da “questão social” estava centrada basicamente na coerção das lutas do proletariado e na preservação das relações sociais de produção e reprodução sobre a lógica burguesa, na fase monopolista, a intervenção estatal estaria alicerçada na “(...) preservação e [no] controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente”, portanto, nesta fase do capitalismo, o Estado assumiu a sua função econômica e política, na tentativa de enfrentamento “(...) das dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha óbices à valorização do capital no marco do monopólio” (NETTO, 2011a, p. 26).

Portanto, o tratamento conferido às expressões da “questão social”, por via das políticas sociais implementadas pelo Estado burguês na fase monopólica, juntamente com o surgimento de vários direitos sociais,

principalmente nos países centro-europeus, alcançou a lógica ideo-política do liberalismo que, dentre outros elementos, prega o predomínio do individualismo, já que o liberalismo considera “(...) o indivíduo (e não a coletividade) como sujeito de direito” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 61).

Ao analisar as particularidades deste movimento, Netto (2011a), apreende os rebatimentos no cerne do *ethos* liberal burguês, principalmente no que toca a individualização, responsabilização e despolitização da “questão social”. Obviamente, este mesmo movimento, segundo o autor, não se objetivou sem uma mistura de rupturas e de continuidades à processualidade histórica do capitalismo.

Assim, o enfrentamento das expressões da “questão social”, por parte do Estado burguês, assumiu uma nova orientação, completamente diferente daquela coercitiva da fase concorrencial, através da incorporação dessas expressões e a elaboração de ações no âmbito público-privado. Porém, essa incorporação pública da “questão social” não impossibilitou que estas ações fossem objetivadas individualmente, parcialmente, de maneira fragmentada e, sobretudo, com a responsabilização do próprio trabalhador, naturalizando e mistificando a natureza da “questão social”, que é assentada na contradição capital/trabalho (NETTO, 2011a; BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Neste sentido, o redimensionamento do Estado burguês, no trato das expressões da “questão social”, possibilitou duas movimentações concomitantes: primeiro cortou, pela intervenção das políticas sociais e depois recuperou o ideário liberal, “(...) debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por ela afetados” (NETTO, 2011a, p. 36). Assim, a ordem monopólica, em seu processo de legitimação, está entrelaçada, de algum modo, ao substrato advindo do *ethos* individualista que privilegia as instâncias psicológicas na existência social. Assim sendo, o processo de psicologização da vida social tornou-se, pois, um grande lastro legitimador, sendo esta tendência própria da ordem monopólica. Ao passo em que se psicologizava os problemas sociais, transferindo e propondo modificações e soluções aos indivíduos, estava embutida a funcionalidade desta perspectiva à ordem social, no que tange o esvaziamento do significado sócio histórico das expressões da “questão social”.

Partindo desta perspectiva público-privada, realizado pelo Estado burguês na era dos monopólios, a profissão buscou substratos teórico-metodológicos no conservadorismo, enquanto expressão de uma tradição intelectual nascente do século XIX, que orientou, legitimou e moldou as ações direcionadas ao trato das mazelas sociais. Portanto, estamos também tratando de um modo de pensar específico de um dado momento histórico da sociabilidade burguesa, o positivismo, sendo esse distinto do pensamento conservador, mas que absorve as suas ideias, que “(...) antes de ser uma ‘escola sociológica’, é a auto expressão ideal do ser burguês” (NETTO, 2011a, p. 43), que é essencialmente conversadora.

O pensamento conservador é profundamente contrário às ideias e os ideais propostos pelo Iluminismo, pelo liberalismo e pelo utilitarismo, surgindo enquanto uma reação que se apresenta nos finais do século XIX, como de negação tanto das conquistas alcançadas pela Revolução Francesa como pelos avanços calcados pelo movimento socialista (BARROCO, 2009). O conservadorismo, portanto,

(...) fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da autoridade baseada na hierarquia e na ordem; nega a razão, a democracia, a liberdade como igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna (BARROCO, 2009, p. 172).

Nessa esteira, o positivismo, enquanto expressão do pensamento conservador, inaugura uma forma particular de pensar o ser social, assentada no entendimento, como assevera Tonet (2013, p. 50), de que “(...) as leis que regem o capitalismo não são apenas as leis do capitalismo, mas simplesmente a explicitação das leis eternas da sociabilidade, tão férreas quanto aquelas que regem a natureza”. Portanto, para esta perspectiva analítica, a sociedade é regulada por leis naturais, que antecedem o próprio ser social e que agem independentemente da sua vontade. Conferindo, assim, aos processos sociais, abstrações que os desvinculam da materialidade e da historicidade próprias desta fase do capitalismo. Desta forma, moldando o *ethos* burguês à sua naturalização, ao mesmo passo que também o faz com o trato das refrações da “questão social”. Cria-se, então, a compreensão que o funcionamento da sociedade assemelharia ao de um organismo biológico, que desaguava na

ideia que os problemas sociais seriam disfunções, doenças, defeitos e desajustamentos que poderiam ser sanados, para que assim o “organismo social” voltasse a funcionar de forma equilibrada (TONET, 2013). Portanto, assinala Netto (2011a, p. 45), “(...) ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral”.

Ao partir da naturalização dos processos sociais, conferindo um tratamento moral ao que seria o “desajustamento social”, o positivismo impossibilita uma apreensão sobre as esferas sociais, principalmente no que toca à categoria cultura, já que para esta corrente de pensamento, esta categoria também seria um dado fixo e, porventura, imutável na sociedade. Portanto, partindo do lema da “ordem e do progresso”, que capta a proposta desta expressão teórico-metodológica, só poderia se pensar em progresso dentro desta ordem. Assim, o positivismo, afirmou e consolidou a burguesia enquanto uma classe conservadora (TONET, 2013).

O positivismo surgiu no final do século XVIII e no começo do século XIX, “(...) como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para torna-se, no decorrer do século XIX, até os nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida” (LÖWY, 1994, p. 18). Neste sentido, a mudança do perfil revolucionário do modo de pensar e de ser da burguesia, calcado em uma utópica crítica revolucionária, foi posto em xeque no momento que essa classe ascende ao poder, abandonando seus referenciais críticos e assumindo um perfil conservador, tendo como marco histórico o ano de 1830²⁵.

Assim, o positivismo, com a sua inegável naturalização, individualização, mitificação e despolitização da “questão social” contribuiu para consolidação e efetivação da burguesia, sendo a sua expressão teórico-política-cultural-ética, ou seja, o seu modo de ser calcado num tradicionalismo e num conservadorismo, na defesa intransigente da propriedade privada. O conservadorismo, presente na formulação teórica do positivismo,

²⁵ Da economia “clássica” à economia “vulgar”, segundo Löwy (1994), marcou essa mudança de “tonalidade” do positivismo, partindo da apreensão de que esta corrente de pensamento foi a perspectiva teórica que a burguesia utilizou para explicar os fenômenos sociais.

(...) pode aparecer sob muitas outras formas, pois é conservadora toda a elaboração teórica que não permita compreender os fenômenos sociais como um momento de uma configuração histórica e social em permanente processo de transformação (TONET, 2013, p. 57).

As expressões concretas destas tendências conservadoras no positivismo podem ser claramente identificadas na obra de Émile Durkheim (1958-1917), “As Regas do Método Sociológico”, publicado originalmente em 1895, que considera os fenômenos sociais a partir de si mesmos, externos aos indivíduos e que conscientemente seriam responsáveis por elaborarem representações teóricas destes fenômenos. Assim, para conseguir estudar (compreender) estes fenômenos, seria necessário que o “sujeito-pesquisador” a compreendessem enquanto coisas, pondo-se fora destes fenômenos, para que assim pudesse captá-los e explicá-los (DURKHEIM, 2007). De forma explícita, argumenta o autor,

(...) nosso método não tem nada de revolucionário. Ele é até, em certo sentido, conservador, já que considera os fatos sociais como coisas cuja a natureza, por mais flexível e mais maleável que seja, não é, porém, modificável pela vontade (DURKHEIM, 2007, p. 34).

Ao decorrer do nosso texto, partimos do entendimento de que a produção de conhecimento teórico é sempre um ato de apropriação do real, sendo, portanto, uma resposta dos sujeitos na tentativa de explicar as problemáticas que se apresentam na sociedade. A grosso modo, essa forma de explicar as problemáticas sociais pode ser realizada de duas formas: daquela que possibilita a captura dos seus fundamentos, instrumentalizando para sua transformação; ou daquela que mistifica e conserve estas relações. A tradição positivista, assim seria a “(...) típica resposta conservadora na cultura ocidental do século XIX, e é no seu seio que se constituem as Ciências Sociais” (NETTO, 2011a, p. 141). Ao passo que há a naturalização da dimensão social, é implodida a possibilidade de transformação desta dimensão.

Para Coutinho (2010), as revoluções perpetradas em 1830, com o surgimento do positivismo e a construção das Ciências Sociais, marcariam o início do processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, a partir das elaborações teóricas que negam o progressismo e a revolução de outrora; já

em 1848 temos o fim deste processo, que desagua na constituição da filosofia da decadência, constituindo “(...) um limite intransponível à apreensão da verdade objetiva” (COUTINHO, 2010, p. 35).

Não é por acaso que a perspectiva conservadora, criticada na fase progressista e revolucionária da burguesia, agora seria trazida para compor o projeto societário da burguesia, no momento em que seria importante barrar o progresso alcançados pelas Revoluções (Francesa e Industrial) e promulgar o discurso do “fim da história”. Ou seja, a burguesia ao chegar ao poder, deixou de defender as revoluções, as modificações e as transgressões, para acreditar nas conservações dos modos de vida e de comportamento (CARDOSO, 2013).

Para Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador, seria a expressão cultural da particularidade e da determinação do tempo e do espaço sócio histórico característicos “(...) da configuração da sociedade burguesa” (p. 41). Diante desta configuração, há a defesa da conservação de valores e princípios que seriam atemporais e que deveriam permanecer independentemente das transformações societárias, como é o caso da defesa da configuração tradicional da família, da tradição e, sobretudo, da propriedade privada. Portanto, para defender a propriedade privada, a herança e a tradição dever ser respeitadas sobretudo.

Assim, o pensamento conservador, presentes nas formulações positivistas, que na obra de Comte marca o início, mas na obra de Durkheim encontra a sua maturação, há a defesa intransigente de uma natureza imutável que considera a natureza humana impossível de ser modificada pela ação humana, que estaria enraizadas por uma vontade divina, portanto, impossibilitando essa superação seja pela ação política seja pela produção de conhecimento.

Portanto, o pensamento conservador traz consigo elementos irracionais. Estando, assim, em sintonia com o movimento instaurado em 1848, consagrando a filosofia da decadência, instaurando a miséria da razão ou a decadência ideológica da burguesia que persiste e é reatualizada até os dias atuais (COUTINHO, 2010). O antagonismo deste pensamento e da modernidade, sentido no início das suas formulações, passa agora a compor um projeto de sociedade onde o irracionalismo “(...) e o conservadorismo são duas maneiras de viver e ver a sociedade, portanto dois pensamentos,

integrados a um único *estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2013, p. 26 – grifos do original).

Para Iamamoto (2013), o conservadorismo seria a continuidade e a persistência na história do conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, onde essas ideias, valores e ideais, sendo reinterpretados, explicitam um projeto societário, favorável e em sintonia com a ordem social capitalista. Portanto, este projeto de classe também terá adesões e orientará projetos profissionais, onde é marcante o surgimento do Serviço Social atrelado ao pensamento conservador, sendo este um traço genético da profissão (NETTO, 2011a).

Diante do que fora argumentando, tentamos seguir as orientações de Netto (2011a) que, ao apreender o surgimento da profissão, não o fez apenas debitando exclusivamente à lógica econômica-social da ordem monopólica, mas também, pelo impulsionamento dado pelo projeto conservador, no que tange às reformas permitidas no seio desta ordem social. Portanto, a necessidade de adequação, bem como o do tratamento dos “problemas sociais”, de forma individualizada e particularizada, com sentido de despolitizar as refrações da “questão social”, desenvolve e legitima a profissão como interventora prática-empírica das políticas sociais. Neste sentido, a profissão surgiu, no plano sócio-político, como produto da divisão social e técnica do trabalho na era dos monopólios; e, no plano histórico cultural, como resposta dada pelo pensamento conservador.

Em síntese, a emersão do Serviço Social enquanto profissão está demarcada, como mostramos nesta seção, graças a passagem da fase concorrencial à fase monopólica do capitalismo e nas modificações no trato das refrações da “questão social”, pelo Estado burguês. Ao passo que há abertura na divisão social e técnica do trabalho, há também o impulsionamento no plano histórico cultural, pelo pensamento conservador, de uma profissão que possa atender as exigências, necessidades e, sobretudo, dar as respostas que a burguesia e o proletariado necessitam. O objetivo desta profissão, portanto, é o da atuação sobre as refrações da “questão social”, como expressão da contradição contida entre capital/trabalho. Portanto a profissão surge atrelada ao projeto societário conservador da burguesia, naquilo que Iamamoto (2013,

p. 19 – grifos do original), em seus ensaios críticos, classificou como origem da profissão sobre o “(...) bojo do *reformismo conservador*”.

A seguir, iremos traçar as particularidades desta emersão na realidade brasileira.

3.2 Serviço Social no Brasil: diferentes projetos profissionais, diferentes apropriações sobre a categoria cultura?

“De cigarras e pedras, querem nascer palavras”.
Hilda Hilst

Para apreensão qualificada da emergência da profissão na realidade brasileira, partimos do pressuposto da sua inserção no movimento da história e, principalmente, das “(...) demandas históricas e políticas que lhe são postas diante dos interesses do capital, tendo também, (...) a ver com a maneira como cada profissão se organizará para responder tais demandas” (CARDOSO, 2013, p. 71). Portanto, todas as profissões, assim como o Serviço Social, existem para atender e darem respostas aos interesses e as necessidades demandadas socialmente. Estamos tratando, assim, da razão de ser de uma profissão, neste caso do Serviço Social na realidade brasileira, que constituirá num dever ser, ou seja, uma projeção que se expressará em projetos profissionais²⁶ e que estão em consonância com projetos societários²⁷.

A gênese do Serviço Social, na particularidade brasileira, ocorreu no período da industrialização e urbanização vivenciadas a partir da década de 1910, tendo o seu aprofundamento na década de 1930, naquilo que Santos (2012) intitulou de industrialização pesada, sendo a posteriori, nos anos de 1933 a 1945, substituído pelo processo de industrialização restringida²⁸.

Um dos traços característicos e particulares da reorganização político-econômica do capitalismo brasileiro, neste momento histórico, foram as modernizações sem rupturas “(...) com a sua formação primeira (colonial) baseada na escravidão e no grande latifúndio” (CARDOSO, 2013, p. 110). Em nosso país, assim, todo o processo de modernização trouxe consigo pactos que privilegiaram, buscando consenso, as classes dominantes, tendo o Estado

²⁶ Os projetos profissionais, expressam a autoimagem das profissões, ou seja, o dever ser coletivo destas profissões. Assim, as profissões são reconhecidas e legitimadas a partir das respostas que são dadas “(...) às demandas que lhe são postas pelo movimento da sociedade e, no caso da sociedade capitalista, pela relação capital/trabalho devemos observar que essas respostas” vinculam-se aos projetos societários, reforçando, assim, um ou outro projeto (emancipatório ou conservador à ordem) (CARDOSO, 2013, p. 78).

²⁷ Os projetos societários, portanto, são projetos coletivos caracterizados pelo seu maior nível de abrangência, já que estes possuem uma dimensão “macroscópica” que expressam propostas para o conjunto da sociedade, no que tange à construção de uma imagem de sociedade que deve ser alcançada (NETTO, 2006).

²⁸ Sendo considerado muito relevante para história econômica brasileira, a industrialização restringida é caracterizada pelo processo de substituição de importações de produtos manufaturados pela indústria nacional, sendo portanto o início da segunda fase de constituição do capitalismo brasileiro, durante o governo de Getúlio Vargas (SANTOS, 2012).

primazia nesta manutenção de privilégios. Assim, a generalização do trabalho livre em nossa particularidade aconteceu “(...) em circunstâncias históricas nas quais a separação entre os homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 133). Assim,

(...) o processo de industrialização e urbanização no Brasil é marcado pela manutenção da grande concentração de terra; pela emergência da burguesia industrial (em uma modernização dos processos de produção); pela constituição de uma classe trabalhadora composta pela venda livre da força de trabalho (até pouco tempo escrava) e pela importação de mão de obra especializada dos trabalhadores europeus, em especial da Itália, diante da experiência já acumulada em seus processos de industrialização iniciados no século anterior (CARDOSO, 2013, p. 111).

Ao passo que a burguesia nacional importava trabalhadores europeus, com vasta experiência no trabalho industrial, também é importada a sua organização política. Isso aconteceu, obviamente, pelo fato destes trabalhadores terem experimentado os efeitos deletérios “do trabalho livre”, podendo assim, organizarem-se e reconhecerem-se enquanto classe social. Sendo expressão dessa organização, a partir do seu reconhecimento de classe, a constituição de sindicatos fortemente articulados e com notória influência política à esquerda (sendo de frações anarquistas e/ou comunistas). Através desta experiência e articulação, com os trabalhadores europeus, é que foi possível criar, em nossa realidade, uma nova condição: a de uma classe trabalhadora brasileira.

A partir de tal constituição, que as contradições entre capital/trabalho se tornaram evidentes através de diferentes formas, como a abusiva exploração da mão de obra livre, a fome, a miséria, a violência, as doenças, a falta de moradia, as condições insalubres das parcas moradias e de trabalho dentre outras.

Foi neste cenário histórico, onde há explicitação da existência da “questão social”, exigindo que a organização política dos trabalhadores, em torno da insatisfação, discordância e arbitrariedade sofridas pela burguesia industrial nascente, construísse meios públicos, através de greves e manifestações, para denunciar os conflitantes interesses e necessidades

contidas entre a relação capital e trabalho, mostrando, assim, a sua contradição e antagonismo. Coube ao Estado, neste momento, enfrentar a “questão social” como um caso de polícia, de forma coercitiva. No governo de Getúlio Vargas, “(...) o Estado vê-se pressionado a resolver²⁹ concretamente a “questão social”, (...) que começa a trazer consequências às elites dominantes do país (CARDOSO, 2013, p. 111-112).

Assim, em solo brasileiro, o surgimento da “questão social” está atrelado diretamente “(...) à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente o seu passado recente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 133). Esta generalização se deu em circunstâncias históricas muito precisas, no que toca, principalmente, ao cenário de crise vivenciada pelo capitalismo internacional na década de 1929, que demandou para o Brasil (não exclusivamente, mas, neste caso, especificamente), a necessidade de uma profunda reestruturação produtiva que aprofundasse o desenvolvimento capitalista no país, através da industrialização. Portanto, a forma que o nosso país se organizou, neste momento histórico, para responder os ditames do capitalismo internacional em um cenário de crise mundial, “(...) tem a ver diretamente com as características próprias de sua condição periférica de capitalismo retardatário³⁰” (CARDOSO, 2013, p. 110).

Ao passo que a Revolução de 1930 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011) cumpre seu papel, no sentido do aprofundamento do capitalismo em solo brasileiro, a historiografia oficial atesta que a partir de 1937 há a implementação do Estado Novo e o desenvolvimento das grandes instituições sociais. Foi marcante, nessa conjuntura, o abafamento das lutas operárias, a anulação das dissidências das franjas dominantes oligárquicas e o aprofundamento do modelo corporativista, sendo orientado pela tônica contida na nova Carta Constitucional “(...) outorgada logo em seguida ao golpe de

²⁹ Essa resolução nunca será completa, tendo em vista que só a superação deste modelo de sociedade poderá pôr fim à “questão social”. Não que a autora sugira o contrário, mas acreditamos que seja importante ressaltar.

³⁰ Como já fora dito, à nível universal, a passagem do capitalismo concorrencial para fase monopólica do capitalismo mundial abre espaço, na divisão social e técnica do trabalho, junto ao impulsionamento do pensamento conservador, para o surgimento do Serviço Social (NETTO, 2011a). Porém, as mediações apontadas, na realidade e singularidade brasileira, são importantes para apreendermos esses processos sobre aquela determinação, contida em Mandel (1982), que objetivasse de forma desigual e combinada expressando-se particularmente em cada país.

Estado, e por uma nítida política industrialista” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Neste sentido, o tratamento conferido às expressões da “questão social”, foi reorientado, não sendo alicerçado sobre um pacto de classes, mas sim na readaptação dos mecanismos de exploração econômica e dominação política da classe trabalhadora.

As particularidades deste contexto, portanto, abriram as possibilidades concretas para que o Serviço Social brasileiro pudesse legitimar-se e institucionalizar-se enquanto profissão, indo para além das marcas que caracterizaram a sua origem, no seio da Ação da Igreja Católica, visto que

(...) quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivada através da prestação de serviços sociais pelas grandes instituições; com isso as fontes de legitimação do fazer profissional passam a emanar do próprio Estado e do conjunto dominante (IAMAMOTO, 2013, p. 110).

Destarte, o Serviço Social brasileiro nasceu no âmbito da contradição capital/trabalho, sendo legitimado pelos setores dominantes da burguesia enquanto parte de uma estratégia, ou, se preferirmos, de um projeto de classe. Segundo Netto (2011b), essa profissão teve a sua gênese vinculada ideologicamente à defesa do projeto societário hegemônico conservador da classe dominante, construindo, assim, um projeto profissional denominado de projeto tradicional do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Sendo assim, as primeiras elaborações do dever ser profissional no Serviço Social, como assevera Iamamoto (2013), estavam calcadas no pensamento conservador, particularmente na defesa da família, da tradição, da hierarquia e da ordem. Esta influência, sem dúvidas, foi decorrente da vinculação da profissão com a Igreja Católica e o projeto conservador.

A formação profissional, alicerçada sobre este projeto conservador, foi concebida como uma forma de “especialização da ação social” da Igreja que, a partir de 1936³¹, com a fundação da primeira Escola de Serviço Social,

³¹ A primeira escola de Serviço Social, foi criada em 1936, como consequência dos estudos e das ações promovidas pelo Centro de Estudo de Ação Social (CEAS), fundada em 1932, onde seu objetivo geral era o de “(...) promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamental a sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (CERQUEIRA, 1944, *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 179). A primeira escola de Serviço Social do Brasil, fundada em São

começou a formar as primeiras Assistentes Sociais para intervir, de forma “especializada e técnica”, sobre as expressões da “questão social”. Vale ressaltar que esta formação não rompeu com a perspectiva de trabalho que vinha sendo direcionada pela Igreja Católica, por intermédio do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). A formação, a partir de 1936, estava sob a

(...) reponsabilidade da Igreja, o que dará a marca das bases teóricas e éticas desse projeto profissional conservador. Suas bases ética, políticas, teórico-metodológica e a expressão dessas em sua dimensão jurídica, estarão, portanto, totalmente vinculadas à doutrina social da Igreja Católica, ao pensamento conservador – especialmente embasado pela filosofia neotomista –, e ao *ethos* burguês (CARDOSO, 2013, p. 115).

As bases do arranjo teórico-doutrinário (IAMAMOTO, 2013), expresso no projeto tradicional do Serviço Social brasileiro, portanto, captava aspectos teóricos da influência do positivismo e, sobretudo, do neotomismo, mas apenas aqueles que fossem convenientes e permitissem a sua vinculação ao pensamento conservador. O aprofundamento do aporte teórico positivista será expresso com maior intensidade em um momento posterior a este na profissão.

Os valores e as concepções teóricas, que orientaram o fazer profissional em 1940, emanadas deste projeto tradicional, estavam alicerçadas em abstrações e na imutabilidade da condição humana, que segundo o neotomismo, afirmava que esta teria vinculação com o divino, numa “(...) compreensão do homem e suas relações de forma harmônica a partir do pensamento positivista e a vinculação ideológica ao pensamento conservador” (CARDOSO, 2013, p. 116).

Somado a esses pressupostos e a compreensão da Igreja sobre a “questão social”, a atuação profissional foi pautada pela busca da resolução dos problemas individuais, numa compreensão que esses problemas surgiriam não como consequência da contradição estabelecida entre capital/trabalho, mas como problemas que poderiam ser resolvidos com a adequação dos sujeitos à realidade social. Assim, a compreensão da “questão social”, explicita neste projeto profissional, partia da individualização e da moralização, seguindo

Paulo passa, no ano de 1947, a integrar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sendo esta universidade fundada em 1946 (CARDOSO, 2013).

“(...) um movimento de naturalização das desigualdades, deflagrando a postura política conservadora deste projeto por meio da sua contribuição com a manutenção da ordem social vigente” (CARDOSO, 2013, p. 116). Sendo assim, como afirmara Iamamoto (2013, p. 23 – grifos do original), “(...) o *Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador*”.

Não há registro de produção de conhecimento datado desta época, sobre a categoria cultura, pois as expressões da contradição capital/trabalho eram moralizadas e, por conseguinte, naturalizadas. A esfera da cultura era reduzida apenas à dimensão da moral, que através de “(...) normas sociais e padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos da moralização da sociedade” (CARDOSO, 2013, p. 118).

Assim, neste sentido, Netto (2011b) constata que neste projeto profissional conservador/tradicional dava-se ênfase total ao fazer profissional, ou seja, à dimensão técnico-operativa, em detrimento das dimensões teórica-metodológica e ético-política. Em síntese, o referido projeto, segundo Netto (2011b, p. 117) constituiu-se de uma

(...) prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, paramentrada por uma ética libera-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde de um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejados, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica da vida social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual eliminável.

Porém, acontecimentos no interior da profissão, somados às novas mediações conjunturais da sociedade da época, condicionaram o Serviço Social para um processo que possibilitou a abertura, pela primeira vez, à pluralidade teórica, metodológica, ética e jurídica expressando divergência ao projeto tradicional³², constituindo o que fora denominado de erosão do Serviço Social tradicional (NETTO, 2011b).

³² A crítica ao tradicionalismo e as metodologias importadas (como o neotomismo europeu; e o funcionalismo/pragmatismo estadunidense), se deu pelo processo de laicização da profissão, que ao adentrar o espaço universitário, conseguiu construir alternativas ao projeto de formação e de intervenção posto pela Igreja Católica. Somou-se a esse processo, a interlocução com as

A erosão do projeto tradicional do Serviço Social brasileiro ocorreu sob dois vetores: o primeiro estava relacionado à conjuntura mundial e às repercussões à sociedade brasileira, no que tange à sua inserção na nova dinâmica mundial, alicerçada no processo de expansão do capitalismo Pós-Segunda Guerra Mundial, que fora denominado por Mandel (1982) de “longa onda expansiva”, mas que entra em crise, como já apontamos, na década de 1970 (expressando-se enquanto crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia); e o segundo, diz respeito à laicização do Serviço Social, com a inserção da profissão no circuito universitário, que possibilitou autonomia na formação e no trabalho profissional, frente ao que era posto pela Igreja, assim como, a sua interlocução com as Ciências Sociais e a sua, mesmo que de maneira problemática, aproximação com os referenciais teóricos marxistas (que logo fora abandonado, tendo em vista o cenário conjuntural de suspensão democrática).

A ruptura com o Serviço Social tradicional, portanto, como já delimitou Netto (2011b, p. 131), constituiu-se na busca pela “(...) legitimação prática e da validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição”. Neste sentido, quem demandou este processo à categoria profissional foi à realidade concreta, o contexto sócio histórico da América Latina (Movimento de Reconceituação) e do Brasil (Processo de Renovação). Diante disto, reafirmamos que as mudanças ocorridas no Serviço Social somente poderão ser apreendidas em sua essência se considerarmos a inserção da profissão no movimento da história.

O Movimento de Reconceituação foi iniciado no Brasil³³, mas pelo cenário político do país, impossibilitou a participação ativa da categoria profissional. Porém, mesmo o Serviço Social brasileiro não tendo como caminhar com a Reconceituação latino-americana, que galgava a construção

Ciências Sociais e a singela aproximação com a teoria marxista (com vários problemas e, na realidade brasileira, sendo suprimida pelo cenário de golpe ditatorial).

³³ Assim, o marco inicial do Movimento de Reconceituação foi o 1º Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre-RS, em 1965, ano também em que foi fundada a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETSS), a qual desempenhou um papel fundamental na articulação de profissionais na reconceituação. Estamos falando de um processo que se iniciou em 1965 e permaneceu com vigor até 1975, permitindo, em seu auge, em 1972, a fundação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), mas que foi interrompido pelo cenário de ditaduras instauradas na América Latina (NETTO, 2011b).

de referências progressistas, não quer dizer que a profissão, em nossa particularidade, não tenha desenvolvido alternativas concretas para a erosão do Serviço Social tradicional, como, por exemplo, a sua articulação com as Ciências Sociais e Humanas³⁴.

A esse processo, Netto (2011b, p. 131) intitulou de Renovação do Serviço Social brasileiro, sendo um

(...) conjunto de características novas que, no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotado de legitimação prática, através de respostas e demandas da sua sistematização prática e de validação teórica a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Assim, o processo de Renovação se expressou em três vertentes (ou projetos, como estamos tratando aqui), sendo eles o Modernizador, o Fenomenológico e o de Intenção de Ruptura. Cada projeto trará novas projeções do fazer e da autoimagem profissional, que será expresso nas quatro dimensões que compõem cada projeto, dependendo de condições objetivas, bem como da organização orgânica da categoria para sua explicitação.

A vertente Modernizadora (ou projeto modernizador) Netto (2011b), consistiu na primeira expressão do projeto de renovação do Serviço Social brasileiro e já estava presente em 1965, no 1º Seminário Latino-Americano de Serviço Social, realizado a época em Porto Alegre-RS. A perspectiva modernizadora, portanto, iniciou-se pelo trabalho realizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), na construção dos “seminários de teorização”, o de Araxá (MG), que marcou o momento da afirmação desta perspectiva, em 1967; e o seminário de Teresópolis (RJ), em 1970, que marcou o momento da cristalização da modernização no Serviço Social.

³⁴ Netto (2011b) argumenta que o movimento de Reconceituação possibilitou, pela primeira vez, na história da profissão, a construção de uma heterogeneidade na categoria profissional, possibilitando, dessa forma, que o Serviço Social tivesse contato com a teoria marxista, aproximação essa que aconteceu com diversos equívocos, principalmente no que se refere ao contato com a obra de Marx, feita por interpretes, por intermédio de manuais “de qualidade muito discutível” ou de versões, do que o autor classificou de “(...) deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco” (NETTO, 2011b, p. 148).

Neste projeto profissional, a categoria cultura, e os elementos que a compõe, eram funcionais à busca de valores considerados “divinos”. Se tais elementos, assim como a cultura, estavam destoantes, cabia ao profissional buscar a sua harmonia, o seu ajustamento e a solução do “problema social”.

A segunda vertente, expressou o projeto fenomenológico, projetando ao Serviço Social Brasileiro uma reatualização do conservadorismo presente na profissão desde o seu surgimento (NETTO, 2011b). Propôs, sobretudo, a retomada da vinculação da profissão “(...) com a doutrina social da Igreja e a defesa de valores conservadores e tradicionais, com ênfase na centralidade da pessoa e na ação profissional por meio da ajuda psicossocial” (CARDOSO, 2013, p. 145).

A adesão dos referenciais fenomenológicos pelo Serviço Social não aconteceu sem problemas, como afirma Netto (2011b), destacando três: a fenomenologia foi posta como a filosofia do Serviço Social, mas não houve a leitura dos clássicos fundadores desta teoria em suas formulações originais; a incorporação dos conceitos fenomenológicos de forma passiva às problemáticas do Serviço Social; e a vulgarização deste método quando introduzido pela categoria profissional.

A inexpressividade deste projeto foi tamanha, que apenas em um seminário, o de Sumaré, realizado em 1978, foi dada visibilidade a essa vertente, ficando a cargo de construir um documento responsável por imprimir novas sistematizações sobre o Serviço Social e o seu “papel” na sociedade, com bastante influência da fenomenologia. Porém, apesar de sua inexpressividade, houve uma certa investida neste projeto, visto que se opunha às vertentes Modernizadora e de Intenção de Ruptura (NETTO, 2011b), apresentando-se enquanto crítica férrea ao pragmatismo proposto pelo projeto modernizador, bem como contrário aos elementos críticos que eram gestados pelo projeto de intenção de ruptura, que enfatizava a dimensão política do fazer profissional.

Para a fenomenologia o sujeito não seria nem burguês e nem trabalhador, apenas um sujeito (CARLI, 2013). Assim, esse projeto estava em sintonia com a transição entre o cenário ditatorial brasileiro e da organização política do capitalismo, já que ele servia para minar as contradições da “questão social”, na individualização destas.

O método fenomenológico impõe, ao nosso entender, uma limitação para apreensão da categoria cultura, ao passo que psicologiza a vida social, privilegiando, na apreensão de (CARLI, 2013), a intuição em detrimento da razão processual. Mistifica a realidade, negando a historicidade e, em consequência, a materialidade da vida social, debitando um profundo existencialismo e negando a razão. Deste modo, considerando tais elementos, a categoria cultura seria apreendida através do olhar que o sujeito (no caso o Assistente Social) captasse, traduzindo conhecimento através de suas impressões e suas vontades. A cultura³⁵, assim, perderia a sua vinculação com a materialidade da vida social, sendo percebida através das interpretações individuais de cada sujeito. A produção de conhecimento, portanto, através desse método de análise do real, apreenderia esta categoria vinculada à interpretação subjetividade do sujeito, a partir de elementos psicológicos, que caberia à interpretação do profissional, sua definição e análise.

O Serviço Social brasileiro, com a abertura democrática, encontrou outra dinâmica societária que possibilitou a construção da oposição ao projeto modernizador, marcando o início da luta contra o tradicionalismo e o conservadorismo (que marcam a gênese da profissão), por um segmento profissional, materializando-se enquanto uma nova possibilidade, em todas as dimensões que compõem o projeto profissional, o qual Netto (2011b) intitulou de Intenção de Ruptura³⁶. Os elementos desse projeto foram anunciados já pelo Método de Belo Horizonte (BH).

A proposta expressa pelo método BH (assim como a sua execução) trouxe para a categoria profissional, pela primeira vez, algumas preocupações não visualizadas nos seminários de Araxá, Teresópolis e de Sumaré, no que tange uma noção de historicidade, classes sociais, da possibilidade de transformação da realidade, abrindo espaço, realmente, para uma crítica e, conseqüentemente, uma ruptura com o tradicionalismo e o conservadorismo tão presentes na profissão desde o seu surgimento.

³⁵ Ao passo que dedicamos, no início do nosso texto, um debate em torno dos autores culturalistas, podemos apreender a vinculação entre esta perspectiva teórica e a apreensão daqueles autores que, em suas análises sobre a cultura, privilegiam as expressões culturais, desvinculando-as de qualquer materialidade.

³⁶ Projeto que foi tensionado desde os seus primeiros sinais, se tornou a direção majoritária na profissão, até os dias atuais, mas não rompendo com o caráter de intenção, tendo em vista que nem o tradicionalismo e, nem muito menos o conservadorismo profissional (singularidade) e nem na sociedade (universalidade) foram superados em sua totalidade (NETTO, 2011b).

O processo expresso pelo método BH, na construção de uma alternativa crítica ao Serviço Social brasileiro,

(...) tanto no âmbito da elaboração teórica quanto no da experimentação (via extensão/estágio), foi interrompido em 1975, quando a crise levou à demissão dos seus principais formuladores e gestores, instaurando-se circunstâncias institucionais que impedem a sua continuidade. Com a crise, evidenciou a débil inscrição imediata da proposta da ruptura profissional – sua divulgação e recepção no país, durante este período, foi discretíssima, apesar dos esforços de publicitação do grupo belo-horizontino (NETTO, 2011b, p. 263).

Neste sentido, como já afirmara Netto (2011b), o projeto de Intenção de Ruptura possibilitou a construção de um “Serviço Social crítico”, sendo este herdeiro do “espírito” do Movimento de Reconceituação Latino Americano que estava “(...) comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as Ciências Sociais e investindo fortemente na pesquisa (NETTO, 2005, p. 17).

Os profissionais vinculados ao CELATS e a ALEAETSS, assim como a vida acadêmica, tiveram fundamental importância para a construção deste projeto, já que essas entidades carregavam consigo os elementos da Reconceituação e a academia foi um espaço extremamente propício à reflexão e articulação, mesmo que isso tenha acontecido ainda sobre o regime ditatorial. Portanto, como assinalou Netto (2011b), essa perspectiva teve a sua emergência na academia, nos anos de 1972 e 1975, mesmo antes da abertura democrática.

Tal experiência buscou a construção por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (através dos espaços de estágio), uma nova metodologia para a intervenção profissional, alicerçada na crítica à metodologia clássica de Caso, Grupo e Comunidade, presente na vertente modernizadora e na sua releitura, feita pelo projeto fenomenológico, propondo, no lugar, uma leitura crítica da realidade social e do “(...) estabelecimento de procedimentos e ações que visavam o fortalecimento da classe trabalhadora em uma vinculação orgânica do Assistente Social com essa classe (CARDOSO, 2013, p. 182).

Como sinaliza Netto (2011b), os avanços que essa proposta possibilitou, frente ao funcionalismo e a individualização da “questão social” que marcaram os projetos precedentes, também expressou um dos seus

principais equívocos teórico-metodológico: o “marxismo sem Marx”, com resquícios notórios do funcionalismo, no que tange a “aplicabilidade” desta teoria na realidade social.

A “consolidação acadêmica”³⁷ do Serviço Social se expressou enquanto possibilidade concreta à retomada desse projeto, somando-se com a abertura democrática e a reinserção da classe trabalhadora brasileira na arena política, em 1980³⁸. Portanto, com a abertura propiciada nesta década, as ideias contidas nessa vertente, bem como a relação estabelecida entre os pioneiros e o CELATS, influenciaram a direção da renovação profissional no Brasil, dando primazia a direção expressa no projeto de Intenção de Ruptura.

O reconhecimento pelas agências de fomento de pesquisa no Brasil, como fez o CNPq e a CAPES, em 1984, deixou claro a maturidade teórica que a categoria profissional alcançou com uma vasta produção teórica alicerçada nos referenciais marxistas, que possibilitaram a apreensão do movimento da sociedade sob outra perspectiva de mundo (revolucionária e emancipatória)

Porém, como é salientada por Netto (2011b) e já dita anteriormente, a incorporação pela categoria profissional dos referenciais marxistas não acontece sem equívocos, fruto ainda da experiência que fora o Método BH e das condições objetivas da conjuntura histórica, em relação à mobilização dos trabalhadores e a forma que a categoria inseriu-se naquelas mobilizações. Os referenciais marxistas, assim, foram absorvidos pela categoria de forma enviesada, romântica e voluntarista, sob o mantra do militantismo.

Apesar de todas as limitações que se expressaram nessa primeira aproximação da categoria com os referenciais da tradição marxista, a importância desse momento, enquanto um marco à categoria profissional, na negação do conservadorismo histórico que marcou o surgimento do Serviço Social brasileiro.

³⁷ “(...) A maturação intelectual, profissional e política desses protagonistas é, de algum modo, a consolidação do processo da perspectiva que estamos examinando” (NETTO, 2011b, p. 271).

³⁸ Em 1979 a ABESS assumiu com vigor o seu papel de articuladora nas escolas de Serviço Social e coordenou a discussão, em nível nacional, de um projeto de formação profissional crítico, aprovado em Convenção Nacional em 1982 pelo Conselho Federal de Educação. Também nessa Convenção foi alterada o seu nome para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e não mais Associação de Escolas de Serviço Social, na linha do seu papel na discussão da formação (CARDOSO, 2013).

O projeto de ruptura, desde o final dos anos de 1970, (e o método BH é exemplificação disso) teve como característica importante o “teoricismo acadêmico” que para Netto (2011b) caracterizou-se como uma necessidade pungente do Serviço Social para a ruptura com as bases da sua gênese, traduzidas na caridade, no assistencialismo, na ajuda psicossocial, “(...), ou seja, [da] atuação profissional baseada no senso comum, na boa vontade e na doutrina social da Igreja” (CARDOSO, 2013, p. 189).

No segundo momento da Intenção de Ruptura, apreendido por Netto (2011b) como “segundo patamar da retomada desse projeto”, teve destaque a obra de Raul de Carvalho e Marilda Villela Iamamoto (2011), lançada pela primeira vez em 1982. Essa obra foi um marco para o Projeto de Ruptura, no que tange à sua qualificada e notável inspiração da tradição marxista, constituindo-se numa produção de conhecimento fundamental para consolidação deste projeto no Serviço Social brasileiro. A contribuição da citada obra foi fundamental, pois é nela que apareceu pela primeira vez a apreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo (e não mais como uma vocação), situando os Assistentes Sociais como parte constitutiva da classe trabalhadora, explicitando, assim, o caráter contraditório da profissão e o seu significado social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011).

Na esteira deste processo de consolidação, as produções realizadas pelas pós-graduações, em sintonia com esse projeto, ganharam notoriedade e espraiaram-se pela categoria, graças à construção de espaços de publicização dos debates, em especial, com a criação da Revista Serviço Social e Sociedade, criada em 1979 pela Editora Cortez & Moraes (hoje conhecida por nós, como Cortez Editora).

Logo, é consensual que neste período histórico não houve, assim como aconteceu com BH, a elaboração de uma metodologia que explicitasse o conteúdo contido no Projeto de Ruptura. Embora fossem criticadas as metodologias propostas pelos outros dois projetos (modernizador e fenomenológico), nada foi elaborado para se colocar no lugar – apesar das tentativas de Faleiros (1989), que segundo Netto (2011b), não se consolidou, sendo apenas “metodologias de vulto”, ou seja, sem grande representatividade pela categoria.

Isso gerou uma fragmentação que compôs o projeto profissional, distanciando as elaborações teóricas da prática político profissional e do trabalho profissional (sendo este ainda carregado pelo projeto modernizador), suscitando um debate na categoria da necessidade ou não de uma metodologia própria para o Serviço Social.

Essas questões não conseguiram ser respondidas naquele período histórico, por questões objetivas, principalmente no que se refere à “(...) pobreza de *indicativos prático-profissionais* de operacionalização imediata que a perspectiva tem oferecido aos seus profissionais”, principalmente no tocante à “(...) *inadequação* entre muitos dos seus indicativos e as condições objetivas do exercício profissional pela massa da categoria” (NETTO, 2011b, p. 254 – grifos do original).

Desse modo, as possibilidades gestadas por esse projeto, no que toca a possibilidade de adensamento dos referenciais críticos marxianos, permitiram à categoria profissional, principalmente na dimensão teórico-metodológica, expressa pela produção de conhecimento, o aprofundamento de temáticas que vão aos fundamentos do Serviço Social, mas também buscando caminhos metodológicos para apreensão de outras dimensões da profissão, assim como, da realidade social. Neste sentido, é esse projeto de profissão, pautado na crítica ao conservadorismo e tradicionalismo, que possibilitaria ao Serviço Social brasileiro a apreensão qualificada da categoria cultura, numa perspectiva que poderia apreendê-la através da materialidade da vida social.

Contundo, em sua objetivação, especificamente, no código de ética profissional de 1986, o qual expressava a luta contra o tradicionalismo e o conservadorismo, elegendo a liberdade enquanto eixo central, opondo-se a “ética da neutralidade”, ainda persistiam algumas lacunas, que foram revistas com o código de ética de 1993, no tocante à atualização dos princípios éticos centrais; na caracterização destes princípios; e as mediações entre Assistentes Sociais, Instituições e usuários.

Desse modo, a década de 1990 foi o momento da explicitação deste projeto, da reorientação das entidades político-representativas, do espraiamento e adesão da categoria profissional, da expressão nos aparatos jurídicos/éticos e da construção de um currículo de formação calcado nesses referenciais. Porém, devemos salientar que a década de 1990 explicita a

maturidade do projeto iniciado com o Método BH, construindo na categoria profissional hegemonia. Ao mesmo passo, devemos ressaltar que o projeto Ético-Político-Profissional coexiste em disputa com projetos conservadores (e suas releituras) no campo profissional, que em determinados momentos históricos são sufocados e em outros, ganham destaque e se fortalecem.

Na conjuntura mundial, de substituição do bloco fordista-keynesiano, em decorrência da crise do fim da “onda longa expansiva” do capitalismo, que em resposta gestou a crise orgânica em sua fase tardia, construindo um novo bloco histórico sob as ideais neoliberais, expressando um novo projeto societário da burguesia, para manutenção da sua hegemonia (MOTA, 2016; CASTELO, 2013; MANDEL, 1982; ANDERSON, 1995).

Em consequência da consolidação da adesão ao ideário neoliberal, a diminuição do Estado, principalmente no tocante às políticas sociais foi uma pauta posta, repassando (e responsabilizando) para a sociedade civil atribuições de responsabilidade do Estado. Fato que impactou diretamente no trato das expressões/manifestações da “questão social”, imprimindo às políticas sociais a focalização e a seletividade dos programas, dentre outras implicações. Portanto, a despolitização da “questão social” foi particularidade que, ao que tudo indica, levou à uma compreensão fragmentada das refrações da “questão social”.

Portanto, foi neste contexto de explicitação do projeto hegemônico neoliberal, conservador e reacionário da burguesia que o projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro consolidou-se e explicitou-se, embora a categoria profissional tenha sido impactada pela amplificação e às alterações das expressões da “questão social”, bem como pelos processos concernentes à política social e pela precarização das condições de trabalho (CARDOSO, 2013). É importante registramos a força que a organização política da categoria teve efetivamente para consolidação e explicitação do projeto de ruptura, apesar do cenário tão adverso às pautas progressistas (quicá emancipatórias).

Nota-se, naquele momento, o aprofundamento teórico que a categoria realizou, qualificando-se em torno da obra marxiana e da tradição marxista, conduzindo,

(...) o projeto ético-político à revisão de seu compromisso com a classe trabalhadora, no sentido de sair da militância e do messianismo, compreendendo o seu papel profissional, sua institucionalidade e a discussão profissional (CARDOSO, 2013, p. 203).

Como manifestação do amadurecimento do referido projeto podemos destacar a construção das bases analíticas que permitirão a apreensão e instrumentalização do pensar e do fazer profissional, priorizando a defesa intransigente da emancipação humana, no horizonte que deve ser construído em conjunto com a classe trabalhadora, na superação do ordenamento capitalista. Assim, a profissão explicitou a sua “tomada de partido” e adentrou no fortalecimento do campo democrático, na defesa das políticas sociais e dos direitos humanos.

É relevante ressaltarmos que mesmo em uma conjuntura de agudização das contradições entre o capital e o trabalho, a profissão tem contabilizado significativas conquistas, as quais se constituem enquanto trincheiras de luta, contra a ofensiva ideológica, política, ética e cultural da burguesia, a exemplo da realização do curso “Ética em Movimento”, iniciado em 2001, que têm por objetivo formar agentes multiplicadores dos princípios éticos da profissão, a partir das mediações com os espaços sócio ocupacionais; a campanha “Educação não é *fast-food*”, de 2011, em resposta à mercantilização da educação, sobretudo, à educação EAD; a Lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010, conhecida por nós, como “Lei das 30hrs” semanais; a ABEPSS Itinerante, que busca fortalecer, por meio da construção de estratégias político-pedagógicas, o enfrentamento contra a precarização do Ensino Superior (em 2018 elegeu, mais uma vez, o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social); o “CFESS manifesta” que é responsável por publicitar os posicionamentos políticos da categoria profissional à sociedade; a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), estruturando-se enquanto espaços reconhecidos para reflexão teórica e à elaboração, produção e circulação de conhecimentos; a luta pela aprovação do piso salarial, por concurso público e etc.

Em particular, queremos destacar, como expressão deste projeto, a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), propostos pela ABEPSS, em 2008. Organiza-se em torno de pesquisadores da área do Serviço Social e

afins, constituindo-se enquanto núcleos temáticos que orientam os debates na categoria e na sociedade.

Pensamos que pelos elementos expostos, podemos afirmar que esse projeto, agora em seu amadurecimento teórico, explícito na década de 1990, e que nas décadas iniciais do ano 2000 manteve o seu direcionamento, aprofundamento e qualificação, se constitui no único (mas permanecendo em disputa com os outros ditos, anteriormente) projeto que permitirá o debate em torno da categoria cultura, numa perspectiva materialista, já que as chaves teóricas que estão expressas no projeto Ético-Político, plasmado na tradição marxiana, elegeram categorias presentes no método crítico-histórico-dialético que permitem a apreensão em torno da subjetividade e a sua vinculação à materialidade da vida social. Porém, não quer dizer que esse debate poderá ser efetuado de imediato, tendo em vista as demandas provenientes do cenário conjuntural. Pensamos que é importante ressaltar que duas grandes obras expressão este movimento, publicadas nos primeiros anos da década 2000, quais sejam “Cultura da Crise e Seguridade no Brasil” de autoria de Ana Elizabete Mota e “Serviço Social e Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional” de autoria de Marina Maciel Abreu. Obras estas que tematizam a categoria cultura, mas que não há (e nem é pretensão das obras) o aprofundamento em torno do debate desta categoria. Porém, é notória a contribuição das citadas obras, no tocante ao caminho metodológico para apreender a categoria cultura, através da captação do “chão da fábrica”, procurando decifrar a materialidade da vida social e as suas representações na cultura.

A importância da obra de Abreu (2011), em especial, é reconhecida em Iamamoto (2012a), no tocante à centralidade dada à análise do Serviço Social, tomando a profissão como objeto de estudo, fato raro nas produções especializadas na época, sendo reafirmado na atualidade. Segundo a mesma autora, a obra de Abreu (2011) avança na apreensão da categoria cultura a partir da organização da produção, “(...) insurgindo-se contra as análises que aprisionam a leitura da cultura na dimensão superestrutural” (IAMAMOTO, 2012a, p. 330). Ou seja, nessa obra, em específico, a apreensão em torno da cultura parte da análise material e histórica da produção. Porém, para Iamamoto (2012a), o avanço que Abreu (2011), expressa na apreensão da

cultura, não é o mesmo em relação ao exercício profissional, que deve ser apreendido não pela “função pedagógica da prática”, mas sim de sua inserção nas complexas relações sociais de produção do modo capitalista

Portanto, as influências dessas duas obras expressam, na produção de conhecimento madura do Serviço Social, a qualificada apropriação dos referenciais marxianos, além das influências de pensadores da tradição de conhecimento iniciada por Marx, que tiveram o trabalho exitoso de reafirmar a Crítica da Economia Política iniciada pelo autor alemão. Ao longo do nosso texto, fomos recorrendo às suas obras e, em consequência, fomos trazendo as suas contribuições para nossa “categorização do objeto”. Neste sentido, acreditamos que seja necessário fazermos algumas sínteses sobre as contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) e György Lukács (1885-1971), no tocante às suas contribuições à produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, reafirmando que a partir de tais contribuições e incorporações pela referida área de conhecimento, nos possibilitou discutir a categoria cultura e os seus vínculos com a materialidade da vida social, opondo-se, assim, aos referenciais culturalistas.

Para Silva (2017) a influência de Antonio Gramsci no Serviço Social brasileiro é vasta, importante e muito significativa. Para o autor, analisar a incorporação dos conceitos e categorias gramscianas pela profissão, merece “(...) observações críticas não necessariamente vinculadas à rica e original contribuição do pensador e militante marxista italiano, mas às diversas formas de apropriação de seu legado no tratamento de questões” especificamente direcionadas ao Serviço Social (SILVA, 2017, p. 66).

O grande esforço intelectual de Gramsci, segundo Silva (2017), foi de a partir das contribuições de Marx na Crítica da Economia Política, desenvolver e expandir a análise crítica sobre temas vinculados à política e à sociologia. Tal esforço não deve ser confundido com a fragmentação que desconsidera a categoria da totalidade, superdimensionado uma categoria sobre a outra (neste caso, a subjetividade sobre a materialidade). O desenvolvimento teórico da obra gramsciana, neste sentido, parte das contribuições concretas da obra marxiana, aprofundadas em Lênin (2012), mas que centra-se, a partir da materialidade à apreensão da subjetividade através da organização material e histórica da produção. Assim,

(...) é neste cenário que salienta a importância da política, como grande política, como arte do convencimento, da articulação no calor da luta, como espaço de formação de consciência de classe que estimula a filosofia da práxis em um processo catártico, ético-político, que unifica, sem identificar, o objetivo e o subjetivo, o individual e o coletivo (SILVA, 2017, p. 67).

Foi seguindo esse caminho metodológico que Gramsci construiu a sua apreensão em torno da hegemonia, através do convencimento, constituindo-se enquanto uma direção cultural, no campo da *práxis*, ou seja, da materialidade da luta de classes. Assim, na obra gramsciana, não há afastamentos à apreensão da categoria cultura e do seu vínculo com a materialidade da vida social, expressa, por exemplo, no grande esforço que foi trazido em “Americanismo e Fordismo” (2015), empregada pelo fordismo na racionalização da produção, somado com ofensiva ideológica contra a organização trabalhadora que expressa-se na constituição de um novo tipo de trabalhador, conseguindo, assim, “(...) centrar toda a vida do país na produção” (GRAMSCI, 2015, p. 247). Portanto, para Gramsci (2015, p. 247-248), a “(...) hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”.

A partir dessas contribuições, podemos apreender que os projetos profissionais, que ao longo da história foram sendo construídos pelo Serviço Social, são demandados pela realidade concreta da inserção dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Porém, essa determinação, não impede que a categoria profissional possa gestar outros projetos que se oponham ao projeto hegemônico. Assim sendo, para Silva (2017) o Projeto Ético-Político do Serviço Social possui uma clara inspiração marxista-gramsciana, mesmo que esse comporte outras tendências marxistas em sua formulação. Assim, esse projeto sustenta-se

(...) na construção de uma hegemonia no campo profissional, entendida como direção social estratégica, que a vincula a projetos societários amplos comprometidos com uma posição, de partida, anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo básico, mínimo, da seguridade social. A lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais e as diretrizes curriculares, com todas as alterações que esta última sofreu desde sua formatação original, preconizam a

defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação profissional generalista e crítica e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações. Neste contexto há o claro compromisso em formar intelectuais capazes de pensar e intervir criticamente nas refrações da questão social (SILVA, 2017, p. 67).

Como já mencionado, a influência da teoria gramsciana no Serviço Social brasileiro é bem ampla, assim como a incorporação de suas categorias (tais como: hegemonia, intelectual tradicional e orgânico, sociedade civil e tantas outras), trazer o debate de cada uma, nesse momento, foge a nossa proposta. Porém, a pequena síntese que trazemos, focando na construção da hegemonia, a partir da materialidade da vida social, orientando a construção de projetos (profissionais e a suas vinculações aos projetos societários), nos instrumentaliza, assim, à compreensão da elaboração de pressupostos de análise que possam desvincular a apreensão da categoria cultura através de concepções moralizantes, dogmáticas, religiosas, tradicionais e conservadoras. Mas, ao passo que afirmamos a construção da hegemonia do projeto ético-político, também afirmamos o campo de disputa pela manutenção dessa direção social na contemporaneidade. Neste sentido, as contribuições gramscianas possibilitaram ao Serviço Social uma qualificada interlocução com a esfera da grande política, que orientam o desvelamento da categoria cultura, numa perspectiva de totalidade, materialista e histórica.

Ao analisarmos a obra luckaciana e as suas contribuições para o Serviço Social brasileiro, em face do processo de Renovação, percebemos que a sua maior contribuição está em torno da “Ontologia do Ser Social”, especificamente, no tocante à centralidade dada ao trabalho, enquanto fundante e determinante na constituição e construção dessa nova modalidade do ser. Portanto, a obra de Luckács marca um importante salto em relação à recuperação das categorias econômicas clássicas de Marx, permitindo assim a apreensão dos processos de produção e reprodução do ser social através das bases materialistas, sendo assim possível a construção de uma prática social que possibilite e instrumentalize a emancipação humana (GUERRA, 2014).

Neste sentido, a obra de Lukács aponta à construção de uma ontologia histórico-materialista, dentro da tradição marxiana, rompendo, assim, com as influências idealistas, expressas, sobretudo, na categoria da totalidade.

Para o Serviço Social, especificamente, tais contribuições irão se expressar mais objetivamente na superação de algumas lacunas presentes no desenvolvimento da profissão, com relação a instrumentalidade do fazer profissional e à apreensão da unidade entre as dimensões da teoria e da prática (GUERRA, 2014).

Ao passo que a categoria profissional aproximou-se da obra lukaciana foi possível questionar o empirismo e o pragmatismo do fazer profissional, através da importante contribuição da obra de Guerra (2014) que supera a visão abstrata-formal sobre a instrumentalidade do Serviço Social, que limita a atuação profissional às demandas formais do imediato. Assim, a contribuição da obra do autor instrumentaliza a autora à reconstrução do fazer profissional na constituição da razão dialética, superando a razão fenomênica, possibilitando a construção do conhecimento a partir da totalidade social, buscando seus fundamentos e essência através das mediações entre o fazer e a realidade concreta.

A totalidade social, assim, é apreendida em seu movimento dinâmico e histórico, construída através da organização do ser social em torno do trabalho. Portanto, a categoria da cultura não pode ser apreendida, se não, sobre essa importante determinação. O trabalho, no momento em que funda o ser social, permite o desenvolvimento das categorias que o compõe, assim como a cultura, como já afirmamos. Portanto, as contribuições contidas na Ontologia do Ser Social, resgata e aprimorada na obra lukaciana foi de suma importância para a construção das nossas reflexões até aqui.

Mas, obviamente, tal projeto não se limita apenas a contribuição desses autores acima referidos, mas conta com um amplo leque de contribuições de autores da tradição marxista que possibilitaram a crítica as bases conservadoras e confessionais da profissão. A nosso ver, neste momento, há uma unidade que comportaria todas essas contribuições, no tocante à apreensão dos fenômenos culturais, ideológicos, sociais e políticos quando estes aparecem relacionados dialeticamente com a totalidade social, sendo tais dimensões, simultaneamente, expressões e momentos constitutivos da materialidade da vida social.

Por fim, a renovação do Serviço Social brasileiro, que é um processo, sobretudo, à construção do projeto ético-político profissional, favorece a

constituição, o desenvolvimento e o amadurecimento de chaves teóricas que plasmadas em referenciais marxistas possibilitam que a profissão possa apreender a categoria cultura numa perspectiva crítica. Muito embora saibamos que, conforme Nóbrega (2013) os sujeitos que protagonizam a produção de conhecimento, inseridos na batalha das ideias no mundo do conhecimento, na disputa por direção no âmbito do Serviço Social, darão as suas respostas, fazem suas escolhas, de forma consciente ou não, dando origem a um conhecimento teórico que segue ou não a direção social estratégica do referido projeto ético-político profissional.

A seguir, traremos os dados da nossa pesquisa, expondo quais as apreensões sobre a cultura estão prevalecendo e, conseqüentemente, qual a sua relação com a direção social hegemônica da profissão.

4 CULTURA E SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES IDEOPOLÍTICAS DESTA RELAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

“Perdoem a cara amarrada; perdoem a falta de abraços; perdoem a falta de espaço: os dias eram assim”.

Ivan Lins

Neste momento, especificamente, apresentaremos uma síntese que corresponde a nossa aproximação com realidade da produção de conhecimento em Serviço Social sobre a categoria cultura, onde buscaremos traçar a relação existente entre essa produção e a direção social da profissão. Pensamos que os substratos, que ora apresentamos, só foram possíveis serem captados por meio das categorias da história, da totalidade e da contradição, as quais possibilitaram a construção teórica que ora é exposta nesta dissertação.

Como já fora mencionado, o contexto contemporâneo da sociedade capitalista é marcado por um profundo processo de crise e que carrega consigo expressões conservadoras à totalidade da vida social. A amplitude do alcance deste sistema de ideias, que comporta um movimento prático-político, tensiona o Serviço Social brasileiro a vivenciar “(...) uma agressiva investida da direita em defesa da ordem [que impulsiona a categoria à] aliar-se aos impertinentes sujeitos sociais que alimentam e mantém uma cultura”, a nosso ver, de esquerda e radicalmente democrática no país (MOTA, 2016, p. 166).

O projeto profissional de Intenção de Ruptura não pode ser resumido apenas em uma única dimensão, pois, como qualquer projeto profissional, carrega consigo 4 (quatro) dimensões, sendo a ética, a política, a teórica-metodológica e a jurídica. A particularidade deste projeto profissional é a vinculação orgânica que estas dimensões estabelecem e que chamamos de projeto ético-político profissional, que constrói uma direção social estratégica à profissão (CARDOSO, 2013; MOTA, 2016).

Não temos dúvidas que o estatuto de área de conhecimento, como é reconhecido pelas agências de financiamento à pesquisa no país, como a CAPES e o CNPq, conquistado pelo Serviço Social na década 1984, propiciada pela sua inserção, mesmo que tardia, no circuito universitário (NETTO, 2016), na década 1974, tem expressão na filiação teórico-metodológica com a matriz

marxiana que tem plasmando “(...) uma direção ético-política cujo intelectual – mais do que uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão” (MOTA, 2016, p. 167).

Boschetti (2015, p. 639) afirma, e concordamos com a autora, que através da histórica luta e resistência contra o conservadorismo, que sempre viu e colocou a profissão em um lugar de subordinação à ordem capitalista, que o projeto ético-político constitui-se “(...) como processo dinâmico e vivo, como expressão de luta contra o conservadorismo [que marca a origem da profissão]”. Porém, é significativo afirmar que o conservadorismo nunca deixou de existir no Serviço Social, bem como, dialeticamente, esse pensamento convive em constantes embates, enfretamentos e resistências com o projeto de Intenção de Ruptura. Na contemporaneidade, o ideário conservador vem se reatualizando e fortalecendo-se, graças às determinações universais do contexto de crise orgânica do capitalismo, sendo este o ponto de partida para apreender tais determinações e expressões ao Serviço Social brasileiro e a sua produção de conhecimento.

Assim sendo, no próximo tópico, destacaremos significativas mediações presentes na atual conjuntura de crise do capitalismo no país, a exemplo da contrarreforma da educação superior, procurando também relacionar as determinações universais à particularidade da educação pós-graduada, singularizando as expressões destes processos às pós-graduações em Serviço Social, tentando, assim, desvelar as reverberações deste movimento na produção de conhecimento e suas repercussões à direção social da profissão.

4.1 Os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social: a expressão do debate da categoria cultura nessa produção de conhecimento

“O que te escrevo não tem começo: é uma continuação”.
Clarice Lispector

O debate em torno da pós-graduação em Serviço Social deve ser apreendido, levando sempre em consideração o momento atual, a conjuntura real em que a pós-graduação no Brasil tem sido estruturada e como os impactos da crise orgânica do capitalismo tem criado barreiras para a efetivação da pesquisa crítica no âmbito da academia. Objetivando-se, assim, como expressão da regressão civilizatória e das expropriações de direitos e das políticas sociais, na tentativa de resgatar o capital da sua própria crise, sendo esta parte constitutiva do seu movimento próprio (MOTA, 2017).

A tendência posta de forma mundial e subcontinental por esse momento de crise do capitalismo, que começou a espalhar-se desde a década de 1970 do século passado, desembocou em uma profunda ofensiva do capital, na busca de novas possibilidades de valorização do valor, que atendessem às novas demandas à sua expansão. No Brasil, esta tendência assumiu particularidades, tendo em vista o cenário, também sentido na América Latina, dos parques ensaios desenvolvimentistas objetivados no “(...) crescimento econômico, ampliação de serviços e infraestrutura e criação de políticas compensatórias de alívio à pobreza – sob o discurso do antineoliberalismo” (MOTA, 2017, p. 30).

Dessa forma, seguindo as orientações postas por essa tendência, o Estado brasileiro foi chamado às ordens pelo capitalismo mundial, em sua fase de financeirização (MARQUES; UGINO, 2017), respondendo a esses ditames, principalmente no que tange à “(...) supercapitalização da esfera dos serviços, mediada pelo capital financeiro, e a dependência crescente do trabalhador em relação ao mercado” (MOTA, 2017, p. 34). Assim sendo, a atualidade do pensamento marxista sobre a função do Estado é afirmada, sobre a seguinte contribuição de Mandel (1982, p. 333) “(...) as funções superestruturais que pertencem ao domínio do Estado podem ser genericamente resumidas como a proteção e a reprodução da estrutura social”, sendo estas as relações de produção fundamentais. Seguindo essa linha argumentativa, o Estado

brasileiro reatualizou o processo de expropriação³⁹, já explicitado em Marx (1968), atendendo, assim, ao projeto das classes dominantes no Brasil, que objetivam a passagem “(...) da responsabilidade pública para a responsabilidade individual do trabalhador, desde que em segmentos favoreçam a lógica da acumulação do capital” (MOTA, 2017, p. 33), ou seja, responsabilizando o trabalho pelo ônus individual da sua reprodução, tornando-o, ainda, consumidor de serviços e mercadorias (criando a imagem do “sujeito empreendedor”); e sendo expropriado de direitos sociais (historicamente conquistados, pelas lutas sociais, como é caso da saúde, previdência, educação e etc.).

É este o cenário, posto à Política de Educação em nosso país, que vive uma profunda contradição entre os interesses do capitalismo, por meio de processos que levam à privatização/mercantilização, e os interesses dos trabalhadores no que tange ao acesso, à qualidade, à criação/expansão, à produção e à socialização do conhecimento (IAMAMOTO, 2014).

A formação pós-graduada no Brasil, ao compararmos com a Europa e a América do Norte (inclusive foram estes que influenciaram a estruturação desta modalidade de ensino em terras tupiniquins), é extremamente jovem, possuindo apenas 53 anos, sendo regulamentado pelo parecer do Ministério da Educação e Cultura e Conselho Federal de Educação (MEC/CFE) nº 977/1965, conhecido como “Parecer Sucupira”.

Segundo Wanderley (2017), a pós-graduação brasileira tem sido avaliada como um caso de “sucesso” internacionalmente, sendo os sujeitos fundamentais nesta conquista, segundo a autora, os trabalhos feitos pela CAPES, sobretudo no que se relaciona com a avaliação, e o CNPq, no que tange ao apoio ao estímulo e ao financiamento à pesquisa. O plano Nacional da Educação 2014-2024, estruturado como documento que orientaria a execução de políticas públicas neste setor específico, propondo em sua meta 14 “(...) a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto*

³⁹ Essa categoria é formulada e trabalhada por Karl Marx (1968) no Livro 1 d’O Capital, capítulo 24 – Sobre a Acumulação Primitiva –, onde o autor irá tratar a exigência do sistema que estava surgindo (o capitalismo) na expropriação das terras e meios de produção, na transformação e conformação das massas de trabalhadores “livres”, que acompanhavam atônitos a transformação dos seus meios de trabalho em capital, bem como, a formulação de legislações, por parte do Estado, que legalizariam essas expropriações.

sensu, indicando dentre as suas estratégias, a ampliação de financiamento aos programas e aos estudantes” (WANDERLEY, 2017, p. 139 – grifos do original).

Porém, a crise orgânica do capitalismo, depois de ser gerada no âmbito das relações econômicas, transita para o ambiente político, ampliando assim o campo das relações políticas, ideológicas, éticas e culturais, atingindo o cerne das relações sociais capitalistas, transformando em conteúdo das lutas de classes (MOTA, 2016). Dessa forma, a autora nos chama a atenção para que o movimento contínuo desse processo de crise e a junção entre a exigência de constantes transformações no padrão de acumulação, como a elaboração de novas estratégias de dominação, que estejam em sintonia com aparelhos privados de hegemonia.

No nosso cenário, as reverberações da crise orgânica, especificamente no ambiente político, têm sido vividas por todos nós como uma sequência de ataques à democracia, sendo materializado em 2016 com o fim do ciclo lulopetista, objetivado com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) e a truculenta, com altas doses de psicopatia e absurda mudança de plataforma de governo, por uma antidemocrática e ultraneoliberal, que tem impactado diretamente as políticas sociais, reafirmando a nossa argumentação sobre o caráter contemporâneo das expropriações e da reorientação do Estado brasileiro⁴⁰ para criar um específico “(...) aparato jurídico que dá legitimidade às novas formas de exploração e de expropriação” (MOTA, 2017, p. 33).

Com a ascensão de Michel Temer (MDB) à presidência da República, por meio de um novo tipo de golpe de Estado, a urgência da reconfiguração do Estado brasileiro ao projeto interposto pelo capital financeiro é flagrante, sendo muito bem sintetizado em três objetivos básicos, segundo (MARQUES; UGINO, 2017, p. 14 -15)

(...) O primeiro consiste em desnacionalizar o que ainda há de nacional no país, particularmente a terra, o que resta das estatais, a plena exploração do petróleo, mas também setores de atividades que, embora estejam desnacionalizados desde os anos 1990, encontra-se na mira do capital estrangeiro, tal

⁴⁰ “Vale ressaltar que no caso brasileiro, embora a iniciativas de proteção social remontem aos anos 40 do século XX, a natureza excludente, fragmentária e não universal das políticas públicas de proteção social não facultou a existência de um Estado Social, até mesmo após a Constituição de 1988, com a ampliação dos direitos sociais e a criação da chamada Seguridade Social” (MOTA, 2017, p. 33).

como a indústria de autopeças. O segundo objetivo, é diminuir o tamanho do estado para algo em torno de 10% do PIB, para qual a Emenda Constitucional 95, cujo projeto de emenda constitucional ficou conhecido como “PEC da morte”, é a sua expressão acabada. O terceiro objetivo é o de flexibilizar totalmente o mercado de trabalho brasileiro.

Neste sentido, seguindo as orientações postas pelo capitalismo financeiro, a “era temerosa” reorienta o Estado brasileiro a uma profunda modificação na regulação da vida social e econômica, por meio de uma contrarreforma tão ultraradical que expressa uma profunda agudização nas contradições entre capital/trabalho, impactando diretamente sobre a política de educação e, no caso que estamos tratando em específico, à pós-graduação.

É consensual que para a educação pós-graduada desenvolver-se é imperativo que haja novos investimentos, avaliações contínuas que possam apreender as particularidades de cada área de conhecimento, a ampliação no acesso e políticas de permanência para os discentes, bem como o estímulo docente, principalmente no que tange as melhores condições para o trabalho docente.

Contudo, na atualidade estamos presenciando um intenso ataque ao ensino superior público, em todos os sentidos: a caça às produções críticas (inclusive que já aconteceu em nosso campo temático); a diminuição das bolsas de pós-graduação, em todos os níveis; os valores defasados dessas bolsas⁴¹ (última alteração nos valores foi em 2010); os altos índices de exigência na produtividade, que são equiparados à lógica da produção do “núcleo duro” das ciências naturais (tendência essa posta desde 1990, mas intensificada neste cenário); e o risco concreto da mercantilização do ensino

⁴¹ Ao passo que estamos escrevendo este texto, acaba de ser disponibilizada uma nota da CAPES, informando ao governo que se não houver modificações nos valores dos repasses à agência, com os atuais recursos, todas as bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) serão canceladas a partir de agosto de 2019, bem como, todas as cooperações internacionais, segundo a nota, também serão afetadas. Ou seja, o ensaio é o fim da produção de ciência no Brasil já em agosto de 2019, como reflexo da PEC 55, que congela o orçamento em políticas essenciais por 20 anos.

Cf. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Ofício nº245/2018-GAB/PR/CAPES. Disponível em:

<https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso: 10/02/2019.

superior público, por meio do sucateamento, desvalorização que caminha à privatização⁴² do ensino superior em nosso país.

Portanto, nesse cenário tão temeroso e incerto à educação pública superior e, mais especificamente, à educação pós-graduada, os desafios postos são diversos, os quais destacamos: a preservação da qualidade dessa modalidade de ensino; as condições objetivas de manutenção e de permanência de discentes; as condições de trabalho docente; os altos índices de assédio moral; o adoecimento mental (de discentes e docentes); o constante descaso das agências de fomento no investimento de pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas, priorizado o “núcleo duro” das ditas ciências naturais; e como possibilitar a ampliação desta modalidade de ensino e ao mesmo tempo garantir qualidade em pesquisa, ensino e extensão?

Apesar desse adverso contexto, a pós-graduação em Serviço Social está presente em todas as regiões do Brasil, tendo maior concentração nas regiões Nordeste e Sudeste do país, com 80% desses programas em universidades públicas (SILVA, 2016). Ao contrário do movimento que ocorre no ensino de graduação em Serviço Social no Brasil, no qual presenciamos um flagrante processo de mercantilização e de focalização do ensino para o mercado de trabalho, descaracterizando o tripé ensino-pesquisa-extensão, mas em completa sintonia com o modelo de educação proposto pelo Banco Mundial⁴³. Porém, a pós-graduação em Serviço Social tem se consolidado enquanto área de produção de conhecimento na CAPES, sendo dentre as 48 áreas de conhecimento, junto com arquivologia, as duas únicas áreas de conhecimento que não possuem nem mestrados e nem doutorados

⁴² Em entrevista recente, o candidato à presidência da República, pelo PLS, atualmente presidente, afirmou: “(...) não há ciência no Brasil. E quando tem, é ‘coisa’ rara”. Cf. Jair Bolsonaro – Roda Vida. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=RQ6gDUTMtLc> >. Acesso em: 13/02/2019. E defendeu a privatização do ensino superior no Brasil. Outra defesa à privatização é a também recente declaração do candidato à presidência, desta vez pelo PSDB, Geraldo Alckmin, que afirmou: “(...) que as pós-graduações, pelo menos, deveriam ser pagas no Brasil”. Cf. Alckmin Estuda Acabar com a Gratuidade do Ensino Superior, começando pelas Pós-Graduações. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/alckmin-estuda-acabar-com-gratuidade-no-ensino-superior-comecando-pela-pos-graduacao/> >. Acesso em: 13/02/2019.

⁴³ Esse modelo é caracterizado pelo Tratado de Bolonha (1999, *apud* WANDERLEY, 2017), que aqui iremos tratar apenas duas dimensões do amplo leque de propostas de contrarreforma para o ensino superior, que consiste no desmonte generalizado da estrutura universitária, no que tange ao ensino-pesquisa-extensão; a sobrecarga do trabalho docente, expressando-se no rebaixamento da qualidade acadêmica, mais precarização do trabalho docente e o estímulo à contratação de mão-de-obra mais barata, que é o caso dos docentes substitutos.

profissionais, mostrando a resistência, a luta e conquistas do Serviço Social brasileiro, na batalha pela educação pública e de qualidade.

Para Silva (2016, p.34),

(...) A recente expansão dos programas de pós-graduação nas instituições estaduais passou de 3, em 2010, para 8, em 2015, o que representa 166% de aumento na esfera pública estadual. Em 2014, havia 545 docentes e 1.681 discentes matriculados.

Apesar desse cenário de consolidação da pós-graduação em Serviço Social, os ataques e reverberações do modelo de ensino proposto pelos organismos multilaterais, também irão se expressar no ensino pós-graduado e na produção de conhecimento do Serviço Social, sendo, como é a sociedade capitalista, mais um campo de disputa entre modelos de formação.

Segundo Amaral (2012) o contexto atual é marcado por uma crescente mercantilização do ensino superior, onde a pós-graduação situa-se, vivenciando uma dura ofensiva do pensamento conservador que se expressa em todas as dimensões que compõe a totalidade da vida social. O pensamento conservador, assim, é percebido, sobretudo, na afirmação pragmática que se coloca a favor da desconstrução do legado intelectual e político explicitado na década de 1990.

Partilhamos das ideias de Amaral (2012), quando ressalta que os tempos atuais de reverberações do contexto de crise, expressa pelas fissuras do neoliberalismo, tornam o espaço universitário um campo estratégico para reflexão, análise e propositura de alternativas, donde a esquerda e a direita disputam direção. Segundo a autora, a tendência que aponta à manutenção tem conquistado mais espaço do que a propositura da eversão.

Segundo Mota (2016), essas fissuras expressam-se à categoria através de duas questões específicas, trabalhadas como muita ênfase pela produção de conhecimento, com expressiva atuação do conjunto ABEPSS/CEFSS: as inflexões da conjuntura nacional e mundial sobre a Universidade brasileira, que tensiona drasticamente o ensino, a pesquisa e a extensão no Serviço Social, num ambiente de reforma do ensino superior; e a direção social estratégica da profissão, onde o projeto ético-político expressa-se. Neste sentido, no

(...) campo [do] conservadorismo, são evidentes as iniciativas para manter e preservar a ordem, através da formulação de medidas modernizadoras, pragmáticas, neoconservadoras e desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, este espaço abriga a construção do pensamento crítico e da disputa teórica, política e ideológica em relação à concepção de universidade, da sua função social, do papel e dos sentidos do fazer acadêmico, da ciência e da tecnologia, vale dizer, da produção do conhecimento (AMARAL, 2012, p. 231).

A partir de tais reflexões conjunturais, o ambiente acadêmico, como não poderia ser, também é travejado por disputas políticas, teóricas e éticas. Numa conjuntura de regressão civilizatória, em particular, num momento em que a ciência tem sido julgado e desacreditada, o pensamento conservador (e suas diversas vertentes, transvestidas de apelo moral: pela família e pelos costumes) tem objetivado uma grande investida ideológica que tende a se expressar na produção de conhecimento, em um contexto como esse. Neste sentido, nossa pesquisa insere-se nesse movimento contemporâneo, de disputas e de explicitação de projetos societários contrários e a favor da ordem capitalista, especificamente, no conte temporal que corresponde aos anos de 2011 até 2014.

Para retirarmos a nossa amostra de pesquisa realizamos um mapeamento dos programas de pós-graduação em Serviço Social, através de consultas aos *sites* dos referidos programas, o que nos possibilitou identificar os achados que ora apresentamos. Assim, nas linhas que seguem, iremos expor as tendências que a nossa pesquisa possibilitou captar, sendo estas expressas nos citados PPGSS.

Segundo dados da Plataforma Sucupira, coletados durante o processo de pesquisa no ano de 2017, existem atualmente 34 (trinta e quatro) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social ativos no Brasil. Destes, 15 (quinze) possuem apenas mestrado e 19 (dezenove) possuem mestrado e doutorado.

Estes dados nos dão um panorama geral da inserção da pós-graduação em estados e regiões do país, com particularidades e singularidades que irão de alguma maneira, se expressar na produção de conhecimento. Ao se produzir conhecimento o pesquisador, ao que tudo indica, é motivado a investigar questões que não caem de “paraquedas” em sua cabeça, mas de uma demanda real que, em muitas vezes, é vivenciada no

cotidiano do pesquisador. Neste sentido, em um país continental como o nosso, diversas particularidades são expressas nas regiões que compõem o Brasil, objetivando-se enquanto determinações durante o processo de escolha dos objetos de pesquisa e da produção de conhecimento. Obviamente, que tais particularidades não estão desvinculadas da totalidade social, mas a sua objetivação carrega consigo, também, traços regionais.

Ao chamarmos a atenção para as particularidades regionais, que tendem a aparecer na produção de conhecimento, tendo em vista que se produz a partir das experiências reais que se vivem, não nos distanciamos daquilo que nos propomos nesta exposição, mas sinalizando que essas particularidades tendem a aparecer e que o contexto em que os pesquisadores estão inseridos orienta, em certa medida, a sua elaboração de conhecimento.

No quantitativo de 19 (dezenove) programas que constam com a modalidade de doutorado realizamos um levantamento em suas linhas de pesquisa e conferimos as áreas de concentração, com o objetivo de atender aos critérios da escolha da amostra, ou seja, linhas de pesquisa que versam sobre a categoria cultura, com área de concentração em Serviço Social

Neste levantamento, detectamos quem nestes 19 (dezenove) PPGSS, apenas 5 (cinco) deles constavam com linhas de pesquisa que versavam sobre a temática da cultura, tendo 3 (três) com área de concentração o Serviço Social e 2 (dois) a Política Social enquanto área de concentração⁴⁴.

Através dos dados coletados foi possível traçar o atual perfil dos PPG em Serviço Social, especificamente aqueles que possuem mestrado e doutorado, a partir da análise das suas linhas de pesquisa e das áreas de concentração, termômetro que indica a direção social da produção de conhecimento na área, reafirmando (ou negando) tendências já analisadas nas pesquisas de Kameyama (1998); Silva e Silva; Carvalho (2005); e de Prates *et al* (2016), no que se refere a predominância de determinados objetos de pesquisa.

A pesquisa pioneira sobre essa priorização de determinados temas foi realizada pela professora Nobuco Kameyama (1998), publicada nos Cadernos

⁴⁴ Coleta feita através de consulta *online* no *site* da Plataforma Sucupira, no ano de 2018.

ABESS⁴⁵, que mapeou a produção de conhecimento, por meio de um levantamento de dissertações e teses, em todos os programas de pós-graduação em Serviço Social, de 1975 a 1997.

Para a supracitada autora,

(...) a produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas etc. (KAMEYAMA, 1998, p. 4).

Portanto, como já sinalizamos as temáticas priorizadas pelos pesquisadores da área se Serviço Social não “brotam” do nada, mas estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem no movimento do real e que rebatem na profissão. Ou seja, atendem as demandas da prática profissional, como já constatado por diversos pesquisadores da área⁴⁶.

Para Kameyama (1998), o grande “desafio” na produção de conhecimento no Serviço Social, portanto, é o de decifrar o movimento dinâmico da sociedade e do Estado e como essas determinações se expressam no âmbito profissional, que é a dupla dimensão intelectual e interventiva, presente em uma determinada forma de se produzir conhecimento, plasmada nos referenciais da tradição de pensamento marxista, donde apropria-se do real para propor a sua transformação, que é o alicerce do projeto ético-político profissional.

Assim, a pesquisa da referida autora deu visibilidade às áreas de maior concentração e centralidade no período pesquisado, com destaque à

⁴⁵ Substituída pela revista *Temporalis*, em 2000, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), destinando-se à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cf. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/temporalis> >. Acesso em: 12/02/2019.

⁴⁶ Em nossa pesquisa, por exemplo, percebemos que em 2 (duas) teses os objetos de pesquisas escolhidos demandam de particularidades específicas da realidade da cidade do Rio de Janeiro. Assim, reafirmamos que a inquietação de pesquisa tem vinculação direta com a materialidade da vida social, mas que atende e é determinada pela particularidade donde o pesquisador está inserido, influenciando-o na escolha da problemática “do quê pesquisar”.

prática profissional, à política social, à formação profissional, à teoria e método em Serviço Social, movimentos sociais, gênero e família. O aparecimento desse debate pela categoria associa-se ao movimento do real, com o processo de redemocratização do Estado brasileiro e o espraiamento da democracia. Duas tendências são captadas: a primeira é que o debate em torno da “imagem do Serviço Social” aparece em 40% do que fora produzido, expressando a necessidade da categoria em afirmar-se; e a centralidade dos temas política social, criança e adolescente e processos de trabalho, nos dois últimos anos da pesquisa, ganharam maior densidade (KAMEYAMA, 1998).

Em paralelo a esta centralidade de temas, questões contemporâneas, naquele momento, como é o caso da realidade social, processos socioculturais, saúde e deficiência física e mental, instrumentos e técnicas, análise institucional, não se constituíram enquanto grandes expoentes de produções acadêmicas – no caso específico do debate em torno da cultura, aparecendo nesta pesquisa como “processos socioculturais”, a produção correspondia apenas 2,9% do montante pesquisado (KAMEYAMA, 1998).

Já na pesquisa realizada no período de 2001 a 2003, pelas professoras Maria Ozanira Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho (2005), que analisaram 23 (vinte e três) programas de pós-graduação existentes na época, constaram que o debate em torno da Política Social/Pública/Avaliação/Gestão de Políticas sociais ocupavam a centralidade das produções (sendo, logo em seguida, acompanhado pelo debate em torno do Serviço Social), mostrando, em comparação a pesquisa de Kameyama (1998), como o debate sobre a Política Social constituiu “também [enquanto] objeto de estudo de grande destaque para a produção de conhecimento no âmbito da profissão” (SILVA e SILVA; CARVALHO, 2005, p. 6).

Das indicações de linhas de pesquisa e áreas de concentração, essa mesma pesquisa, mostrou que havia 10 (dez) indicações que tematizavam o debate sobre a categoria Cultura, contra 41 (quarenta e uma) indicações em relação ao debate sobre Política Social. Outros temas, com pouca incidência, como é o caso da “exclusão social” e pobreza, da Assistência Social, da Saúde, da Seguridade Social, do gênero, do debate em torno da família, da criança e do adolescente, aparecem de forma fragmentadas, apesar de serem

temas relevantes para aquele momento histórico (SILVA e SILVA; CARVALHO, 2005), conforme cita as autoras.

Em pesquisa mais recente, Prates *et al* (2016) ao analisar a estruturação de 20 (vinte) Programas de PPGSS dando ênfase à análise da organização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e oferta de disciplinas, além de traçar um panorama mais atual sobre a temática, reafirmou a tendência apontada por SILVA e SILVA; CARVALHO (2005), no que diz respeito a centralidade do debate da Política Social/Pública/Avaliação de políticas na estruturação das áreas de concentração e linhas de pesquisa ,em relação ao tema dos Fundamentos do Serviço Social.

A identificação das áreas de concentração, bem como as linhas de pesquisa que estruturam os PPGS foi importante, pois se constituem enquanto eixos articuladores e geradores para os planos de cursos, projetos pedagógicos e de atividades no âmbito da pesquisa e à produção de conhecimento nestes espaços acadêmicos (SILVA e SILVA; CARVALHO, 2005).

Em nossa pesquisa, identificamos os seguintes PPGSS, áreas de concentração e linhas de pesquisa:

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com área de concentração em: Sociabilidade, Serviço Social e Política Social. Com as seguintes linhas de pesquisa: a) Estado, Sociedade, Política Social e Direitos; b) **Ética, Gênero, Cultura e Diversidade;**
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): com as seguintes áreas de concentração⁴⁷: I) Teoria Social, Formação Social e Política Social, englobando as seguintes linhas de pesquisa: a) Fundamentos da Teoria Social e Política; e b) Estado, Classes e Políticas Sociais; II) Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social, com as seguintes linhas de pesquisa: a) Lutas Sociais, Estado, Política Social e Serviço Social; e b) Trabalho, Produção de Conhecimento e Serviço

⁴⁷ Cf. A nota de rodapé de número 9 (nove), na introdução deste trabalho, onde explicitamos a particularidade deste PPGSS.

Social; e por fim, III) **Cultura e Serviço Social**, com as seguintes linhas de pesquisa: a) Estado, Sociedade e Direitos Humanos; e b) Temas Urbanos e Movimentos Sociais;

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), área de concentração Trabalho e Política Social, com as seguintes linhas de pesquisa: a) Relações Sociais e Serviço Social; b) Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social; e c) **Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social**.

Como já mencionado, dos 34 (trinta e quatro) programas, apenas 3 (três) possuem área de concentração em Serviço Social e linhas de pesquisas que destacam expressamente a categoria cultura.

Através da leitura dos dados apresentados, principalmente nas áreas de concentração e linhas de pesquisa, percebe-se que as estruturas pedagógicas dos 3 (três) programas citados partem da perspectiva da totalidade social. Na sistematização apresentada, nota-se que não há uma linha de pesquisa que tematize apenas a categoria cultura, como se esta categoria estivesse desvinculada de determinações materiais, mas ela aparece correlacionada com o Gênero e a Ética; ao debate sobre o Estado, Sociedade, Movimentos Sociais, Direitos Humanos; e pelas Identidades, Políticas Públicas e o Serviço Social.

A seguir, sistematizamos os objetivos das linhas de pesquisa dos programas, *lócus* da nossa pesquisa, que expressam, em nossa avaliação, as propostas contidas nos projetos pedagógicos de cada programa:

- UFRN – linha de pesquisa: Ética, Gênero, Cultura e Diversidade, **linha inativa**⁴⁸.
- UFRJ – linhas de pesquisa: a) **Estado, Sociedade e Direitos Humanos**, objetivos da linha: As relações entre Estado/sociedade civil na configuração de um campo de lutas sociais centradas nos direitos humanos e suas implicações na formulação e implementação de políticas públicas. Democracia

⁴⁸ Até o dia da defesa desta pesquisa, no *site* do referido PPGSS, esta linha de pesquisa consta enquanto inativa.

e o fortalecimento da esfera pública no quadro da mundialização da economia e da cultura; b) **Temas Urbanos e Movimentos Sociais**, objetivos da linha: As contribuições teóricas e metodológicas sobre a cidade; as transformações urbanas; os movimentos sociais e as representações sociais da territorialidade. Cidade e Políticas Públicas; Trajetórias, construções identitárias e desigualdades (de classe, religiosas, raciais/étnicas, de gênero e geracionais); redes sociais, família e sociabilidades.

- UERJ – Linha de pesquisa: **Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social**, objetivos da linha: A linha subdivide-se em seis eixos temáticos que englobam as discussões em torno dos direitos humanos, relações de gênero, raça e etnia; formação das identidades no espaço educacional, nos espaços sócio- ocupacionais e das profissões; as relações de gênero, étnico-raciais, sexualidades e políticas públicas; o impacto da cultura nas sociedades contemporâneas; gênero, família e desigualdades sociais; e cultura, infância e relações geracionais e de gênero.

Dos 3 (três) programas pesquisados não foi possível identificar os objetivos propostos pela linha de “Ética, Gênero, Cultura e Diversidade” do PPGSS da UFRN que, segundo informações que constam no *site* do programa, está com a referida linha inativada. Portanto, não havendo possibilidade de material para ser coletado e analisado.

Apenas os PPGSS da UFRJ e da UERJ possuem os objetivos de suas linhas disponibilizados *online*, demonstrando clareza na relação estabelecida entre a categoria cultura e os demais temas emergentes (novos movimentos sociais; terceiro setor; anarcocapitalismo e dentre outros), assim como o amplo leque de temáticas que abarcaria estas linhas, possibilitando diversos direcionamentos teórico-metodológicos, tendo em vista a amplitude de categorias e conceitos de análise sobre o real que estes dois programas, em específico, elegem na formulação destas linhas de pesquisas analisadas.

O PPGSS da UFRJ possui uma área de concentração intitulada de “Cultura e Serviço Social”, a qual engloba duas linhas de pesquisas, sendo elas a): “Estado, Sociedade e Direitos Humanos”; e b): “Temas Urbanos e Movimentos Sociais”. O que foi possível constatar é que nas referidas linhas de pesquisa as teses produzidas e analisadas estão em sintonia com o movimento iniciado no século XX que, como já afirmara Simionatto (2009), questiona os conhecimentos teóricos já consagrados nas metanarrativas e exige novas formulações, para compreender novas configurações provenientes destas transformações societárias em curso. É flagrante, portanto, nas teses vinculadas a estas linhas de pesquisas, o debate em torno das pautas setoriais dos movimentos sociais, a preocupação em compreender as representações (e não como estas são constituídas a partir do real), das construções identitárias, redes sociais, família e sociabilidades; no marco da mundialização da economia e da cultura e as relações com as políticas públicas, a democracia e as cidades.

Sendo assim, estas linhas, reúnem um conhecimento que está sintonizado com o quadro teórico contemporâneo de autores que se vinculam ao debate do ideário pós-moderno, o qual surgiu como expressão das transformações societárias no contexto da crise orgânica do capitalismo tardio. Das 4 (quatro) teses mapeadas, 03 (três) trazem apenas autores pós-modernos em suas formulações, e outra faz um debate sobre cultura e materialismo, com forte influência niilista⁴⁹.

O PPGSS da UERJ possui área de concentração em Serviço Social e uma linha de pesquisa que se intitula “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social”, subdividida em 6 (seis) eixos temáticos, que englobam uma diversidade de temas que, inclusive, no texto disponibilizado *online* repetem-se. Os eixos temáticos estão em sintonia com os elementos que apontamos nos PPGSS da UFRJ, no que tange a exigência de “novos conhecimentos” para compreender as novas configurações sociais, provenientes do atual contexto de crise da sociabilidade capitalista, como já fora problematizado em nosso estudo, tomando como fundamento para a argumentação da constituição de

⁴⁹ Afirmando, assim, a tendência posta em nossa pesquisa, no subtítulo 2.2, sobre as influências do debate da Antropologia Cultural, na constituição de um conceito cultural que busca negar o real.

novos conhecimentos, como já afirmara Simionatto (2009); da necessidade da construção de “conhecimentos flexíveis”, nas palavras de Harvey (2014); que representem e que estejam em sintonia com a decadência ideológica, como escreveu Coutinho (2010); que tragam em suas formulações um forte ecletismo teórico, Tonet (2004); expressando, assim, a funcionalidade deste conhecimento para o momento de crise orgânica do capitalismo (MOTA, 2016).

Dos 3 (três) PPGSS, apenas 1 (um), o PPGSS da UFRJ disponibilizou *online*, na plataforma Sucupira, as teses correspondentes ao nosso período estipulado para captação dos dados (teses) da nossa pesquisa. Portanto, por não existir material empírico nos dois outros PPGSS (UERJ e UFRN), nossa pesquisa teve que centrar-se no PPGSS da UFRJ, tendo em vista que só este possibilitou material para análise.

Ao fazermos o levantamento das teses produzidas pelo PPGSS da UFRJ, no período de 2011 a 2017, constatamos que das 94 (noventa e quatro) apenas 4 (teses) tematizam a categoria cultura. Nestas detectamos, através da leitura integral do material, a multiplicidade de temas, dos mais variados recortes analíticos, tais como o debate: a) “Políticas Culturais”; b) “Cultura, Estética e Cidades”; c) “Cultura e Integração do Negro”; e d) “Cultura e Capitalismo”. Assim, acreditamos que há materialidade em nossa argumentação, quando comentamos anteriormente sobre as linhas de pesquisa que se relacionam com as novas configurações contemporâneas, ou seja, que reivindicam a construção de novos conhecimentos, que sejam flexíveis e que se debrucem sobre os fragmentos do real.

Do total das 94 (noventa e quatro) teses, apenas 4 (quatro) tematizam a categoria cultura, sendo uma produzida a cada ano. Ou seja, do nosso lapso temporal de 7 (sete) anos, apenas nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017 houve produção acerca deste tema. Assim, nesse primeiro momento, ao trazermos os dados quantitativos da nossa pesquisa, percebemos que a tendência já apontada nas pesquisas de Kameyama (1998), como de Silva e Silva; Carvalho (2005) e Prates *et al* (2016), em relação a inexpressividade do debate sobre a categoria cultura, pela categoria profissional, é reafirmada, neste primeiro momento.

No próximo tópico, iremos analisar como essa categoria foi apropriada por estas teses de doutoramento.

4.2 A categoria cultura nas teses de doutoramento: análise do material coletado

“Mais importante que o texto é o fato”.

Clarice Lispector

Nossa análise consistiu em identificar os objetos de estudos e as orientações teórico-metodológicas propostas nas 4 (quatro) teses que compõem o nosso material de pesquisa.

A partir daí foi possível constatar que nas 4 (quatro) teses analisadas cada uma expressa um conceito que corresponde a uma expressão da categoria cultura, seja ela compreendida enquanto uma “cidadania cultural”; reduzida à “cultura popular”; focalizada na análise da “cultura e as suas representações nas cidades”; e a cultura aprisionada à dimensão da negatividade que está presente no real, mas que neste contexto de crise, tem sido superdimensionada, para suprimir qualquer possibilidade de eversão.

Portanto, percebemos que o ponto de partida das análises dos autores sobre a categoria cultura tende a ser as expressões culturais que primeiro saltam aos olhos. Assim, os pesquisadores elegem em suas análises, fragmentos do real, conceituando-os, mas não se preocupando em desvelar o chão material que os gestam (FREDERICO, 2016). Nas 4 (quatro) teses temos 4 (quatro) concepções, diferentes entre si, sobre a cultura, correspondendo as inquietações propostas pelos autores, mas em sintonia com a forma de se produzir conhecimento neste momento histórico, donde não é necessário alcançar a essência do objeto, para instrumentar a sua transformação, mas apenas a sua descrição.

Neste sentido, estes são os objetos de pesquisa que aparecem nas 4 (quatro) teses: a) cultura e políticas públicas; b) cultura e cidades; c) cultura e integração do negro; e d) cultura e capitalismo. A partir da constatação destes objetos de pesquisa, os comparamos com as propostas adotadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS (GTP's), espaços reconhecidos pela categoria profissional, como norteadores à produção e o fomento de conhecimento.

O debate sobre a categoria cultura não aparece explicitamente em nenhum título dos 8 (oito) GTP's, como foi possível constatar na visita ao *site* da ABEPSS. Porém, acreditamos que os GTP's direcionam a produção de

conhecimento na área do Serviço Social, no tocante à preocupação da vinculação dos objetos de pesquisa com a proposta contida no projeto ético-político profissional. Ou seja, a importância do caminho metodológico, proposto pelos GTP's, em consonância com o citado projeto, nos instrumentaliza à análise e o questionamento ao nosso material empírico, podendo, assim, para além de mostrar a produção culturalista, notável já nos eixos eleitos para análise nas teses, também apontar o afastamento desta produção de conhecimento, expressa nestas teses, e os direcionamentos propostos pela ABEPSS, tensionando a direção social estratégica do Serviço Social.

Acreditamos que a defesa do Serviço Social pela direção social estratégica, expressa em um projeto profissional, que elege o método crítico-histórico-dialético para apreender e para criticar a "(...) dinâmica da sociedade contemporânea, [como] base fulcral da ação transformadora da realidade" não impossibilite o debate de ideias, de teorias e de metodologias pela categoria profissional (MOTA, 2016, p. 171).

Cada objeto de pesquisa encontrado nas teses pesquisadas profere uma demanda específica que parte de uma expressão cultural em que estes pesquisadores conviveram de perto e, neste sentido, os inquietando e levando ao interesse de pesquisar sobre. A realidade, como se sabe, apresenta-se ao olho do pesquisador de forma caótica e em fragmentos, cabendo a pesquisa a reconstrução desses fragmentos, a partir de uma apreensão de totalidade, historicidade e de dialética. Mas o que fora percebido, em nossa pesquisa, é que nas teses em apreço, limitam-se a descrição dos objetos, que a partir da construção de conceitos sobre a cultura, dariam as respostas as suas inquietações de pesquisa. Assim, temos pesquisas que caminham em uma direção oposta ao desvelamento da realidade, limitando-se à compreensão das expressões da categoria cultura, desvinculada, assim, da materialidade da vida social. Vejamos o conteúdo de cada tese:

Na tese que versa sobre **Cultura e Políticas Públicas**: foi constado um debate completamente antagônico ao que defende majoritariamente a categoria profissional, no tocante as contradições, enfretamentos e disputas das classes sociais, que compõem a materialidade da sociabilidade capitalista. Assim, o caráter contraditório das políticas sociais é suprimido, acreditando-se que as políticas públicas, especialmente àquelas voltadas à "produção de

cultura”, seriam demandadas apenas à necessidade de um grupo específico à consolidação da cidadania. Este antagonismo é explicitado, no momento em que o autor localiza o seu objeto de pesquisa na

“(…) interseção entre as políticas públicas de cultura executadas na região portuária da cidade do Rio de Janeiro e as ações políticas e culturais daqueles que estão à frente de grupos e organizações culturais da região” (TESE1, 2013, p.17).

Para o autor, assim, as políticas públicas são reduzidas à execução e as respostas de fragmentos da classe trabalhadora às ações pontuais, principalmente aquelas vinculadas às organizações culturais da região portuária (*lócus* onde foi realizada esta pesquisa). O somatório dessas mediações possibilitaria, segundo o autor, a conquista da “cidadania cultural” (TESE1, 2013).

Portanto, nesta pesquisa, o limite das políticas públicas, assim como a articulação de fragmentos da classe trabalhadora, seria a emancipação política e a categoria cultura, portanto, está reduzida e “fundida” a uma concepção de que o Estado deveria, por meio de ações afirmativas, que reconheçam as ações já feitas pelos fragmentos da classe trabalhadora, ampliar a cidadania cultural para todos os moradores da região portuária (TESE1, 2013). Assim, segundo a linha de raciocínio do autor, a cultura “qualificaria” o acesso à cidadania.

Contata-se, portanto, que o debate das políticas públicas (ou seja, setorial e não o debate universal da política social) é reduzido e toma um direcionamento bastante preocupante. As opções teórico-metodológicas são as mais variadas e, soma-se, à crítica feita a tradição marxista. Portanto, o debate centra-se apenas na concepção da construção do conceito de “cidadania cultural” e, porventura, a consequência disso (a emancipação política). Percebemos, também, a prevaleta da conceituação da categoria cultura, sobretudo, àquela vinculada aos estudos pós-coloniais⁵⁰, já que estes

⁵⁰ Conjunto de teorias responsáveis por apreender as expressões políticas, filosóficas, artísticas e literárias deixadas pelo colonialismo em terras colonizadas. Neste sentido, recusa-se as teorias “estrangeiras” e preocupa-se em desenvolver conhecimento a partir da realidade dos países colonizados (CAHEN; BRAGA, 2018).

“(...) vêm se dedicado à temática da cultura e da chamada cultura popular trazendo uma definição de cultura que também busca romper com as dicotomias como popular-erudito e que evidencie a dinâmica e a complexidade dos processos culturais (TESE1, 2013, p. 36).

A partir de tais reflexões, o autor propõe, em sua análise, dois desdobramentos do “conceito de cultural” que vem trabalhando, nos quais podemos perceber o superdimensionamento (e a opção teórica) pela conceituação em torno da cultura, o de “multiculturalidade” que “(...) pode ser concebida como a diversidade de culturas, sublinhando as diferenças e propondo tolerância” (TESE1, 2013, p. 36); e o de “interculturalidade” que “(...) é a confrontação e entrelaçamento de culturas: negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (TESE1, 2013, p. 37).

Ao passo que autor afirma que tais concepções rompem com as apreensões gramscianas, pois, em sua análise, estas partem dos pressupostos que levam a análise sobre cultura para um determinismo que cria “(...) uma ideia [de] cultura como um conceito que nomeia uma entidade sólida, estática e única” (TESE1, 2013, p. 36).

Na tese que versa sobre a **Cultura e cidades**: constatou-se que o debate tenta relacionar as identidades culturais e suas objetivações, explicitadas através da estética das cidades, em um contexto específico, que é a fase do capitalismo tardio, mas que é considerado como momento pós-moderno. Momento este compreendido como “(...) uma ruptura de amplas proporções no interior do modo de produção capitalista” (TESE2, 2014, p. 14). Assim, essa perspectiva sustenta-se na compreensão deste “novo momento histórico” a partir da transformação da sociabilidade capitalista “(...) e de suas implicações fundamentais [que] põe em relevo, entre outras novidades, o que podemos considerar um novo status da cultura e uma nova relação entre espaço e tempo” (TESE2, 2014, p. 14). Tais tendências poderiam ser compreendidas, segundo o autor, nas relações que estão explicitadas entre as cidades e a cultura (TESE2, 2014), ou seja, nos fragmentos culturais que as constituem, na avaliação do autor, a construção de determinadas estéticas que estruturam as cidades.

Portanto, nesta pesquisa, o debate central se dá em torno da “cultura pós-moderna” e as suas expressões nas cidades. Sendo assim, tal

argumentação sustenta-se nas expressões culturais, em um determinado contexto, caracterizados como “novo momento histórico” da sociabilidade humana, que é a pós-modernidade. As expressões deste contexto, em decorrência do “fim da modernidade”, seriam a dissolução das

(...) oposições que em alguma medida organizavam e possibilitavam a nossa compreensão do real, tais como aquela entre mercado e Estado, cultura e economia, sujeito e objeto, público e privado, essência e aparência, cidade e campo, arcaico e moderno etc. Não por acaso vivemos, atualmente, sob o pleno domínio das parcerias público/privadas, por exemplo, essenciais em todos os aspectos da administração das cidades e na produção cultural (TESE2, 2014, p. 20).

Segundo a análise do autor, os elementos específicos “(...) do atual momento histórico da ordem do capital que, com toda certeza, nos colocam numa situação muito distinta daquela do começo do século XX” (TESE2, 2014, p. 20), exigem a construção de novos aparatos teóricos que deem cargo de apreender a complexidade, a profundidade e a dramaticidade desta “nova fase contemporânea do capital”, marcada pelo fim das possibilidades emancipatórias do capitalismo. Sua proposta, portanto, seria

(...) o enfrentamento deste conjunto de problemas exige a presença **de um marxismo pós-moderno**, para o qual, em detrimento das desgastadas contradições do moderno, o fetichismo da mercadoria finalmente torna-se o ponto central da crítica radical do capitalismo (TESE2, 2014, resumo – grifos nossos).

A particularidade desta “proposta” não é esmiuçada pelo autor, aparecendo, como “necessidade”, apenas no resumo do seu trabalho. Porém, toda a sua argumentação afirma a impossibilidade que o “marxismo tradicional moderno” possui em compreender as novas configurações do capitalismo pós-moderno.

Em nosso trabalho, tivemos o cuidado de ressaltar a diferença entre pós-modernidade, apreendida enquanto pressuposto teórico que referenda o momento histórico do capitalismo, no atual contexto de crise orgânica; e pós-modernismo, sendo este a representação artística/estética, que carrega as representações de um contexto histórico datado, que corresponde à materialidade e à totalidade da vida social. Porém, este mesmo cuidado não

aparece na obra do autor, que em determinado momento afirma que irá trabalhar com as expressões culturais que se expressam na estética das cidades, ou seja, o pós-modernismo, mas, parece-nos que a pós-modernidade, para o autor, é usada como sinônimo: aparecendo na teoria, na atual fase do capitalismo e na estética das cidades. Porém, o traço que é mais preocupante é a mistura de teorias que o autor utiliza, redundando num verdadeiro ecletismo.

O ecletismo, conforme Tonet (1995, p. 35), se constitui

“(...) na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, resultando numa verdadeira ‘colcha de retalhos’”.

O efeito teórico-metodológico desta apreensão é a impossibilidade de captação da realidade para além de sua aparência.

Para Tonet (2004, p. 1), o pluralismo metodológico ganhou espaço no ambiente acadêmico graças ao contexto de crise das metanarrativas, expressando-se, principalmente, na repulsa aos referenciais marxistas. Segundo o autor, apostar no pluralismo metodológico carrega consigo a problemática “(...) do conhecimento fundado na perspectiva da subjetividade e outra fundada na perspectiva da objetividade, de caráter histórico-ontológico”, levando, portanto, a um falso caminho.

Pensamos que a questão apontada pelo autor, e a qual nós estamos nos apropriando, não reforça uma ideia dogmática e a recusa ao debate pelo (e no) Serviço Social. Pelo contrário, a nossa oposição centra-se no relativismo e na produção de conhecimento eclética, no tocante à aceitação de diversos tipos de métodos, muito deles, levando, inclusive, à junção de vertentes teóricas antagônicas.

Neste sentido, o debate do pluralismo metodológico, à nossa apreensão, parte da suma do processo de construção do conhecimento teórico, que, como assevera Tonet (2004) a partir da análise do objeto, sendo gnosiológico ou ontológico. A gnosiologia dá ênfase na análise do objeto a partir de suas expressões subjetivas, negando assim a totalidade e acreditando que a única forma de apreender a complexidade do momento atual é a partir do isolamento e da análise do objeto apartado da materialidade social. Na

perspectiva ontológica, parte-se do real, do movimento complexo e contraditório da sociedade, privilegiando a história, buscando apropriar-se desse concreto e traduzi-lo como concreto pensado (MARX, 2008).

Ao propor o pluralismo, acreditamos que o Serviço Social esteja externando a dimensão política destas vertentes e possibilitando o debate crítico no campo acadêmico e não propondo a revisão do marxismo e do método crítico. Porém, como foi possível detectar nas teses pesquisadas, que expressam um profundo ecletismo, que se encontra como já fora sinalizado por Netto (2011a), na medula óssea da categoria profissional.

A contribuição de Tonet (2004) é imperiosa para deixar claro que a questão do pluralismo localiza-se na dimensão da política, do enfretamento e no debate das ideias, e que não se trata de considerar o método crítico-dialético enquanto um dogma, mas externando a direção social estratégica da profissão que elege este método frente às investidas pós-modernas, "(...) como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico" (MOTA, 2016, p. 173).

Assim, nesta tese, em específico, nota-se a junção de correntes teóricas antagônicas, não apenas em suas formulações metodológicas, mas, sobretudo, em seus direcionamentos políticos.

Outros elementos muito preocupantes, expressos nesta pesquisa, são as interpretações de clássicos da tradição marxista, que utilizamos neste trabalho, como é o caso de Jameson (1997) e Harvey (2014). O primeiro autor, como situamos nas primeiras páginas deste texto, afirma que estamos vivenciando uma contradição na sociabilidade capitalista, uma dramática crise na produção e, paralelamente, o maior momento de hegemonia ideocultural do capitalismo (JAMESON, 1997), expresso enquanto a lógica cultural do capitalismo tardio (JAMESON, 1997). Na nossa avaliação, em nenhum momento da obra citada, Jameson (1997) trata de uma nova cultura, ou de um novo momento histórico, mas sim de uma conjuntura que traz novas mediações, em continuidade a historicidade do capitalismo. Já na obra de Harvey (2014), muito diferentemente do que o autor da Tese 2 (2014) interpreta, a análise do autor marxista não limita-se à compreensão das cidades através da estética, mas sim, busca na essencialidade do modelo de produção capitalista substratos teóricos que o instrumentalizam à apreensão,

captação e explicitação destes fenômenos sobre a sociedade. E, para o nosso espanto, ambos os autores utilizam-se do “marxismo tradicional moderno” em suas formulações, jogando por terra a (suposta) “necessidade” da construção de um “marxismo pós-moderno” (TESE2, 2014).

Na tese que versa sobre **Cultura e integração do negro**: o debate é alicerçado na análise da “(...) constituição da cultura e sociabilidade no subúrbio do Rio de Janeiro, durante e depois de completada a modernização do país, a partir da experiência do Renascença Clube” (TESE3, 2016, resumo). Neste sentido, mais uma vez, observa-se a preocupação em compreender as expressões culturais, desta vez do “Renascença Clube” carioca, através da análise da formação sócio histórica do país. Apesar de sugerir a análise da formação sócio histórica do país, para que assim, possa compreender a estruturação dessa expressão cultural, a mesma é feita de forma “particular”, como se pudesse automatizar a esfera da cultura, fragmentá-la e apenas apreender um determinado fragmento dessa cultura, denominado de “cultura popular” e, através desse percurso metodológico, determinar onde a população negra é inserida no capitalismo brasileiro, a partir das experiências de um clube carioca. Ou seja, as determinações universais da sociabilidade capitalista desaparecem, sendo substituídas pelas experiências de um clube, que através da

(...) reconfiguração da produção de cultura na relação com a universalização da forma social do capital, o que pressupõe a inviabilização da particularidade; e conseqüentemente o lugar “destinado” ao negro na estruturação do capitalismo no Brasil (TESE3, 2016, p. 22).

Como é possível que a reconfiguração da cultura em relação a universalização da forma social do capital poderia pressupor a inviabilização da particularidade? Pelo contrário, num contexto de hegemonia ideocultural do capitalismo, a totalidade da vida social expressará, nas dimensões que a compõe, as determinações mais universais do capitalismo. Porém, se a análise sugerisse que as objetivações se dariam de diversas formas, haveria concordância, mas mesmo assim, cada singularidade, vincula-se a particularidade, ambas determinadas pela universalidade da sociabilidade do capitalista.

As expressões culturais do Clube carioca, portanto, é o horizonte de análise, que se preocupa em compreender a estruturação destas expressões, a partir do seu próprio e particular processo de construção em nossa realidade. Porém, essa análise, em nenhum momento, vincula-se ao debate ontológico da formação do ser social, mas sim, privilegia um recorte histórico sobre a “(...) conformação da cultura nos marcos da recriação das tradições africanas, paralelo à imposição do trabalho como forma de organização da vida social” (TESE3, 2016, p. 33). Afirma-se, portanto, que a cultura é uma esfera que “conforma-se” no momento que “recria-se” tradições, em nosso país, porém, esquece-se que as tradições são constituídas sócio historicamente e que carregam, em cada momento histórico, as determinações deste. Portanto, a ideia de fragmentar essa “recriação cultural”, sem as mediações com o contexto histórico, nos parece um equívoco teórico, expresso através da opção teórica da autora.

Nesta pesquisa, nota-se que o horizonte de análise parte da inserção do negro na realidade brasileira, num contexto sócio histórico caracterizado pelo trabalho escravo. Percebe-se a ausência em torno do debate da categoria cultura, como sendo esta determinante à formação do ser social. Em contrapartida, há o superdimensionamento da cultura popular, sendo essa uma saída para o processo de civilização dos negros em nossa particularidade histórica (TESE 3, 2016).

Por fim, na tese que versa sobre a **cultura e capitalismo**: foi constatada uma conceituação sobre a categoria cultura, alicerçada na tradição de pensamento marxista. A preocupação volta-se para apreender o momento de crise atual do capitalismo e as expressões à cultura, propondo-se, assim a

(...) tentar observar se era possível validar ou não a hipótese de Roberto Schwarz sobre a cultura poder ser tomada como um elemento antibarbárie, frente à uma totalidade social cuja construção é entendida como lógica regressiva (TESE 4, 2017, p. 16).

A proposta metodológica consiste na observação da validação de uma apreensão teórica sobre a cultura e a confrontação em um contexto sócio histórico contemporâneo, tido como regressivo. Neste sentido, há um

superdimensionado da dimensão da negatividade, no atual contexto de crise, que a sua afirmação, segundo a análise traria a

(...) necessidade de um olhar sobre o modo de ser desta sociedade que tenha a negatividade como direcionamento é estar comprometido com o enfrentamento das reais questões que estão postas (TESE 4, 2017, p. 115).

A análise, portanto, baseia-se no “olhar”, na “observação” e na descrição do real, tido como negativo, regressivo onde as possibilidades emancipatórias foram esgotadas e não há possibilidade da construção de alternativas para a transformação social, afirmando-se enquanto um contexto no qual a “(...) realidade não oferece outra alternativa que não seja considerá-la como tempo de destruição, onde acumulação de valor e de ruínas se fundem e andam juntos” (TESE 4, 2017, p. 115).

Assim, a proposta de um conceito de cultura que traria elementos antibárbarie fracassaria, já que a centralidade do tempo presente estaria no “(...) potencial de decomposição carregado pela lógica social do capitalismo, que insiste em se vestir de progresso e avanço civilizatório” (TESE 4, 2017, p. 101). Neste sentido, a proposta de análise foca em perspectivas que enfatizam e que traduzem-se num forte niilismo, sustentado enquanto o aniquilamento das potencialidades humano genéricas, sendo muito usual nos autores pós-modernos, que além de apostarem na superficialidade “(...) em termos de teoria social, são funcionais na afirmação da positividade capitalista, e portanto, neoconservadoras” (SANTOS, 2007, p. 14).

Ao passo que há a constatação de que um elemento antibarbárie fracassa, em um contexto determinado universalmente pela regressão, à produção de conhecimento aponta à negatividade do real, no sentido de confortar os sujeitos à naturalização desta forma social. Neste sentido, percebe-se o abandono da perspectiva revolucionária, uma das bases da tradição de pensamento marxista. Portanto, acreditamos que possamos afirmar, que nesta tese, apesar de iniciar o debate conceituando a cultura através desta tradição de pensamento, a nega quando suprime a possibilidade emancipatória que perpassa esta tradição de pensamento.

Como podemos constatar a direção social da profissão não é tensionada de forma direta (e nem indireta), através de uma crítica contundente

às suas bases teóricas. Nas 4 (quatro) teses pesquisadas o tensionamento se constata através da crítica na impossibilidade do método marxiano “compreender” a complexidade do atual contexto da sociabilidade capitalista. Ao se tratar da categoria cultura, se aposta em diversas opções teóricas, que possam, assim, referendar os objetos de estudos e alcançar os resultados, mesmo que estes apenas descrevam o real.

Por fim, no próximo tópico, aprofundaremos a análise, qualificando os caminhos teórico-metodológicos utilizados para se estudar a categoria cultura, eleitos na produção de conhecimento em apreço.

4.3 Os Caminhos Teórico-Metodológicos da Produção de Conhecimento sobre a Categoria Cultura nas Teses de Doutorado em Serviço Social da UFRJ

“da liberdade de errar, cair e levantar-me”.
Clarice Lispector

Neste momento buscaremos expor os caminhos teórico-metodológicos identificados na produção de conhecimento, utilizados para discutir a categoria cultura, nas teses de doutorado, defendidas e disponibilizadas *online* na Plataforma Sucupira, pelo PPGSS da UFRJ. Com o sentido de apreender as relações que são estabelecidas com a direção social da profissão, no tocante ao afastamento ou conversão com a referida direção. Portanto, como já vimos fazendo ao longo da nossa exposição, as identidades dos autores das teses continuarão sendo preservadas e as menções aos seus trabalhos serão feitas através de Tese 1, Tese 2 e assim por diante.

Ao se produzir conhecimento o pesquisador está buscando apreender a realidade através da captação de um objeto de pesquisa, que é um fragmento desta mesma realidade. O processo de construção do conhecimento, assim, inicia-se neste momento, a partir da delimitação do objeto que irá se pesquisar (OLIVEIRA, 2016). Para tanto, o pesquisador deve seguir uma metodologia de pesquisa, sendo esta responsável por criar instrumentais adequados para organizar e estabelecer “(...) procedimentos didáticos, metodológicos e técnicos” (OLIVEIRA, 2016, p. 43). Muito distante do que é defendido em Durkheim (2007), em relação à neutralidade científica, as opções teóricas escolhidas durante o processo da construção do conhecimento, consciente ou inconscientemente, carregam consigo direcionamentos políticos, especificamente, àqueles vinculados aos desvelamento ou mistificação do real. Logo, os caminhos teórico-metodológicos, expressos na produção de conhecimento analisada durante a nossa investigação, carregam consigo posicionamento político que pode estar ou não em sintonia com a direção social hegemônica do Serviço Social brasileiro.

Das 4 (quatro) teses pesquisadas, 2 (duas) adotam a pesquisa bibliográfica exclusivamente; 1 (uma) as pesquisas bibliográfica, documental e

de campo; e 1 (uma) a pesquisa etnográfica. Em nenhuma das teses nem a abordagem sobre os dados e nem o método foram especificados.

Ao Constatamos, em nossa pesquisa, que nenhuma tese explicita qual fora o método utilizando durante o processo de investigação, nem muito menos, qual fora o tratamento efetuado aos dados coletados. Apenas, nas primeiras páginas das 4 (quatro) teses, aparecem as menções aos tipos de pesquisa, mas não há uma preocupação em falar sobre o método, mostrando a sua importância para o processo de construção de conhecimento. Enfim, nenhuma delas, nem no resumo, introdução ou capítulos subsequentes, deixam claro quais foram os métodos utilizados para a coleta e o tratamento dos dados.

Inicialmente percebemos o superdimensionamento conferido aos tipos de pesquisa, dos instrumentais à coleta dos dados, mas não há a mesma preocupação com o debate sobre o método. Assim, acreditamos que a tese formulada por Sposati (2007), no tocante à secundarização do caráter metodológico das pesquisas realizadas pela categoria profissional foi evidenciada, sem sombra de dúvidas, também no material que analisamos.

A direção que é dada ao percurso metodológico parte da escolha, sobretudo, de um método de apropriação desse real. O método orienta essa apreensão e vai desnudando o caminho que leva até o objeto. Nas obras de Marx, contudo, o debate do método não está posto de forma sistematizada, já que para o autor, o método era um dado posto (e dado) pela realidade. Porém, a única menção ao método, encontra-se na “Contribuição à Crítica da Economia Política”, donde “(...) o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 258). Ou seja, o ponto de partida da pesquisa deve ser o concreto, a realidade onde se gesta e encontra-se o objeto, na tentativa de captar as diversas determinações presente nesta “unidade do diverso”, não apenas a síntese que primeiro nos deparamos, no nosso caso, as expressões culturais, mas o que forma, gesta e desenvolve tais expressões.

Sabemos que é uma opção dos pesquisadores explicitar ou não o método de pesquisa utilizado em suas investigações. Não estamos afirmando, em nosso texto, que há uma obrigatoriedade na revelação do método, mas consideramos que é através deste que o direcionamento teórico-metodológico

da pesquisa é exposto, portanto, ao passo que as pesquisas não deixam claro o método utilizado, nos fez refletir sobre o porquê desta não exposição.

Nas páginas anteriores deste texto, fizemos uma incursão sobre a construção da direção social hegemônica da profissão, plasmada em referenciais do pensamento marxiano e da tradição de pensamento marxista, que gesta um projeto profissional que passa a disputar teórico-metodologicamente com o conservadorismo que marca a profissão desde o seu surgimento (MOTA, 2016; BOSCHETTI, 2015). Não nos resta dúvidas que é esta direção social que tem sido expressa majoritariamente na produção de conhecimento do Serviço Social, assim, como, nos posicionamentos das nossas entidades representativas (CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO), porém, não quer dizer que não haja embates e disputas, no campo profissional, por perspectivas que neguem o projeto ético-político e que apontem à uma reatualização do conservadorismo.

No entanto, apesar de existir esta disputa no campo profissional, nota-se, como já afirmara Netto (2016), que não há uma crítica direta ao projeto ético-político profissional. Entretanto, o que se percebe, são formulações teóricas que apontam para a “atualização”, através da incorporação de um “pluralismo sem fronteiras”, sendo este compatível com as mais “(...) ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática” (NETTO, 2016, p. 65). Neste sentido, o pluralismo proclamado associa-se ao liberalismo, podendo comportar diversas formas para conceber e pesquisar os mais variados tipos de objetos. Porém, acreditamos que seja necessário deixarmos claro que “(...) o pluralismo de que o projeto ético-político se nutre, sendo radicalmente democrático, nada tem de liberal” (NETTO, 2016, p. 65 – grifos do original).

Portanto, para Netto (2016), o pluralismo metodológico, assim, seria expressão deste contexto social, em sintonia com as argumentações de Harvey (2014), no tocante à formulação de conhecimentos flexíveis, que atendam a lógica imposta à produção de conhecimento. Soma-se as estas mediações, as propostas que invocam as críticas feitas ao pensamento marxiano e à tradição de pensamento marxista, das mais variadas formas, mas que convergem na máxima da impossibilidade do método crítico “compreender” os processos culturais (TESE 1, 2013).

Ao passo que trazemos tais contribuições, pensamos que seja importante que, nas teses pesquisadas, possamos identificar essa atrofia, especificando os elementos da crítica ao pensamento marxiano e à tradição marxista, veiculando, assim, a sua suposta “incapacidade” à captação dos fenômenos culturais (TESE 1, 2013); e o apelo ao pluralismo metodológico, que na verdade objetiva-se enquanto um profundo ecletismo.

A partir do que fora exposto, na seguinte citação, trazemos algumas críticas formuladas pelo autor da Tese1 (2013) à tradição de pensamento marxista, especificamente à obra de Gramsci:

(...) em alguma medida ultrapassando as noções desenvolvidas por Gramsci, autores vinculados aos estudos pós-colonialistas vêm se dedicado à temática da cultura e da chamada cultura popular trazendo uma definição de cultura que também busca romper com as dicotomias como popular-erudito e que evidencie a dinâmica e a complexidade dos processos culturais. Propondo romper com a ideia da cultura como um conceito que nomeia uma entidade sólida, estática e única, o antropólogo argentino radicado no México, Néstor Canclini propõe o uso do conceito de cultural (TESE 1, 2013, p. 36).

Ao que tudo indica, o autor da tese 1 parte da necessidade de ultrapassar as análises desenvolvidas por Gramsci, através de autores que estariam vinculados aos estudos “pós-colonialistas”, buscando romper com a dualidade da análise da cultura e que evidencie a dinâmica e complexidade dos processos culturais. Neste sentido, então, afirma-se que a apreensão de Gramsci sobre a cultura seria “nomeativa”, estática e sólida (TESE 1, 2013). Desse modo, necessitando, a partir da apreensão do autor, de uma construção de um conceito que possa conter toda essa diversidade, sendo contemplado pelo conceito “cultural”, do autor argentino Néstor Canclini, um antropólogo culturalista.

O que nos chamou a atenção nesta tese, primeiramente, foi que o autor tece críticas à análise gramsciana sobre a cultura, utilizando-se, basicamente, de duas obras do autor, especificamente, em dois fragmentos da vasta obra de Gramsci, reeditadas em 1986 e em 2000, respectivamente, “Literatura e Vida Nacional”; e “Intelectuais e Organização da Cultura”, sendo esta última, um fragmento dos “Cadernos do Cárcere”.

A crítica é feita de forma muito aligeirada e focalizada numa suposta análise estática do autor sobre a cultura. Pensamos que isso se constitui em um grande equívoco metodológico, tendo em vista, como analisado anteriormente, que Gramsci parte do movimento material da história para apreender a cultura, traçando vínculos entre produção e a reprodução, como vimos na obra “Americanismo e Fordismo”.

A crítica, assim, mesmo de forma aligeirada, tem uma direção clara, propor uma nova metodologia e um novo conceito de análise, “pós-colonialista”, relativista e que possa abarcar estudos dos “(...) processos através dos quais dois ou mais grupos representam e intuem imaginariamente o social, concebem e gerem as relações com outros” (CANCLINI, 2007, *apud* TESE 1, 2013, p. 27). Ou seja, importa compreender o imaginário e as representações que constroem o social e que vão gerando relações com outros “atores sociais”.

Portanto, para esse autor, a crítica ao pensamento gramsciano diz respeito, sobretudo, a incapacidade de esse pensamento contribuir na elaboração de um conceito sobre cultura que possa representar, na sua pesquisa, a diversidade de representações em torno da cultura, por isso a recusa à tradição de pensamento marxista e a aposta nas referências pós-colonialistas.

Neste sentido, o direcionamento teórico-metodológico expresso nesta tese afasta-se da direção expressa no projeto ético-político profissional do Serviço Social, pois, além de defender a incapacidade do pensamento marxista para apreender o movimento do real na atualidade, particularmente, através da leitura de fragmentos da obra de Gramsci, defende a ideia de que a apropriação dos fenômenos culturais só poderão ocorrer através de teorias que automatizem a esfera da cultura, na perspectiva da captação deste fenômeno e as suas descrições, sem a preocupação da vinculação com a materialidade da vida social. Portanto, na referida tese, percebemos que a busca do autor centra-se na compreensão (ou interseção) das políticas públicas culturais, executadas pelo Estado; e as ações políticas efetuadas pelos dirigentes de organizações culturais, na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro, sendo este espaço automatizado pela pesquisa.

Na segunda tese pesquisada, verificou-se uma pretensa necessidade de atualização do pensamento marxista, já que este pensamento, segundo o autor

(...) não me satisfazia em vários aspectos e não era difícil perceber que, para a grande maioria dos jovens que conheci na época da minha formação, em vários cursos das chamadas ciências do espírito, o marxismo havia se tornado pouquíssimo atraente (TESE 2, 2014, p. 12).

Quando o autor refere-se a não satisfação com o marxismo “em vários aspectos”, acreditamos que ele esteja referindo-se a máxima de que esse pensamento não conseguiria dar conta do seu objeto de pesquisa (que se centra na análise do pós-modernismo e os reflexos na estética das cidades), visto que essa tradição de pensamento não seria “atraente”, sugerindo, então, a elaboração de um “marxismo pós-moderno”, que surge, na sua apreensão, através do seu “afastamento”

(...) do chamado antagonismo estrutural entre capital e trabalho, percebi que o proletariado não era o sujeito da revolução, e que o Estado e a política enquanto tal já não faziam mais do que reproduzir a lógica da produção e da venda de mercadorias (TESE 2, 2014, p. 14-15).

Nota-se que o pressuposto do autor carrega um profundo niilismo, que como já fora posto por Santos (2007), em termos da teoria social, propõe a redução ao nada, acreditando que não há utilidade na existência, sendo, funcionais na afirmação da positividade e da manutenção da ordem capitalista e, portanto, neoconservadoras. Esta tendência também é percebida na TESE 4, quando ressalta a

(...) necessidade de um olhar sobre o modo de ser desta sociedade que tenha a negatividade como direcionamento é estar comprometido com o enfrentamento das reais questões que estão postas. É neste sentido que penso que Adorno convoca a atitude do pensar para ser refeita, olhando de dentro com a coragem de abandonar o que não se constitui como tentativa de compreender e negar estes tempos. A realidade não oferece outra alternativa que não seja considerá-la como tempo de destruição, onde acumulação de valor e de ruínas se fundem e andam juntos (TESE 4, 2017, p. 115).

Para o autor da TESE 4, inspirada na tese de Adorno, a realidade não ofereceria outra alternativa a não ser a que leve à destruição da sociabilidade. Neste sentido, estaríamos em um contexto do “fim da história”, onde todas as possibilidades de emancipação esgotaram-se na sociabilidade capitalista.

Outra característica que fora perceptível no trato das teses, foi a automatização das esferas que compõem o real, desvinculando-se da materialidade e sugerindo a “(...) a possibilidade de se produzir vida para além da sociabilidade mercantil imposta com a generalização do capitalismo como social” (TESE 3, 2016, p. 21).

Acreditamos que há a possibilidade da construção de vias que objetivam para além da sociabilidade mercantil. Sem dúvidas, mas pensamos que esse caminho só se dará com o fim do capitalismo. Diferente do que é posto pelo autor da TESE 3 que acredita que essa possibilidade pode ser gestada no contexto da sociabilidade capitalista, sugerindo, assim, uma automação de uma expressão cultural específica, do subúrbio carioca, particularmente, a partir da experiência do Renascença Clube. Assim, a proposta de análise desta tese, é que a partir das experiências do Renascença Clube, a pesquisa possa analisar a constituição da cultura e da sociabilidade no subúrbio do Rio de Janeiro. Ou seja, uma inversão, pois, para apreender as expressões culturais que se objetivam neste Clube, primeiro deve-se apreender o solo material onde estão sendo construídas esta sociabilidade e essa cultura, porém, ambas não estão desvinculadas de um contexto universal. Enfim, ao passo que se automatiza essa expressão cultural, propõe a análise da constituição da sociabilidade da cultura a partir da expressão e não da materialidade.

Percebemos que em todas as teses há uma profunda confusão no reconhecimento do que seriam as categorias e os conceitos de análise. A maioria dos autores se preocupa em conceituar a categoria cultura, para que ela possa enquadrar-se em seus determinados objetos de estudo. Dado que expressa a razão da não preocupação em buscar a materialidade nesta conceituação.

A seguir trazemos os objetos de estudo centrais, presentes em cada tese pesquisada, procurando relacioná-los com as categorias de análise e

apreensões elencadas sobre a categoria cultura, efetuada por cada autor. Para melhor exposição destes dados, os apresentamos no seguinte quadro:

QUADRO 1 – Apreensões em torno da Categoria Cultura presentes nas Teses de Doutorado UFRJ. Brasil, 2011-2017.

Teses	Objeto de Estudo	Categorias de Análise	Apreensão Sobre a Categoria Cultura
Tese 1	“Esta tese analisa a produção, as relações e as tensões existentes entre as políticas culturais do Programa Cultura Viva - nos governos Lula e Dilma Rousseff - o Programa Porto Maravilha Cultural nas atividades culturais da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, e as políticas cotidianas de algumas instituições que denominarei praticantes de cultura da região portuária do Rio de Janeiro” (2013, Resumo).	Cultura; Interculturalidade; Políticas Públicas; Políticas Culturais; Cidadania Cultural ; Atores sociais; Agentes Culturais; e Cidadania.	Conceito de cidadania cultural e a defesa pelo seu espraiamento; para isso, o autor, na sua problematização do objeto, se propõe a fazer uma análise da constituição da cidadania, faz críticas às apreensões sobre a esfera da cultura, apreendida pela tradição de pensamento marxista, que para o autor trata essa categoria como estática e sólida, e vai buscar referências em autores pós-coloniais para categorizar um conceito de cultura que embarque as diferenças e as particularidades dos sujeitos, constituindo políticas culturais equânimes, que através da ação popular, possibilitariam o acesso à cidadania, por meio do desenvolvimento de políticas culturais (para isso, o autor elabora um esse conceito de cultura que englobe essas necessidades).
			“(…) crítica dialética da cultura, da cidade contemporânea e da sociedades

Tese 2	Compreender as relações entre cultura e cidade no contexto da lógica cultural do capitalismo tardio, ou seja, do pós-modernismo.	Capitalismo; Lógica Cultural do Capitalismo Contemporâneo; Pós-Modernismo; Cultura; Cidades; e marxismo pós-moderno.	burguesas, como um todo, avançará apenas na medida em que as tendências que nos conduzem ao colapso social e à utopia passarem a ser seriamente consideradas” (2014, resumo)
Tese 3	Analisar a constituição da cultura e sociabilidade no subúrbio do Rio de Janeiro, durante e depois de completada a modernização do país, a partir da experiência do Renascença Clube.	Cultura; Integração do Negro; Cultura Popular; Subúrbio do Rio de Janeiro.	“(…) o conceito de acumulação primitiva em seu sentido de processo e permanência nos ajuda a lançar um olhar para a possibilidade de produção da cultura popular no Brasil em seus momentos de resistência. Em condições de acumulação primitiva a cultura popular só se produziu enquanto originalidade quando configurou resistência às formas mercantis de produção da vida social, tendo impacto como recriação de formas de sociabilidade” (Tese 3, 2016, p. 19)
	O objetivo a que esse estudo se propôs ficou fundamentalmente centrado em tentar	Cultura; Materialismo	Cultura enquanto movimento histórico, apoiando-se no materialismo cultural do marxista inglês

Tese 4	observar se era possível validar ou não a hipótese de Roberto Schwarz sobre a cultura poder ser tomada como um elemento antibarbárie, frente à uma totalidade social cuja construção é entendida como lógica regressiva.	Cultural; Capitalismo Contemporâneo; Indústria Cultural; Crise; e Negatividade.	Raymond Williams, para assim, conseguir chegar na reflexão de “que estes tempos produzem não é cultura, mas produtos revestidos de apelo cultural” (TESE 4, 2017, p. 16). “(...) Em seguida, como a indústria cultural coloca em xeque a viabilização da cultura como substância do que seria um cultivo das potencialidades humanas” (Resumo, 2017).
--------	--	--	---

Fonte: Elaboração Própria, 2018.

Pelo exposto até aqui, podemos afirmar que no material analisado prevalece a ausência da preocupação de se partir da materialidade da vida social, para que assim, apreenda-se a cultura inserida nesse movimento contraditório, complexo e dialético da realidade capitalista. Neste sentido, temos uma análise que está focalizada no desejo subjetivo do pesquisador, desmerecendo o caráter ontológico presente na cultura e que, como fora apresentado, traz consigo um profundo niilismo nas formulações sobre essa categoria de análise sobre o real.

A presença de tais “categorias de análise” aponta para uma apreensão sobre a categoria cultura que desclassifica a apreensão dos sujeitos históricos, focalizando apenas em “seus modos de vida”, ou seja, nas expressões e representações sociais/culturais. A crítica à tradição de pensamento marxista e a sua atualização por meio de autores culturalistas, como percebemos na Tese 1, principalmente da antropologia cultural.

Procuramos, em nossa pesquisa, identificar a formação acadêmica e a atuação docente dos autores das teses pesquisadas, a fim de traçamos o perfil dos pesquisadores do PPGSS da UFRJ, especificamente àqueles que

estudam a temática da cultura. Neste sentido, temos as seguintes formação e atuações:

- Autor da tese 1 – **Formação Acadêmica:** Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutorado em Serviço Social pela UFRJ. **Atuação docente:** Docente no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no curso de Superior e Tecnólogo em Produção Cultural;
- Autor da tese 2 – **Formação Acadêmica:** Graduação em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestrado e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Atuação Profissional:** não encontrada⁵¹;
- Autor da tese 3 – **Formação Acadêmica:** Graduação, Mestrado, Doutorado em Serviço Social, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Atuação Profissional:** Professor Substituto na Universidade Federal Fluminense (UFF);
- Autor da tese 4 – **Formação Acadêmica:** Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Atuação Profissional:** Professor Substituto na Universidade Federal Fluminense (UFF).

A partir do momento em que a Pós-Graduação em Serviço Social foi fortalecida, principalmente depois de conquistar do reconhecimento enquanto área de relevância à produção de conhecimento no Brasil, pela CAPES e pelo o CNPq, percebe-se que não são apenas Assistentes Sociais que tem procurado os cursos de mestrado e doutoramento na área. Como expresso no quadro 7 (sete), das quatro teses pesquisadas, dois pesquisadores não

⁵¹ A coleta destas informações fora feita através do acesso a Plataforma Lattes. Neste caso específico, não encontramos nenhum registro de atuação profissional do autor.

possuem graduação em Serviço Social, sendo suas formações, respectivamente, nas Ciências Econômicas e na Filosofia. Os outros dois possuem graduação em Serviço Social.

A formação profissional em Serviço Social possui, como expresso na proposta de formação da ABEPSS (1996), particularidades que se expressam em “(...) uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio institucional” (ABEPSS, 1996, p. 8). Assim, esta formação reconhece a dimensão prático-interventiva do fazer profissional, que “(...) supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social, que permita vislumbrar possibilidades de interferência nos processos sociais” (IAMAMOTO, 2012b, p. 273), por meio de uma das dimensões desta formação, a pesquisa. A pesquisa, assim, ocupa um papel fundamental na formação profissional dos Assistentes Sociais, no tocante,

(...) a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de componentes ético-políticos (IAMAMOTO, 2012b, p. 273).

A graduação em Serviço Social é o primeiro momento de aproximação com o debate da formação, construído, como vimos, ao longo da década de 1980, sendo esta década o marco para redefinição do projeto profissional. Ao passo que pesquisadores com outras formações optam pelos mestrados e doutorados em Serviço Social, adentram em um processo de formação profissional. Porém, os sujeitos podem optar por acompanhar e somarem a este debate. Assim, como, pesquisadores que possuem a graduação em Serviço Social, podem não escolher seguir a direção que este projeto expressa. Em nossa exposição, ambos pesquisadores, com formação ou não em Serviço Social, se afastam da direção social proposta pelo projeto ético-político profissional.

Portanto, estes elementos aqui trazidos e presentes na produção de conhecimento do Serviço Social, expresso nas teses do Programa de Pós-Graduação da UFRJ, representam importantes imbricações à direção social do projeto ético-político da profissão. No material pesquisado predomina a

desvinculação da categoria cultura da materialidade da vida social. Como visto, a proposta de formação da ABEPSS de 1996, no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, parte do direcionamento da totalidade, da historicidade e do movimento dialético à apreensão do Ser Social e sua inserção nas complexas relações sociais capitalistas. Ao passo que as teses pesquisadas não priorizam a totalidade histórica e, portanto, referendam pressupostos culturalistas, responsáveis por automatizarem a categoria cultura, fragmentando-a e impedindo a sua apreensão crítica pela razão. O que implica em serias consequências à direção social hegemônica do Serviço Social brasileiro, no tocante à desqualificação do método de análise crítico; da necessidade de sua “atualização”; na aposta pelo pluralismo, que traz consigo o ecletismo, traço da herança conservadora da profissão

Por fim, estes elementos, aqui expostos, não estão deslocados de um contexto regressivo como o atual, de crise orgânica do capitalismo. Suas reverberações incidem na totalidade da vida humana e em todas as dimensões, como é o caso da produção de conhecimento, da cultura, da política etc. O grande desafio, como já vem sido bravamente sustentado pelo conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, será a manutenção, a resistência e a continuidade do legado profissional, construído a partir da experiência pioneira do Método BH.

CONSIDERAÇÕES

“esquecer-se de si mesmo e no entanto viver tão intensamente”.
Clarice Lispector

O início de qualquer pesquisa é muito difícil; implica renúncias, resistências, desencantamentos e, sobretudo, coragem para seguir. Ao passo que se arrisca para iniciar, ao fim do processo de investigação, têm-se algumas aproximações e o desvelamento de algumas mediações, possibilitadas, em maior ou menor grau, através da insistência em tentar captar o objeto de pesquisa. Assim sendo, neste momento, iremos apresentar algumas sínteses que conseguimos elaborar, a partir deste processo de pesquisa.

A partir do material coletado e analisado, assim como, da reconstrução histórica que efetuamos, podemos ressaltar que o debate acerca da categoria cultura foi e continua sendo parco pela categoria profissional. Em suma, na contemporaneidade, a investitura por pesquisas que priorizam o debate da Política Social continua sendo recorrente, sendo precedida pelas pesquisas sobre os Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social.

Acreditamos que o Serviço Social, enquanto área reconhecida por sua expressiva produção de conhecimento no campo crítico, não seja obrigado a problematizar e pesquisar sobre os mais variados objetos de estudo. Porém, ao passo que se privilegia determinados temas, sobre a ausência de outros, levanta diversas questões que embarcam o porquê de determinadas questões chamarem mais atenção que outras, tendo em vista que ambos objetos encontram-se na mesma realidade objetiva.

Essa tendência foi detectada em nosso estudo, pois apenas 4 (quatro) teses versam sobre a categoria cultura. Nessa diminuta produção há a predominância de apreensões fundamentadas em perspectivas culturalistas, que privilegiam os “estilos de vida”, a automatização da esfera da cultura e a apreensão acrítica desta categoria. Neste sentido, essas produções de conhecimento, apesar de não expressarem a ampla gama de produções teóricas produzidas pelo Serviço Social brasileiro, estão em sintonia com uma tendência teórico-metodológica que vai de encontro com a direção majoritária do Serviço Social brasileiro na atualidade.

Concluirmos que os nossos pressupostos de pesquisas foram reafirmados, no tocante às repercussões da crise orgânica do capitalismo

tardio e as suas expressões para o conjunto da sociedade, bem como, para o Serviço Social, o que fora percebido pela fragmentação, negação e apelos aos pressupostos culturalistas; a incorporação sem crítica dos referenciais da Antropologia Cultural, desconsiderando as orientações do projeto de formação contido nas Diretrizes Curriculares de 1996; e, por fim, esta apropriação, sem as devidas mediações, objetiva-se enquanto uma inflexão para direção social hegemônica da profissão.

Por fim, a contribuição do nosso estudo centra-se, particularmente, a nosso ver, na constatação de que a categoria profissional precisa fortalecer as estratégias de resistências pela defesa da direção social crítica, expressa no projeto ético-político, apesar do contexto de regressão da sociabilidade e o conhecimento humano; bem como, adensar o debate em torno da categoria cultura, a partir da perspectiva de totalidade, ou seja, que vincule esta categoria à materialidade da vida social, reafirmando, assim, a proposta contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Ao passo em que finalizamos esta pesquisa, a mesma fora construída e finalizada em um contexto marcado, de forma muito pessoal, pela saudade. As recordações, os risos, os afetos e as canções foram alento, possibilitando que pudéssemos concluir este processo e, minimamente, contribuir com esta área de produção de conhecimento, a qual escolhemos para a nossa vida profissional. Porém, queremos fugir de qualquer tipo de “ vaidade acadêmica”, por isto, encerramos com a seguinte frase:

“(...) eu só escrevo quando eu quero, eu sou uma amadora e faço questão de continuar amadora”.

Clarice Lispector

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-171.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **GTPS**. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/gtps.html><http://www.abepss.org.br/gtps.html> >. Acesso: 20 de abril de 2018.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4^o ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. (Trad. de Guido Antônio de Almeida). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Guerras Culturais e Relativismo Cultural. *In*: **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, Nº 41 V 14. São Paulo: ANPOCS, 1999, p. 5-14.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2^a ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: < <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf> >. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

AMARAL, Ângela. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas Relações com o Serviço Social. *In*: **Katálisis**, v 15, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2012, p. 230-238.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 4^a ed. Rio de Janeiro, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre a metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 3^o ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 2^oed. São Paulo: Cortez, 2009. (biblioteca básica do Serviço Social).

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8^o ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9^oed. São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca básica do Serviço Social).

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 124. São Paulo: Cortez, p. 637-651, 2015.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo Moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. 1º ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

BOULOS, Guilherme. A Onda Conservadora. *In: A Onda Conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. (org. Felipe Demier; Rejane Hoeveler). 1º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 29-31.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. **Para Além do Pós (-) Colonial**. (Org. Michel Cahen; Ruy Braga). 1ºed. São Paulo: Alameda, 2018.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. 1º ed. Campinas/SP: Papel Social, 2013.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e Questão Social**: limite de uma filosofia. 1ºed. Capinas, São Paulo: Papel Social, 2013. (coleção didática do Serviço Social).

CALDAS, Waldenyr. **Tudo o Que Você Precisa Saber Sobre Cultura**. São Paulo: Global, 1986.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A Nova Classe Trabalhadora brasileira e Ascensão do Conservadorismo. *In: SINGER, André et al. Por Quer Gritamos Golpe?* para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1ºed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-22.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. (trad. Paulo Neves; rev. Eduardo Brandão). 3ºed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (coleção tópicos).

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. (trad. Sandra Castello Branco). 2º ed. São Paulo: UNESP, 2011.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. *In: ANTUNES, Ricardo. A Dialética do Trabalho*: escritos de

Marx e Engels. (org. Ricardo Antunes) 1ºed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. (trad. Álvaro Pina). 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FREDERICO, Celso. **Ensaio Sobre Marxismo e Cultura**. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem; filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2015.

GUERRA, Yolanda. O potencial da pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social. *In*: **COLÓQUIO**: Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social. Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). Maceió - AL, 2010. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHnHGvBMDAyYtIiNzUtOGFjNC00Zjc0LWJMjMtZm11ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt_BR>. Acesso em: 19/11/2018

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2014.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. (trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques). 5ºed. 4ªv. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI. Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. (Trad. de Luiz Mário Gazzaneo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRANEMANN. Sara. O Processo de Produção e Reprodução Social: trabalho e sociabilidade. *In*: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-21.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. (trad. Paulo Meneses; Karl-Heinz Effen). 6ªed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001. (coleção pensamento humano).

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. (trad. Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder). São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35^o ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7^o ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho formação profissional. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 13^oed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 120. São Paulo: Cortez, 2014, p.609-639, 2014.

IANNI, Octávio. A construção da Categoria. *In: Revista HISTEDBR*, edição especial. Campinas: abril, 2011, p. 397- 416.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. (trad. Maria Elisa Cevasco; rev. Iná Camargo Costa). 2^oed. São Paulo: Ática, 1997.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, n. 8, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1998, p. 33-76, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 8^oed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo (ensaio popular). 1^o ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2^o ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, Florianópolis: UFSC, 2007, p. 35-45.

LUKÁCS, György. Velha e Nova Cultura. *In: Revista Kommunismus*. N^o 43, 1920. Disponível em: <
<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm> >. Acesso em: 4 de setembro de 2017.

LUKÁCS, György. **Para Uma Ontologia do Ser Social II**. (Trad. Ivo Tonet; Nélio Scheider). 1^o ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **A Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). 1978. Disponível em: < http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf > Acesso em: 4 de setembro de 2017.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. (trad. Juarez Guimarães; Suzanne Felicie Léwy). 5ªed. São Paulo: Cortez, 1994.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. (trad. Ricardo Corrêa Barbosa). 12ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. (trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Abril Cultural, 1982. (os economistas).

MARQUES, Maria Rosa; UGINO, Camila Kimie. O Brasil é Chamado à ordem. *In: Rev. Argum.* v.9, nº3. Vitória: UFES, set./dez, 2017, p. 8-23.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. (Trad. Florestan Fernandes). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOTA, Ana Elizabete. A Regressão Civilizatória e as Expropriações de Direitos e das Políticas Sociais. *In: Rev. Argum.* v.9, nº 3. Vitória: UFES, set./dez. 2017, p. 30-36.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In: Serviço Social no Brasil*: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo (org.: Maria Liduína de Oliveira e Silva). 1ªed. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-182.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. *Rev. Katálysis [online]*, vol.16, n. spe, p.17-27, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-129.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005, p. 5-20.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In: Mota, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde: formação profissional e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 1-22.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo. Para uma História Nova do Serviço Social no Brasil. *In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* (org.: Maria Liduína de Oliveira e Silva). 1ªed. São Paulo: Cortez, 2016, p.49-76.

NÓBREGA, Mônica Barros. A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político do serviço social brasileiro. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2016.

PRATES, Jane Cruz *et al.* Programas de Pós-Graduação em Serviço Social No Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. *In: Serviço Social em Revista*. v18, nº 2 . Londrina: UEL, 2016, p.5-33.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2007. (coleção questões da nossa época).

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades do Brasil.1ªed. São Paulo: Cortez, 2012. (biblioteca básica do Serviço Social).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. Apresentação. *In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Flávio José Souza. Valores Culturais e Formação Profissional em Serviço Social. **TCC** (graduação em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Campina Grande-PB, 2015.

SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social e Tendências Atuais. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis: USFC, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017, p. 65-74.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista Contemporânea e a sua Influência Teórico-Prática. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 1-23.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social. *Revista Katálysis*, v. 10. Florianópolis: UFSC, 2007, p. 15-25.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. 1ªed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. *In: Democracia ou Liberdade?* Maceió: Edufal, 2007,

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://pos.ess.ufrj.br/index.php/pesquisa>>. Acesso em: 3 de abril de 2018.

WANDERLEY, Mariangela Belfore. Dilemas e Desafios Postos à Pós-Graduação. *In: Revista Katálysis* v. 20, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2017, p. 139-141.

WILLIAMS. Raymond. **Cultura e Materialismo**. (trad. André Glaser). 1ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.